

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E ENSINO**

ANTÔNIO EDINALDO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS
PROBEX DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS DA UFPB – CAMPUS I**

João Pessoa - PB

2023

ANTÔNIO EDINALDO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS
PROBEX DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS DA UFPB – CAMPUS I**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (PGLE), da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Ensino.

Linha de Pesquisa: Teoria Linguística e Métodos

Orientadora: Prof.^a Dra. Mariana Lins Escarpinete

João Pessoa - PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48a Oliveira, Antonio Edinaldo de.
Análise do processo de avaliação dos projetos
PROBEX do curso de letras português da UFPB - Campus
I / Antonio Edinaldo de Oliveira. - João Pessoa,
2023. 143 f. : il.

Orientação: Mariana Lins Escarpinete.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Projetos de extensão - UFPB. 2. Processo
de avaliação. 3. Extensão universitária. 4.
Curso de letras - Português. I. Escarpinete,
Mariana Lins. II. Título.

UFPB/BC CDU 378.4(043)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS**

FOLHA DE ASSINATURAS *Emitido em 14/07/2023*

**ATA N° 3145057/2023 - MPLE
(11.01.15.59) (N° do Documento:
3145057)
(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

(Assinado digitalmente em 20/07/2023 16:49)
**FERNANDA ROSARIO DE MELLO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR 2528835**

(Assinado digitalmente em 18/07/2023 23:10)
**MARIANA LINS ESCARPINETE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR 3145057**

(Assinado digitalmente em 14/07/2023 13:46)
**LINCOLN ELOI DE ARAUJO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR 1814687**

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **3145057**, ano: **2023**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **14/07/2023** e o código de verificação: **7e351ae073**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a minha existência e por me dotar de discernimento para agir de forma assertiva desde criança, pois logo cedo passei a acreditar que o conhecimento é o motor propulsor para o desenvolvimento pessoal.

Aos familiares que me acolheram e me apoiaram, pelo afeto fui fortalecido e o abrigo garantiu proteção.

À professora Mariana Lins Escarpinete pela orientação dada durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas do Mestrado Profissional em Linguística e Ensino pelo apoio e companheirismo durante a trajetória do curso.

Aos companheiros de trabalho da Pró-reitoria de Extensão que sempre me deram força e suporte para realizar esta pesquisa.

Aos professores e servidores do Mestrado Profissional em Linguística e Ensino por terem atuado de forma comprometida, apresentando caminhos a serem trilhados nesta etapa da minha formação acadêmica.

DEDICATÓRIA

Aos que atuam de forma responsável e comprometida no ambiente educacional, profissionais que agem para a construção de uma sociedade mais justa e acreditam que o conhecimento transforma vidas.

RESUMO

As práticas pedagógicas e as interações sociais estão em constante evolução hodiernamente. Por isso, faz-se necessário promover reflexões a respeito, visto que estes entendimentos a serem aplicados no processo de ensino-aprendizagem permearão a ação docente. A este respeito, sabe-se que a universidade é composta por um tripé, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão. Percebe-se que há muita produção acadêmica sobre as duas primeiras áreas. Por isso, a presente pesquisa tem como objetivo investigar o processo de avaliação dos projetos de extensão submetidos e examinados pelo Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em atendimento ao Edital do Programa de Bolsa de Extensão 03/2021, da Pró-reitora de extensão (PROEX). Para a realização da investigação são consideradas as notas atribuídas aos critérios de avaliação do referido edital e os pareceres emitidos pelos avaliadores como forma de apresentar, panoramicamente, a adequação das ações ao que se prevê enquanto prática extensionista. Para as análises, são verificadas as determinações estabelecidas no edital, elaborado a partir das diretrizes para Extensão Universitária, estabelecidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), documento oficial que apresenta o entendimento da Extensão como um processo educativo, cultural e científico que compõe o tripé indissociável ao se articular com o ensino e a pesquisa. Esta dissertação fundamenta-se também nas perspectivas de Gadotti (2017), Gurgel (1986), Nogueira (2001) com relação ao que se compreende enquanto atividade extensionista. Como natureza metodológica, além da revisão de literatura sobre o tema em questão, conforme Lakatos, Marconi (2009), a presente pesquisa se caracteriza como qualitativa e interpretativista. Por ter sido estabelecido como marco temporal o edital supracitado, obteve-se como corpus, doze projetos de extensão submetidos e avaliados pelos docentes dos departamentos citados. A investigação foi realizada à luz da análise do discurso de Bardin (2011), com o objetivo de traçar o perfil pedagógico das ações. Pôde-se perceber que, em sua maioria, os projetos de extensão, na visão dos julgadores, apresentam convergência com o edital de extensão quanto aos seus critérios de avaliação. Por outro lado, a partir da análise dos pareceres apresentados, foi possível inferir que há julgadores que têm emitido análises incompletas ou descrição avaliativa que não condiz com o que se espera. Ao serem observadas criteriosamente as exigências do edital, a avaliação adequada permite a viabilidade de realização de projetos de extensão que corroborem com a formação dos discentes de graduação que atuam na equipe de execução. Os aspectos positivos destacados pelos avaliadores incluem a interdisciplinaridade, a conexão com políticas públicas e/ou com a sociedade em geral, além da previsão de resultados tangíveis e possíveis. A partir das observações desenvolvidas, apresentamos, como proposta de intervenção, um material que servirá de guia sugestivo de orientações para a avaliação de propostas de extensão, no intuito de contribuir com o aprimoramento do processo e verificação dos critérios estabelecidos nos editais.

Palavras-chave: Projetos de extensão; Processo de avaliação; Extensão universitária; Curso de Letras.

ABSTRACT

Pedagogical practices and social interactions are constantly evolving nowadays. Therefore, it is necessary to promote reflections on the subject, since these understandings to be applied in the teaching-learning process will permeate the teaching action. In this regard, it is known that the university is composed of a tripod, namely: teaching, research and extension. It is noticed that there is a lot of academic production on the first two areas. Therefore, this research aims to investigate the evaluation process of extension projects submitted and examined by the Department of Portuguese Language and Linguistics (DLPL) and by the Department of Classical and Vernacular Letters (DLCV), of the Federal University of Paraíba (UFPB), in compliance with the Public Notice of the Extension Program 03/2021, by the Department of Extension (PROEX). In order to carry out the investigation, the grades attributed to the evaluation criteria of the referred public notice and the opinions issued by the evaluators are considered as a way of presenting, in a panoramic way, the adequacy of the actions to what is foreseen as an extensionist practice. For the analyses, the determinations established in the notice are verified, prepared from the guidelines for University Extension, established by the National Forum of Pro-Rectors of Extension of Brazilian Public Universities (FORPROEX), an official document that presents the understanding of Extension as a process educational, cultural and scientific that make up the inseparable tripod when articulated with teaching and research. This dissertation is also based on the perspectives of Gadotti (2017), Gurgel (1986), Nogueira (2001) regarding what is understood as an extensionist activity. As a methodological nature, in addition to the literature review on the subject in question, according to Lakatos, Marconi (2009), this research is characterized as qualitative and interpretive. As the above-mentioned public notice was established as a timeframe, twelve extension projects were obtained as a corpus, submitted and evaluated by the professors of the mentioned departments. The investigation was carried out in the light of Bardin's discourse analysis (2011), with the objective of tracing the pedagogical profile of the actions. It could be noticed that, for the most part, the extension projects, in the view of the judges, show convergence with the extension notice regarding their evaluation criteria. On the other hand, based on the analysis of the opinions presented, it was possible to infer that there are judges who have issued incomplete analyzes or evaluative descriptions that do not match what is expected. When the requirements of the public notice are carefully observed, the proper evaluation allows the feasibility of carrying out extension projects that corroborate the training of undergraduate students who work in the execution team. The positive aspects highlighted by the evaluators include interdisciplinarity, connection with public policies and/or society in general, in addition to predicting tangible and possible results. From the developed observations, we present, as an intervention proposal, a material that will serve as a guide suggestive of guidelines for the evaluation of extension proposals, in order to contribute to the improvement of the process and verification of the criteria established in the notices.

Keywords: Extension projects; Evaluation process; University Extension; Portuguese major.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades de ações de extensão realizadas na UFPB.....	24
Quadro 2 - Critérios para a verificação de conformidade	31
Quadro 3 - Critérios para avaliação do Mérito da ação item 10.7.2.....	32
Quadro 4 - Composição curricular do curso de Licenciatura em Letras-Português.....	46
Quadro 5 - Projetos de extensão: DLPL.....	54
Quadro 6 - Projetos de extensão: DLCV	55
Quadro 7 - Notas absolutas dos projetos de extensão do DLPL	63
Quadro 8 - Notas absolutas dos projetos de extensão do DLCV.....	65
Quadro 9 - Avaliação do critério M1	67
Quadro 10 - Avaliação do critério M2	69
Quadro 11 - Avaliação do critério M3	72
Quadro 12 - Avaliação do critério M4	73
Quadro 13 - Avaliação do critério M5	75
Quadro 14 - Avaliação do critério M6	77
Quadro 15 - Avaliação do critério M7	79
Quadro 16 - Avaliação do critério M8	81
Quadro 17 - Avaliação do critério M9	82
Quadro 18 - Pareceres PJ 1.....	86
Quadro 19 - Pareceres PJ 2.....	87
Quadro 20 - Pareceres PJ 3.....	89
Quadro 21 - Pareceres PJ 4.....	91
Quadro 22 - Pareceres PJ 5.....	92
Quadro 23 - Pareceres PJ 6.....	93
Quadro 24 - Pareceres PJ 7.....	94
Quadro 25 - Pareceres PJ 8.....	96
Quadro 26 - Pareceres PJ 9.....	98
Quadro 27 - Pareceres PJ 10.....	99
Quadro 28 - Pareceres PJ 11.....	101
Quadro 29 - Pareceres PJ 12.....	102
Quadro 30 - Critérios para verificação de conformidade	105
Quadro 31- Critérios para avaliação do mérito da proposta.....	107
Quadro 32- Modelo de avaliação.....	114

Quadro 33 - Avaliação dos méritos	126
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Contagem de palavras: DLPL	60
Gráfico 2 - Contagem de palavras: DLCV	62
Gráfico 3 - Médias totais - M1	68
Gráfico 4 - Médias totais - M2	70
Gráfico 5 - Médias totais - M3	72
Gráfico 6 - Médias totais - M4	74
Gráfico 7 - Médias totais - M5	76
Gráfico 8 - Médias totais - M6	78
Gráfico 9 - Médias totais - M7	80
Gráfico 10 - Médias totais - M8	82
Gráfico 11 - Médias totais - M9	83
Gráfico 12 - Médias gerais – Méritos	84

LISTA DE ABREVIATURAS

AUDIN - Auditoria Interna
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCAE - Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Educação
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA - Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias
CFT - Centro de Formação de Tecnólogos
CONSEPE - Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
COPAC - Coordenação de Programas de Ação Comunitária
DLCV - Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas
DLPL - Departamento de Língua Portuguesa e Linguística
ENEX - Encontro de Extensão
FLUEX - Edital do Fluxo Contínuo de Extensão
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
HULW - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PJ - Projeto
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROBEX - Programa de Bolsa de Extensão
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SIGAA - Sistema de Gestão Integrada de Atividades Acadêmicas
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DA GÊNESE À ATUALIDADE.....	14
1.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM BREVE HISTÓRICO	14
1.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	16
1.2.1 Financiamento da extensão universitária.....	22
1.2.2 Modalidades e estrutura das ações de extensão	23
1.2.3 Edital de chamada da extensão	27
1.2.4 Critérios de avaliação.....	29
1.2.4.1 Verificação de conformidade.....	30
1.2.4.2 Critérios para avaliação de mérito da ação	32
2 FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB	37
2.1 BREVE HISTÓRICO DA UFPB.....	37
2.2 PERFIL DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS – DA FORMAÇÃO À ATUAÇÃO.....	39
2.3 AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS	40
2.4 A FORMAÇÃO INICIAL E A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM COMO UMA PRÁTICA SOCIAL.....	42
3 METODOLOGIA.....	51
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	51
3.2 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E CAPTAÇÃO DOS DADOS	52
3.2.1 Trajetória da captura dos dados	53
3.2.2 Categorização	57
4 DISCUSSÕES E RESULTADOS	59
4.1 O PERFIL PEDAGÓGICO DOS PROJETOS	59
4.2 A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS – NOTAS ABSOLUTAS	63
4.3 OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS DO EDITAL PROEX 03/2021.....	66
4.3.1 Mérito 1: a presente proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária?.....	67
4.3.2 Mérito 2: articulação de extensão com o ensino e a pesquisa.....	69
4.3.3 Mérito 3: interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	71
4.3.4 Mérito 4: impactos da extensão na formação do discente	73
4.3.5 Mérito 5: a política de internacionalização e educação ambiental e os ODS	75
4.3.6 Mérito 6: mecanismos e formas de monitoramento e avaliação.....	77
4.3.7 Mérito 7: viabilidade e sustentabilidade do projeto.....	79
4.3.8 Mérito 8: resultados esperados	80

4.3.9	Mérito 9: coerência entre os objetivos, a metodologia e atividades	82
4.4	PARECERES SOBRE OS PROJETOS	85
5	MATERIAL DE ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICE	136
	APÊNDICE 1 - REGISTRO DA CONTAGEM DE PALAVRAS - DLPL	136
	APÊNDICE 2 - REGISTRO DA CONTAGEM DE PALAVRAS - DLCV	138
	APÊNDICE 3 – TOTAL DO REGISTRO DA CONTAGEM – DLPL/DCVL	140

INTRODUÇÃO

A linguagem configura-se como uma prática social de grande relevância para o processo de formação do futuro educador, tendo em vista que é por meio do processo de interação na/pela linguagem que o homem se constitui como sujeito e, portanto, torna-se um multiplicador de ideias (BENVENISTE, 2008).

Dentro deste panorama, a Língua Portuguesa (LP) se destaca como ferramenta de comunicação e expressão para os falantes que dela fazem uso, sejam aqueles que têm esse idioma como língua materna ou a adquiriram como segunda língua. Nesse viés, o processo de formação docente e o ensino de LP ainda são temas de debates, especialmente nas universidades, por se constituírem o ambiente institucionalizado de formação para a docência (OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2019; SANTOS; SILVA, 2017).

Sabe-se, contudo, que o conhecimento acadêmico, no nível superior, é embasado desde a constituição de 1988, em três pilares, indissociáveis, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão. Diante dessa realidade, optou-se, nesta pesquisa, tratar da extensão universitária por acreditar que ela detém um papel relevante na promoção do processo de formação inicial e continuada de profissionais que atuam no ensino da língua portuguesa, oferecendo oportunidades de aprendizado e prática para a comunidade do ensino superior e para a sociedade em geral. Dessa forma, tem-se que os projetos de extensão visam promover ações de cunho social, cultural, científico e tecnológico, contribuem para a formação de cidadãos críticos e atuantes, além de promover a democratização do acesso ao conhecimento.

Assim, os projetos de extensão passaram a ser objetos de estudo nessa pesquisa. Parte-se do princípio de que a extensão universitária é uma atividade acadêmica que tem por objetivo estabelecer uma relação entre a universidade e a sociedade, promovendo ações que têm como um de seus objetivos a solução de problemas sociais e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Nesse sentido, os projetos de extensão, somados à pesquisa e ao ensino, tríade que constitui a natureza de funcionamento das universidades públicas, são vistos como elementos cruciais para a consolidação dessa missão institucional.

Contudo, para que as ações de extensão, mais especificamente os projetos de extensão possam cumprir com sua missão e gerar impactos positivos na sociedade, é necessário que haja uma avaliação criteriosa dessas propostas. A avaliação dos projetos de extensão tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, que buscam identificar os critérios utilizados, bem como os desafios e oportunidades relacionados a essa prática.

Segundo Figueiredo e Lopes (2019), a avaliação dos projetos de extensão pode ser considerada um processo dinâmico, que envolve a análise sistemática dos resultados a serem alcançados, bem como a identificação de pontos fortes e fracos das propostas de ações. Além disso, a avaliação deve ser realizada considerando critérios institucionais, que podem variar de acordo com as particularidades de cada universidade.

Nesse sentido, torna-se necessária a avaliação dos projetos de extensão de forma a verificar se essas ações estão alinhadas às políticas da universidade, visando garantir que contribuam para a consolidação da missão da instituição, ou seja, corroborem com a formação inicial do discente que está envolvido na equipe como bolsista ou voluntário e para o desenvolvimento social da comunidade. De acordo com Amorim et al. (2018), a avaliação dos projetos de extensão deve considerar aspectos como o impacto social, a relevância, a sustentabilidade, a participação da comunidade, a integração com as atividades de ensino e pesquisa, entre outros.

Em outra via, faz-se importante que a avaliação dos projetos de extensão considere aspectos quantitativos e qualitativos, de forma a oferecer uma visão abrangente e completa das atividades desenvolvidas (OLIVEIRA; LEAL, 2021). Cabe observar, ainda, que a atuação dos avaliadores dos projetos de extensão pode trazer diversos pontos de vista, como o envolvimento da ação com a comunidade e um parecer detalhado fornece transparência ao processo de avaliação (SILVA; SILVA, 2018). Nessa direção, é oportuno observar que a utilização de indicadores de desempenho na avaliação dos projetos de extensão pode ser útil para identificar pontos de melhoria e aferir o sucesso das ações realizadas (MOURA; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Diante desse contexto, o presente estudo traçou a seguinte problemática: como se dá o processo de avaliação dos projetos de extensão do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)? Quais fatores levam a discrepâncias nas atribuições das notas e inconsistências nos pareceres? Estabelece-se, portanto, como objetivo geral: analisar o processo de avaliação dos projetos de extensão de dois departamentos do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e, em seguida, visando diminuir as dissonâncias existentes, propor um documento de orientação ao docente avaliador dessas ações. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Traçar o perfil pedagógico dos projetos de extensão submetidos aos dois departamentos, em um período de um ano, identificando seus aspectos relacionados à formação inicial do professor de Língua Portuguesa; b) Analisar a atribuição de notas aos critérios de avaliação propostos

em edital no processo de avaliação dos projetos de extensão do curso de Letras da UFPB; c) Verificar a coerência e o alinhamento dos pareceres emitidos.

Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir para a reflexão sobre a importância da avaliação dos projetos de extensão, pois estes, quando aprovados, irão oportunizar uma prática extensionista ao discente do curso de Letras, ainda no seu processo inicial de formação. Acredita-se que essa experiência prática irá reverberar na sua atitude profissional, quando estiver atuando como professor e contribuindo para a sociedade. Ou seja, a prática extensionista realizada durante a formação acadêmica irá se revelar na sua atuação profissional docente.

À luz desses argumentos, vislumbrou-se como pertinente as pretensões desse estudo, haja vista que a extensão é um dos pilares que compõem a universidade, e, portanto, defende-se aqui que, ao contribuir para trazer novos olhares para essas atividades, provoca-se um estímulo reflexivo para docentes nas confecções de propostas, de maneira que alcancem, mais eficazmente, a prática que se almeja. Além disso, a partir desse entorno, compreende-se a relevância de analisar os aspectos do ensino da língua portuguesa em projetos de extensão universitária, identificando suas características, desafios e potencialidades. Essa reflexão pode contribuir para o aprimoramento desses projetos e para a melhoria da qualidade do ensino da língua portuguesa em nossa sociedade, bem como supracitado.

O interesse pessoal pela temática se dá pela minha trajetória acadêmica e profissional. Sou licenciado em Letras com especialização em Língua Portuguesa e fui professor da educação básica durante o período de dez anos. Atualmente, exerço a função de Técnico Administrativo em Educação, na coordenadoria de extensão cultural (COEX) da Universidade Federal da Paraíba. Diante disso, vivencio o movimento acadêmico da formação inicial dos estudantes nas atividades de extensão universitária.

Nesse ponto, convém explanar que a presente pesquisa tem como objeto de estudo os projetos de extensão submetidos e avaliados com vinculação ao Edital número 03/2021 do Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX). Tomando como base esse material, realizamos uma pesquisa sincrônica, investigando a partir de um período pontual de ações extensionistas, na modalidade projetos, analisando o processo de avaliação e sua adequação aos critérios contidos no referido edital, mesmo que algumas dessas ações sejam continuidade de propostas desenvolvidas em editais anteriores. Destaca-se, ainda, que a apresentação de um breve levantamento diacrônico do desenvolvimento da extensão universitária se justifica para que seja possível compreender o atual momento de reformulação de propostas dessa prática nas universidades.

Para o desenvolvimento da presente dissertação, estruturamos e apresentamos continuamente a organização dos 06 (seis) capítulos de apresentação teórica, metodológica, análises, proposta de intervenção e considerações finais, de modo a propiciar uma melhor compreensão durante a leitura e o encadeamento desta pesquisa.

Esta primeira parte, denominada de introdução corresponde à apresentação inicial da pesquisa, seguida de outros cinco capítulos, mais a proposta de intervenção.

No primeiro capítulo, discorreremos acerca da Extensão Universitária, apresentamos um breve histórico para discorrer sobre o processo desde o seu surgimento até o contexto atual, no qual é debatido o processo de curricularização ou creditação da Extensão Universitária, discutimos ainda a respeito das formas de financiamento, o edital de chamada para submissão e o processo de avaliação dos projetos.

O segundo capítulo é destinado à abordagem da formação docente em Letras e a extensão universitária. Apresenta-se o perfil do curso de Letras e algumas implicações na formação do professor de Língua Portuguesa.

No terceiro capítulo, nos concentramos em apresentar a o percurso teórico metodológico da pesquisa, os procedimentos de captação e análises dos dados. No quarto capítulo delineamos as análises, discussões e interpretação dos dados coletadas. No quinto capítulo apresentamos a proposta de intervenção e no sexto, e último, capítulo são tecidas as considerações finais do trabalho.

Por fim, diante dos resultados encontrados, sugerimos, como proposta de intervenção, um manual de orientação para subsidiar o professor avaliador em relação aos pontos essenciais que devem ser observados para avaliação de um projeto de extensão na área de Letras.

1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DA GÊNESE À ATUALIDADE

Nesse capítulo será abordado um breve histórico da Extensão Universitária, apresentaremos os caminhos percorridos pelas primeiras práticas extensionistas nas universidades que iniciaram a inserção da extensão em suas atividades, até o atual processo da institucionalização da extensão universitária no Brasil.

1.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM BREVE HISTÓRICO

Para que possamos compreender o contexto histórico do surgimento da extensão universitária, desde as primeiras manifestações ocorridas na Europa até a atualidade, faz-se necessária a realização de uma descrição na qual seja apresentada uma abordagem que torne possível compreender os primeiros modelos dessa prática, as mudanças de entendimento, o contexto histórico, social e político que permitiram o desenvolvimento e influenciaram a prática extensionista ao longo do tempo.

Sendo assim, ao realizar uma investigação, é possível compreender de maneira mais aprofundada as fases de constituição das etapas que explicitam o desenvolvimento da extensão universitária. Nesta perspectiva, Gurgel (1986) ressalta:

Na análise histórica da extensão pôde-se constatar a existência de três momentos históricos bem definidos: o período das experiências pioneiras; o período das experiências isoladas, da disseminação de ideias e do desenvolvimento de ações a partir dos movimentos sociais; e o período de maior institucionalização da extensão universitária (GURGEL, 1986, p. 171).

Nesse ponto, observa-se a necessidade de realização do levantamento histórico na busca de examinar, de forma crítica e reflexiva, os caminhos percorridos desde as primeiras manifestações que se configuram como a concepção da prática extensionista.

Como afirma Evandro Mirra (2009), foi a Universidade de Cambridge, em 1871, que provavelmente inseriu a prática da extensão universitária ao criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levado por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade britânica. Mostrando, dessa forma, que o percurso embrionário ocorrido no século XIX de educação continuada, voltada para a população de pessoas adultas que não tinham acesso às universidades, inaugurou uma nova etapa de ações desenvolvidas nas instituições de ensino superior.

A partir das considerações anteriores, verificou-se que os fundamentos nos quais foi erguida a ideia de extensão estavam alicerçados na perspectiva do desenvolvimento de ações e promoção da educação destinada àqueles que não estavam inseridos no Ensino Superior, a realização de atividades de preparação para a vida, não se restringindo a difusão de temas vinculados à Academia, mas objetivando o acolhimento das demandas do público ou “clientela” atendida.

Com esse caráter assistencialista¹, a extensão universitária se expandiu ao longo da história. Linhas de entendimentos foram se ampliando, mas inicialmente predominava a prática sistemática de prestação de assistência ou serviços a grupos ou comunidades carentes. Ou seja, as ações visavam o cumprimento de um papel distante da relação dialógica esperada na atualidade da promover a interação universidade e sociedade.

Seguindo essa mesma perspectiva de atuação, após o início na Inglaterra, a extensão migrou para Bélgica e Alemanha, expandindo-se, na sequência, por toda a Europa. As influências atravessaram continentes, e em alguns anos, já fazia parte das universidades americanas, seguindo basicamente o mesmo viés de prestação de serviços na área rural e também na área urbana (NOGUEIRA, 2001, p. 58).

Conforme Singer (2001), nos Estados Unidos, as universidades apresentam características diferentes das instituições de ensino europeias, pois na América não hesitavam na tentativa de atender demandas apresentadas pelos governos e empresas. Entendiam, portanto, que existia a necessidade de provar utilidade das instituições e, dessa forma, mostrar que poderiam alcançar apoio ao iniciar novos cursos de estudo e pesquisa, bem como ao 'vender' adequadamente seus serviços (BEN-DAVID, 1971, p. 213 apud SINGER, 2001).

A partir do modelo extensão norte americano, influenciado por experiências das universidades europeias, chega ao Brasil nos primeiros anos do século XX, o mesmo conceito de extensão universitária como prestação de serviços. As primeiras instituições de ensino superior em terras brasileiras surgem entre os anos 1911 e 1917, e se concentram em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, tornando-se posteriormente universidades federais.

Movimentos ocorridos na América do Sul também tiveram relevância nesse contexto de transformação da visão e inserção das atividades extensionistas nas universidades da região. As influências do “Manifesto de Córdoba”, movimento estudantil da Universidad

¹ Reis (1996) apresenta que as ações de extensão devem servir a formação acadêmica de forma organizada e como um processo. Mas, muitas ações atendem as necessidades do mercado capitalista no modelo de prestação de serviços ou até mesmo assistencialismo as camadas populares menos favorecidas. Questões que serão detalhadas posteriormente

Nacional de Córdoba, na Argentina em 1918, tornou-se um importante marco e é considerado um documento histórico na defesa da autonomia da universidade. Esse movimento representou o levante popular estudantil de luta pela democratização do ensino superior e da relevante atuação da Academia como agente de transformação social.

1.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Esta seção visa explorar o histórico das práticas da extensão universitária nas instituições de ensino superior do Brasil. Para que seja possível realizar esse levantamento, faz-se necessário compreender o contexto de surgimento e o processo de expansão do ensino superior no país. Ou seja, começa-se por analisar os movimentos políticos e sociais que influenciaram a criação de centros de ensino, que inicialmente receberam o nome de escolas superiores, para em seguida, no início do século XX, serem denominadas universidades.

Para evidenciar o contexto da época e a maneira como as autoridades locais pensavam a formação de um processo educacional no Brasil Colônia, em oposição a outras regiões do mundo, de acordo com Teixeira (1999), é possível observar uma exceção em relação aos demais países da América Latina, uma vez que, enquanto a Espanha, por exemplo, estabeleceu diversas universidades em suas colônias, totalizando cerca de 26 ou 27 no período da independência, Portugal restringiu o acesso dos brasileiros às Universidades da Metrópole, como Coimbra e Évora, com exceção dos colégios reais dos jesuítas.

Por essa razão, a dependência da colônia brasileira em relação à metrópole perdurou por um longo período, segundo Cunha (1998), o principal motivo que impediu a expansão do sistema universitário português para a colônia brasileira foi a dificuldade de trânsito dos professores entre Portugal e Brasil, ao contrário do que ocorria na Espanha, que possuía um sistema de educação superior mais avançado.

Desde o período do Brasil Colônia, no qual a grande maioria da população não tinha acesso aos meios de ensino, uma vez que o processo educacional gerido pelos jesuítas se voltava para os poucos membros das classes mais favorecidas, além de exercer trabalho missionário de catequese com os indígenas, houve questionamentos acerca da importância e da necessidade da criação das universidades.

Nessa ótica, o discurso contrário ao avanço das instituições e do processo de ensino se fez presente em muitos momentos da história. Já existiam, no período do Brasil Colônia, defensores de uma educação superior voltada para poucos, esse grupo argumentava que a grande massa da população se voltasse para formações técnicas que tinham como propósito o

atendimento de mão de obra para satisfazer a necessidade de um operariado com uma formação média.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, fato histórico que ocorreu no ano de 1808, causou profundas mudanças na sociedade como um todo, e não poderia ser diferente no ambiente educacional. A carência de profissionais na área da saúde, naquele período, exigiu ações imediatas. Criar instituições em solo brasileiro se fez uma necessidade urgente, tendo em vista que os jovens de famílias abastadas, que eram incentivados a cursar medicina, precisavam se deslocar para Europa para realizarem sua formação.

Para atender as demandas que surgiram, e reduzir a dependência com a metrópole que foi mantida até então, duas escolas médicas foram criadas, constituindo-se dessa forma os primeiros centros de formação de nível superior em medicina, as Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro. Em seguida, foram criadas a Academia Real Militar (1810), que tinha como objetivo o preparo na carreira militar e o desenvolvimento da formação de engenheiros e a instalação dos Cursos Jurídicos nas cidades de Olinda e São Paulo (1817).

Durante o período imperial, o sistema de ensino no Brasil permaneceu praticamente inalterado. Nessa época, leis estabeleceram a responsabilidade da educação primária a cargo das províncias e o ensino superior sob a responsabilidade do poder central. No mesmo período, propostas e projetos de criação de universidades foram recusadas, e era crescente o interesse da população pela criação de um sistema de ensino mais amplo. De acordo com análise realizada por Fávero (2000), ao longo da história do Brasil, desde a época colonial até a República, houve grande resistência à criação de instituições universitárias, com mais de vinte projetos apresentados durante o período monárquico sem sucesso, e as primeiras tentativas também não foram bem-sucedidas após a Proclamação da República.

Diante desse contexto de resistência, espaços para debates e discussões a respeito do tema foram estabelecidos por meio de conferências, além disso, com a instalação de museus e bibliotecas, a mobilização social começa a criar um ambiente que instiga e motiva à reflexão acerca da educação no país.

Os movimentos sociais que pretendiam influenciar a criação de um novo ambiente para o desenvolvimento de um sistema de educação superior no país ganharam espaço com a Proclamação da República, evento histórico ocorrido em 1889. Vários institutos surgiram, escolas e outros centros em algumas regiões do país. As iniciativas ficaram concentradas no eixo geográfico do Rio de Janeiro e São Paulo, organizações como o Instituto Adolfo Lutz e a Escola Politécnica, em 1893; outras áreas do conhecimento também foram contempladas com

o Museu Paulista e a Escola de Engenharia Mackenzie; na área das letras e literatura surge a Academia Brasileira de Letras, em 1895.

Esses foram os primeiros passos para a posterior constituição das primeiras universidades no Brasil que ocorreu em 1920 no Rio de Janeiro e em Minas Gerais em 1927. Nesse período a atuação das universidades é criticada devido ao viés da prática de ensino desenvolvida nas instituições, as críticas estavam relacionadas ao entendimento de supervalorização apenas das atividades de ensino, não sendo dada a importância devida à pesquisa, seguindo dessa forma as práticas de orientação profissional presentes nos primeiros cursos criados nas escolas de educação superior.

Sendo assim, as discussões em relação à prática de atividades de pesquisa foram motivadoras. O debate em torno da criação das universidades foi fortalecido, pois havia o entendimento de que as escolas profissionais não se constituíam espaços propícios para o desenvolvimento de ações de pesquisa, nem existia incentivo para a formação de pesquisadores.

A atuação do pesquisador requer um espaço que possibilite a livre experimentação do pensamento, o que estaria dissociado das propostas das escolas profissionais nas quais se privilegiava resultados práticos e objetivos, refletindo acerca do pensamento da época a respeito também do ambiente que envolve o ensino superior. Durante grande parte da história brasileira, o ensino superior foi marcado pela ausência de universidades e pela concentração de poder nas mãos da elite econômica e política. Mesmo após a independência, mais de duas dezenas de projetos de criação de universidades fracassaram, evidenciando a resistência à expansão do ensino superior.

Quando, posteriormente, foram transformados em faculdades, os cursos superiores permaneceram como institutos isolados, sem interesse na formação de universidades, o que reforçou ainda mais o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira. Essa situação favoreceu principalmente a nobreza, os proprietários de terras e uma camada intermediária de burocratas e administradores, excluindo grande parte da população da possibilidade de obter uma formação superior (ARANHA, 2006)

Apesar desse contexto inicial desfavorável, mudanças significativas começaram a ocorrer nos anos de 1930, durante o então governo provisório de Getúlio Vargas, por meio da criação de um órgão federal, na época intitulado Ministério da Educação e Saúde, que promoveu reformas que tinham o objetivo de organizar o sistema de educação no país. Entre as conquistas desse período, pode-se citar a concepção do Conselho Nacional da Educação

(CNE), a publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras e a organização do ensino secundário e comercial, este último voltado para formação do profissional em contabilidade.

Nesse ambiente de desenvolvimento inicial de políticas educacionais, surgem as primeiras instituições com a denominação de Universidades, instituições resultantes da agregação de faculdades que já existiam, como exemplos podem ser citadas a Universidade do Rio de Janeiro (1920), a Universidade Federal de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Brasil (1937) que deu origem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965).

Depois de muitos avanços, reestruturação e programas de extensão, a universidade apresenta-se, hoje, conforme mencionado anteriormente, fundamentada em três pilares bases de atuação, são eles: ensino, pesquisa e extensão. Desses elementos que constituem o fazer pedagógico das instituições de ensino superior, a extensão foi a última a se integrar às atividades de ensino e pesquisa.

A história da prática da extensão universitária nas instituições de ensino superior brasileiras pode considerar como ponto de partida o decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, documento oficial intitulado Estatuto das Universidades Brasileiras, o referido documento proclamava uma perspectiva domesticadora e manipuladora da extensão (SERRANO, 2013).

É importante ressaltar que a inserção da extensão universitária se deu tardiamente, fruto de reivindicações por parte de grupos que consideravam de extrema relevância a interação das universidades com a sociedade. O decreto mencionado instituiu, em seus artigos nº 42 e 109, que a extensão seja efetivada por meio de cursos e conferências intra e extramuros, destinados à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo (BRASIL, 1931).

Observa-se, portanto, que reconhecimento da necessidade de que a universidade precisava romper os muros da instituição e buscar o diálogo com a sociedade surgiu tardiamente. No Brasil, a extensão universitária como a conhecemos hoje, voltada para ações comprometidas com as classes populares e a conscientização sobre direitos, só tomou forma na década de 1960. Vale ressaltar que o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, documento oficial publicado em 1931, limita-se à divulgação de pesquisas voltadas para grupos populacionais mais instruídos, não cita ou menciona com destaque a extensão como uma função da universidade. Assim, a extensão universitária tornou-se indissociável do ensino e da pesquisa, consolidando-se como uma importante ferramenta de transformação social no país (GADOTTI, 2017).

A partir desse contexto, uma nova percepção começa a ser desenvolvida, surge o entendimento de que a interação dialógica estabelecida com a comunidade no desenvolvimento de ações interdisciplinares é capaz de promover um processo de cunho educativo no qual há um envolvimento da universidade com diversos setores sociais.

Iniciou-se um longo caminho no aprimoramento de ideias e buscas de valorização e aperfeiçoamento das políticas educacionais no que se refere à consolidação da extensão universitária como prática pedagógica, muitas vezes, essas práticas eram percebidas apenas como serviços educativos, assistenciais e comunitários, dando um caráter meramente assistencialista às ações que na verdade devem ser reconhecidas por seu caráter educativo.

De acordo com Gadotti (2017, p. 2), esse entendimento começou a mudar a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), no qual a “Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Surgem novos olhares e entendimentos, inicia-se de fato a implementação das políticas de extensão universitária, com o intuito de garantir a institucionalização da Extensão.

Ao reconhecer a significativa relevância do papel da extensão universitária na formação de graduandos, proporcionando também formação continuada aos profissionais da educação e de todas as demais áreas de atuação profissional, que se envolvem em práticas educativas por meio das diversas modalidades de ações. O Plano Nacional de Educação (PNE 2001- 2010) estabelece diretrizes às Universidades para que no desenvolvimento de suas práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão estabeleçam percentual de 10% para a creditação curricular para atividades de extensão (BRASIL, 2001).

Determinação explicitada na resolução nº 7/2018, no seu artigo 4º, afirma que: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018, p. 2).

Ao perceber que a extensão universitária passou a ser diretriz para a formação acadêmica e cidadã dos discentes, passa-se a perceber a necessidade de reavaliação dos currículos dos cursos de graduação, pois ao determinar percentual a ser integrado à matriz curricular, compreende-se que houve no decorrer da história da universidade brasileira, avanços com relação ao valorativo da extensão universitária, reconhecendo que a vivência possibilitada por essas ações enriquece a formação do profissional egresso desses cursos.

Segundo Silva, Ribeiro e Pontes (2016, p. 16), a extensão tem por tarefa “construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais”. Os autores afirmam ainda que “é tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação”.

Vale ressaltar que a análise, avaliação e reformulação dos currículos devem levar em consideração os conhecimentos adquiridos dialogicamente: academia e comunidade atuam de modo a contribuir para o desenvolvimento de um processo interdisciplinar, no qual o fazer pedagógico fundamentado no saber científico, não pode desconsiderar o contexto econômico, social e cultural das comunidades.

A aprendizagem verdadeira ocorre quando o aprendizado é apropriado pelo indivíduo, transformando-se em algo apreendido e que possa ser aplicado em situações reais. A extensão universitária, por sua vez, proporciona oportunidades para que sejam criadas estratégias de ensino e aprendizagem, tornando-as mais eficazes e desenvolvendo habilidades no aluno. A combinação das melhores estratégias com o ato de ensinar e aprender pode gerar resultados significativos.

Em outra vertente, ao conhecer a realidade do contexto escolar e da sala de aula, o discente graduando tem a oportunidade de compreender o significado e importância do papel do educador para a sociedade, por meio desse entendimento pode reelaborar o seu entendimento acerca de como se deve pensar a sua formação profissional. É nesse sentido que lhe é permitido não somente aprender conceitos e teorias na academia, mas na verdade apreender de forma mais ampla tudo que envolve o fazer pedagógico (FREIRE, 1983).

Para compreender o processo formativo acadêmico do discente, faz-se necessário observar as possibilidades geradas a partir da atuação nas ações de extensão. Ao se colocar em situações concretas, as quais essas vivências proporcionam, surgem oportunidades para a reflexão da prática, inspirada nas teorias.

A função da universidade na formação inicial do professor de Língua Portuguesa tem como objetivo estabelecer a integração entre a academia e a atuação profissional. Essa vivência permite ao professor a aplicação prática das teorias vistas em sala de aula. Destarte, a extensão universitária é fundamental para uma formação comprometida com a sociedade, uma vez que possibilita a construção de um saber especializado e direcionado para a solução de problemas reais. Nesse sentido, teoria e prática se complementam na produção de

conhecimento, sendo essencial que os alunos se envolvam nesse processo para fortalecer sua formação universitária e contribuir para a transformação social (CABRAL, 2002).

A relação entre teoria e prática na extensão universitária é um dos principais fatores que torna esse campo de intervenção tão importante e eficaz. Isso porque os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula só são verdadeiramente assimilados quando são aplicados em situações concretas, por meio de metodologias planejadas e adaptadas aos contextos específicos de atuação.

Dessa forma, a extensão universitária se torna uma oportunidade única para que os alunos possam vivenciar na prática aquilo que aprendem na teoria, contribuindo para o fortalecimento de sua formação e desenvolvimento de habilidades essenciais para a atuação profissional. Além disso, a aplicação prática dos conhecimentos teóricos também permite a resolução de problemas sociais existentes na sociedade, promovendo a transformação social por meio do saber produzido na universidade, somado ao aprendizado obtido nas comunidades. Esta interação com os diversos setores da sociedade permite a todos os envolvidos em um projeto de extensão o verdadeiro aprendizado, tendo em vista que há uma troca de saberes, uma via de mão dupla na qual se ensina e também se aprende.

1.2.1 Financiamento da extensão universitária

A institucionalização da extensão universitária passa a adquirir notoriedade e espaços consolidados dentro das universidades para a prática extensionista. Tal reconhecimento exige financiamento por parte do poder público para que seja possível o desenvolvimento de ações que necessitam de apoio financeiro para execução de suas atividades.

Durante muito tempo, percebeu-se a desvalorização da prática da extensão, além da ausência de suporte financeiro, houve também dificuldade de um direcionamento conceitual que garanta e reconheça o caráter acadêmico-pedagógico da Extensão Universitária. Nessa linha, de acordo com o documento produzido pela Força-Tarefa de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX) em 1990, a extensão universitária é um processo que une o Ensino e a Pesquisa de maneira inseparável e contribui para a transformação da relação entre a universidade e a sociedade. Através da extensão, é possível integrar teoria e prática em situações reais e complexas, e promover um trabalho interdisciplinar que permite uma visão mais ampla e integrada dos problemas sociais. Sendo

assim, a extensão é um elemento fundamental para a produção de conhecimento crítico e transformador, capaz de gerar impacto positivo na sociedade.

Diante do exposto, nota-se que o entendimento acerca da extensão universitária proposto pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão passa a reconhecer a importância da extensão a ser realizada por meio da prática indissociável que deve ser desenvolvida junto às ações de ensino e pesquisa, equiparando-a a essas outras duas funções da universidade, colocando-a entre os espaços já conquistados por essas duas funções já muito bem alicerçadas dentro das universidades.

A legitimação da extensão universitária havia sido instituída por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988, ao estabelecer o princípio da indissociabilidade e trazer autonomia para as universidades, destacando também a gestão financeira: "Art. 207. As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". A explicitação da extensão universitária, atrelado à autonomia financeira garantida às universidades representou um passo relevante para o fortalecimento da área.

Vale ressaltar a necessidade de visão extensionista da gestão das universidades, uma vez que a autonomia financeira dada às instituições possibilita que a administração destine parte da matriz orçamentária para o financiamento dessa prática. Nessa seara, faz-se mister, portanto, que haja destinação financeira específica para a extensão universitária, tendo em vista a implementação da creditação da extensão universitária, disciplinada no âmbito da UFPB, pela resolução número 03/2022. Esse normativo, regulamentou a política de creditação da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação, sejam cursos de licenciatura, bacharelado ou tecnólogo, nas modalidades presenciais e/ou a distância.

1.2.2 Modalidades e estrutura das ações de extensão

No momento da submissão de ações de extensão aos editais da UFPB, é exigida a classificação de acordo com as modalidades estabelecidas nas normas que regulamentam essas atividades. Essas modalidades incluem Programa, Projeto, Cursos e Oficinas, Evento (Congresso, Simpósio, Jornada, Ciclo de palestras, Fórum, Encontro, Festival, Exposição, Torneio, Olimpíada, Recital etc.), Prestação de Serviços e Produtos, sendo cada uma delas brevemente definida em um quadro explicativo baseado nas resoluções internas e políticas nacionais de extensão universitária. É importante destacar que essas modalidades não são apenas classificações formais, mas sim estratégias de intervenção social que buscam

promover a transformação da realidade por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, conforme o quadro 1, tem-se:

Quadro 1 - Modalidades de ações de extensão realizadas na UFPB

Tipo de ação	Definição
Programas	Conjunto articulado de projetos e/ou outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), integrado ao ensino e/ou à pesquisa, em consonância com as políticas institucionais da Universidade direcionadas às questões relevantes da sociedade, com caráter regular e continuado, com tempo mínimo de execução de seis meses e máximo de 12 meses
Projetos	São definidos como ações processuais e/ou contínuas de caráter educativo, social, artístico, cultural, científico e/ou tecnológico, com objetivos específicos, e que cumpram o preceito da indissociabilidade da extensão, do ensino e da pesquisa. O PROJETO pode ser: <ul style="list-style-type: none"> · Vinculado a um programa, o qual faz parte de uma nucleação de ações; · Não vinculado a um programa (projeto isolado).
Cursos e Oficinas	São ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, que se proponham a socializar os conhecimentos produzidos na Universidade e/ou outros setores da sociedade, realizadas de forma presencial, à distância, remota (síncrona ou assíncrona) e/ou híbrida, vindo a contribuir para uma melhor articulação entre os saberes acadêmicos e/ou populares, como também proporcionar a transferência de tecnologia e de práticas sociais

Eventos	São ações que consiste na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, de conhecimentos e/ou de produtos culturais, artísticos, esportivos, científicos e/ou tecnológicos, desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela Universidade. São considerados eventos: campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, workshop, painel, debate, encontro, espetáculo, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações, que congreguem pessoas em torno de objetivos específicos. Pode ser realizado no formato presencial, à distância, remoto e híbrido.
Prestação de serviços	Ações pelas quais são disponibilizadas ao público habilidades, conhecimentos e/ou infraestrutura de domínio da Universidade sob a forma de atendimentos, consultas, exames e ensaios laboratoriais, procedimentos especializados, curadoria, consultorias, assessorias, assistência técnica e manutenção de equipamentos e outras atividades similares.
Produtos	Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para a difusão, a divulgação cultural, científica ou tecnológica e a transferência de seus resultados para os demais setores da sociedade. Podem ser cadastrados no SIGAA os produtos gerados de atividades de extensão, ensino/creditação da extensão e pesquisa tais como: livros, anais, artigos, textos, revistas, manuais, cartilhas, jornais, relatórios, pareceres, laudos, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, entre outros, além de produtos cuja elaboração seja uma das etapas da ação de extensão proposta.

Fonte: SIGAA-UFPB (2023)

A efetivação da Extensão Universitária, como prática que permite a interação da universidade com a sociedade, pode ser desenvolvida por meio de algumas modalidades nas quais a universidade se constitui responsável pela transmissão dos conhecimentos acadêmico-científicos, por meio da mediação do processo de ensino e aprendizagem, a comunidade por sua vez, possibilita experiências práticas por meio das vivências.

Entre as modalidades das práticas extensionistas, como apresentada no quadro descritivo, temos os projetos, ações que têm como objetivos encontrar soluções para questões de interesses e necessidades presentes na sociedade em diversos aspectos, seja por meio de ações que promovam a conscientização de grupos sociais acerca de temas de relevância e impacto para as comunidades: orientação e capacitação por meio da divulgação de informações e conhecimentos.

A realização de um projeto de extensão traz contribuições relevantes para os atores envolvidos: conhecimentos sistematizados trabalhados na universidade são postos em prática, para as comunidades, há a possibilidade de contato com esses saberes e permite a troca de experiências. Por mais que existam ações de extensão que atuam na prestação de serviços, essa prática não pode ser compreendida com uma visão reducionista que a perceba com prática assistencialista ou de ações de voluntariado social. O caráter de cunho pedagógico realizado por meio da relação com o ensino e a pesquisa deve ser o foco principal.

Dessa forma, a construção do projeto de extensão segue o modelo pré-estabelecido conforme o formulário eletrônico da plataforma SIGAA, no qual itens devem ser preenchidos com as informações para cada campo, conforme detalhamento:

- a. Título – Descrição resumida que deve apresentar o conteúdo do projeto, é o nome da ação, sendo assim, permite o primeiro contato do leitor com a proposta.
- b. Ano de realização da ação e período de realização (vigência).
- c. Área do conhecimento e Área temática da Extensão – Está em consonância com a Política Nacional de Extensão, dessa forma, as propostas de extensão precisam se alinhar-se a essas áreas temáticas, de acordo com os conteúdos e objetivos aos quais se propõem, dessa maneira se vincular a uma delas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

- d. Linhas de Extensão para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Linhas de atuação apresentadas no edital que estão alinhadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030, pacto global que envolve o Brasil e mais 192 países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU), se constitui um plano de ação que busca a sustentabilidade do planeta, fortalecimento da paz, liberdade, erradicação da pobreza, questões relacionadas ao bem-estar social.
- e. Público-alvo do projeto: público alvo interno ou externo à universidade.
- f. Coordenador: Proponente da ação que pode ser servidor docente ou técnico-administrativo responsável pela submissão da proposta, realizada no registro no SIGAA e pela orientação do projeto.
- g. Local de realização da ação: estado, município, bairro, espaço de realização (escola, associações, unidade básica de saúde, assentamento de reforma agrária).
- h. Equipe organizadora: Demais membros da equipe: coordenador adjunto; colaborador, docente(s) ou técnico-administrativo(s) da UFPB; colaborador externo, participantes externos à UFPB; discentes bolsistas ou voluntários. Compõem os membros da equipe organizadora das ações atuais, junto ao coordenador(a) na execução da ação.
- i. Na sequência há espaços no formulário para a inserção do corpo do projeto com os elementos textuais que o compõe como: resumo, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, referências, objetivos gerais, resultados esperados, palavras-chave.

1.2.3 Edital de chamada da extensão

O edital PROBEX é vinculado à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, por meio da Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC). Normatizado pelas Resoluções Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (doravante CONSEPE) N° 76/97, que fixa normas para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão no âmbito da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Resolução N° 61/14 que regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências e da Resolução N° 52/18 que

estabelece critérios para distribuição de encargos ao pessoal da carreira do magistério superior na UFPB e regulamenta o Plano e o Relatório Individual Docente.

Nesse sentido, o edital exposto anteriormente propõe a realização de ações que promovam a excelência da extensão, atividades integradas ao ensino e à pesquisa e baseadas no desenvolvimento do processo educativo, científico e cultural. A interação da universidade com outros setores da sociedade, premissa estabelecida pela Política Nacional de Extensão, presente no artigo Art. 1º da Resolução 61/2014: “A extensão é constituída, na UFPB, como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade”.

Sendo assim, o referido edital, e as demais resoluções que compõem os documentos de referência, estabelece as regras e critérios para submissão e avaliação das propostas na modalidade projeto. Ademais, orienta de forma abrangente a construção estrutural do texto dos projetos de extensão, regulamentando o processo de submissão e seleção, que tem como objetivo classificar ações de extensão e projetos, que tenham como premissa essencial estimular a prática de atividades extensionistas a serem realizadas por seus proponentes servidores docentes ou técnicos administrativos que atuam como coordenadores das ações. Podem constituir, ainda, a equipe organizadora da ação outros membros da comunidade acadêmica, docentes, técnicos administrativos, pessoas da comunidade externa e discentes da graduação que desempenham a função de bolsistas ou voluntários.

Conforme as diretrizes definidas pela Política Nacional de Extensão, o edital abrange as 8 áreas temáticas de atuação, são elas: Educação; Meio Ambiente; Comunicação; Cultura; Trabalho; Direitos Humanos e Justiça; Saúde; Tecnologia e Produção.

Nesse cenário, as ações desenvolvidas junto às comunidades atendidas pela realização dos projetos nas diversas áreas temáticas contempladas têm a oportunidade de desenvolver e fomentar as estratégias na área das políticas de extensão universitária. Esse público externo tem relevante contribuição no desenvolvimento desse eixo estruturante no tripé da formação acadêmica dos discentes. As ações realizadas, de forma indissociável das atividades de ensino e pesquisa, proporcionam a formação acadêmica e cidadã dos discentes que compõem a equipe organizadora dos projetos, como determina o artigo 3º da resolução CONSEPE Nº 76/97: “Estimular o desenvolvimento da criatividade na busca de soluções frente ao confronto do saber científico com o saber popular, aprimorando o processo formativo de profissionais enquanto cidadãos”.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas resoluções que normatizam o fazer extensionista e as propostas do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades

Públicas Brasileiras, entidade criada com o objetivo de fortalecer as políticas acadêmicas de extensão universitária, o edital apresenta diretrizes alinhadas à transformação social e a construção de uma formação cidadã e consciente aos discentes extensionistas, contexto de atuação que amplia a visão dos envolvidos, conforme apresenta a política nacional de extensão:

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Dessa forma, a realização das atividades de extensão universitária permite à universidade atuar por meio de suas ações com a finalidade de estreitar os laços entre a universidade e a sociedade em seu entorno.

1.2.4 Critérios de avaliação

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) tem buscado no decorrer dos anos aprimorar os procedimentos relacionados a publicações de editais, submissões de propostas e avaliações das ações. A partir do ano de 2017 as propostas de ações de extensão passaram a ser cadastradas no módulo de extensão do Sistema de Gestão Integrada de Atividades Acadêmicas (SIGAA)> Por meio desse sistema, que vem sendo aprimorado de forma a poder atender de maneira mais eficiente as demandas dos docentes, discentes e técnicos administrativos, a PROEX passou gerenciar todas as etapas do processo de seleção das ações de extensão.

O processo de avaliação, etapa de análise criteriosa dos projetos de extensão, é disciplinado por regras estabelecidas no Edital PROBEX com base em critérios formulados a partir das diretrizes norteadoras da extensão presente no documento oficial que apresenta a política nacional de extensão universitária, o atendimento a essas diretrizes é condição necessária para que a proposta atenda aos requisitos da prática da extensão e esteja apta à aprovação.

Vale ressaltar, conforme estabelecido em edital, que a avaliação é realizada por pares como responsáveis por esta atribuição, uma vez proponente de ação de extensão se torna automaticamente avaliador das propostas submetidas, dentro da sua área do conhecimento.

Ao estabelecer um processo rigoroso para a avaliação e seleção de propostas submetidas aos editais de chamada à prática da extensão, a PROEX tem como objetivo proporcionar a qualificação das ações, dessa forma, faz-se necessário um conjunto de procedimentos que possibilite uma análise eficaz do conteúdo das propostas, que avalie as contribuições e impactos que possam causar às comunidades internas e externas, dessa maneira, possibilitará o fortalecimento da Extensão Universitária.

A avaliação é composta de duas etapas: análise para a verificação de conformidade e avaliação do mérito da ação. Os critérios mencionados em cada etapa, devidamente detalhados no edital, devem ser observados no momento de elaboração das propostas, para que dessa forma, apresentem-se em consonância com os critérios de avaliação.

1.2.4.1 Verificação de conformidade

O edital PROBEX 2021 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresenta diversos itens que estabelecem requisitos e procedimentos a serem seguidos pelos proponentes de projetos de extensão. Esses itens foram criados com o objetivo de garantir a qualidade e a adequação dos projetos às diretrizes da extensão universitária. Vale destacar que o edital define que os proponentes das ações sejam do quadro de pessoal efetivo ou em efetivo exercício na universidade.

Outro ponto importante é a exigência de que os proponentes tenham submetido resumo no XXI ENEX ou justificado a não submissão. O ENEX é um evento importante para a comunidade acadêmica e a participação dos proponentes nesse evento demonstra seu comprometimento com a extensão universitária.

Além disso, o edital exige que os projetos que caracterizem empresa júnior estejam registrados de acordo com a Lei 13.267/2016. Esse registro garante a legalidade e a viabilidade do projeto, além de permitir que os estudantes envolvidos sejam reconhecidos como membros de uma empresa júnior, essas ações devem ter sua submissão vinculada ao Edital de Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX).

Também é importante que os proponentes anexem a carta de aceite do público-alvo do projeto, além de apresentar justificativas caso não seja possível obter essa carta. Essa

exigência visa assegurar que o projeto tenha um impacto real e que os benefícios sejam estendidos aos participantes.

Por fim, o edital estabelece a necessidade de apresentação da Carta de Anuência do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) caso o projeto seja executado nesse local. Essa carta é emitida pela Gerência de Ensino e Pesquisa (GEP/HULW) e autoriza a realização do projeto no hospital. A exigência dessa carta visa garantir a segurança e a viabilidade do projeto dentro do HULW, conforme Quadro 2 têm-se a estruturação de conformidade.

Quadro 2 - Critérios para a verificação de conformidade

Verificação de conformidade	
1	<p>Item 7.1.1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se o docente ou técnico-administrativo é do quadro efetivo, caso não seja se apresentou documento comprobatório; - Se não for do quadro efetivo, verificar a existência de outros docentes e/ou técnico-administrativos do Quadro de Pessoal Ativo Permanente da UFPB cadastrados no projeto; - Caso o proponente não apresente as exigências, recomendar desclassificação da proposta, conforme sub item 7.1.1.3;
2	<p>Item 7.1.2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se o proponente submeteu resumo no XXI ENEX ou justificou a não submissão, mediante lista fornecida pela COPAC. - Em caso negativo, recomendar desclassificação.
3	<p>Item 7.7.2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se o proponente cadastrou projeto que caracterizem empresa júnior, regida pela Lei 13.267/2016. O registro das empresas juniores deverá ser realizado no Edital do Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX) 2021. - Em caso afirmativo, recomendar desclassificação;
4	<p>Item 7.7.4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se o proponente anexou documento comprobatório da aceitação e da viabilidade de execução da proposta (Modelo Anexo VI) junto ao público alvo objeto do projeto; - Se não anexou a carta de aceite, apresentou justificativa quando da não necessidade da mesma;
5	<p>Item 7.7.5.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar, quando o projeto tiver como local de execução o Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW, se o Proponente apresentou Carta de Anuência (Modelo Anexo VII), emitida pela Gerência de Ensino e Pesquisa – GEP/HULW, localizada no segundo andar do hospital, autorizando a realização do projeto no referido hospital para o Exercício 2021/22.- A não apresentação da Carta de Anuência do HULW acarretará na desclassificação da proposta.

Fonte: Edital PROEX 03/2021

1.2.4.2 Critérios para avaliação de mérito da ação

Os aspectos a serem avaliados nesse bloco de critérios estão relacionados ao atendimento das ações submetidas às características gerais da extensão universitária, a relevância social do projeto e a viabilidade de sua execução., conforme o quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Critérios para avaliação do Mérito da ação item 10.7.2

Critérios de avaliação de mérito			
Caracterização da ação como de extensão		Peso	Escala de Pontuação
1	A presente proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária? (envolve comunidades externas a UFPB; interação dialógica da UFPB com a sociedade; formação cidadã do estudante; articulação ensino/extensão/pesquisa.) Justificar no parecer	3.0	Sim – 10,0 Não – 0,00
2	O projeto articula a ação de extensão com o ensino e a pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação acadêmica e cidadã do discente e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias? Justificar no parecer	1.0	0,00 a 10,0
3	O projeto articula várias áreas do conhecimento na consecução da ação, por meio da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade (verificar ainda a participação de docentes e colaboradores levando em consideração a multiplicidade de departamentos/setores envolvidos)? Justificar no parecer	1.0	0,00 a 10,0
4	A proposta descreve os impactos da extensão na formação do discente (teórico, metodológico e/ou profissional) estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável? Justificar no parecer	1.0	0,00 - 10,0
Relevância social do projeto		Peso	Pontuação
5	Considerando as áreas temáticas da extensão, assim como a política de internacionalização, a política de educação ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (conforme títulos III, V e VI do Edital Probex 2021). identifique se estão presentes na proposta:	2.0	0,00 - 10,0

	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto Social (acesso à formação, informação e inovação); - Público-alvo (caracterização do público alvo; estratégias da relação universidade X sociedade; empoderamento) - Contribuição com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local, regional e nacional (em sua formulação, implementação e acompanhamento); - Atendimento à comunidade ou setor com vistas à futura autonomia das ações. - Justificar no parecer 		
Viabilidade de execução e sustentabilidade do projeto		Peso	Pontuação
6	O proponente estabeleceu cuidadosamente mecanismos e formas de monitoramento e avaliação?	0.5	0,00 a 10,0
7	<p>O proponente apresenta indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto? (No parecer justificar quantos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos; - Recursos materiais; - Local para realização; - Logística de transporte; - Parcerias internas (laboratórios, órgãos suplementares, núcleos, etc.); - Parcerias externas (órgãos públicos e privados, segmentos sociais organizados, etc.); - Convênios, termos de cooperação e congêneres; - Outros indicadores apresentados pelo proponente; 	0.5	<p>Mais de 5 indicadores – 9,00 a 10,0 3 a 5 indicadores – 7,00 a 8,00 1 a 2 indicadores – 4,00 a 6,00 Não apresenta – 0,00</p>
8	<p>O proponente apresenta nos resultados esperados os produtos provenientes da ação de extensão proposta?</p> <p>(livros, anais, artigos, textos, revistas, manuais, cartilhas, jornal, relatórios, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, entre outros)</p>	0.5	<p>Sim – 10,0 Não – 0,00</p>
9	Há coerência entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperados?	0.5	0,00 a 10,0
Média aritmética		Até 10,0	

Fonte: Edital PROEX 03/2021

O primeiro ponto, que se refere aos aspectos relacionados à caracterização da proposta de ação de extensão, o item propõe a atribuição de notas pré-determinadas de 0 (zero) para ações que não se caracterizem como proposta de ação de extensão universitária ou 10 (dez)

caso a ação se alinhe à prática extensionista. Dessa forma, para que o item seja avaliado adequadamente existe a necessidade de leitura completa da proposta, pois, por meio da análise de todo o conteúdo será possível ao avaliador julgar se a ação atende ou não o que se propõe no edital, no caso, esse item sendo verificado de forma correta seria suficiente para a aprovação ou reprovação da ação, cabendo ao avaliador atribuir nota 0 (zero) para as propostas que não atendam aos requisitos da extensão universitária ou 10 (dez) caso a proposta se enquadre como prática de extensão.

Os demais critérios de avaliação presentes no edital estão em consonância com as regulamentações internas da universidade e com as diretrizes para as ações de extensão universitária presentes no documento que estabelece a política nacional de extensão universitária, documento oficial elaborado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Na análise e avaliação da proposta, o avaliador deve verificar se há explícito no seu conteúdo referência ao envolvimento das comunidades externas a UFPB, analisar também se esse envolvimento com públicos externos promove a interação dialógica da universidade com a sociedade como determinam as diretrizes da política nacional de extensão universitária.

Já a diretriz da Interação Dialógica propõe o estabelecimento de relações entre a universidade e os setores sociais por meio do diálogo e da troca de saberes, com o objetivo de criar um conhecimento novo em colaboração com a sociedade, em vez de apenas transmitir o conhecimento acumulado pela universidade. Essa abordagem visa superar o discurso da hegemonia acadêmica e estabelecer alianças com movimentos, setores e organizações sociais, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática, e para a superação da desigualdade e da exclusão social (FORPROEX, 2012).

Dessa maneira, como pode ser observado na diretriz que se refere à articulação da universidade com os diversos setores da comunidade, o objetivo da interação propiciada por meio dessa relação visa à construção de saberes e conhecimentos a serem produzidos mutuamente, a interação dialógica deve promover a troca de saberes, formação cidadã do estudante pautada na ética e construção de um ambiente social que supere as desigualdades por meio da justiça social, princípios éticos num ambiente democrático.

O segundo ponto a ser avaliado diz respeito à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse caso, o avaliador deve identificar na proposta a presença de vinculação da extensão às atividades que promovam a formação dos envolvidos (Ensino) e atividades que proporcionem a geração e produção de conhecimentos (Pesquisa). Compreende-se que a integração no desenvolvimento dessas atividades garante o efetivo

desenvolvimento da formação do discente, seja no aspecto acadêmico por meio da aquisição e produção dos novos conhecimentos, como também a ampliação da formação ética e humana, tornando-o um cidadão consciente de suas responsabilidades.

O terceiro item aborda a análise de questões relacionadas à Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade. O atendimento dessa diretriz está de acordo com o que se apresenta na política nacional de extensão universitária nas orientações do FORPROEX. Sendo assim, tem como objetivo superar a dicotomia entre especialização e complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, bem como aos próprios objetivos e objetos dessas ações. Essa abordagem busca combinar esses dois elementos, de forma a permitir uma atuação mais ampla e efetiva na promoção de transformações sociais, por meio de ações extensionistas que considerem a complexidade das demandas e necessidades sociais (FORPROEX, 2012).

Dessa maneira, a busca pela interação dos mais variados conceitos das diversas disciplinas, nas várias áreas do conhecimento, promove a busca da construção de saberes combinados, esse envolvimento se contrapõe ao conceito de compartimentação do conhecimento da realidade (NOGUEIRA, 2000).

O quarto ponto do formulário de avaliação das propostas de extensão se refere à descrição dos impactos proporcionados pela extensão universitária à formação dos discentes. Esse quesito pode ser pensado por meio da reflexão das possibilidades de ampliação e enriquecimentos dos conhecimentos teóricos e metodológicos, além desses aspectos existem questões relacionadas aos princípios éticos inerentes ao fazer profissional, entendimentos construídos nas vivências diários desde o processo de formação à atuação profissional.

No quinto ponto, tem-se que, no que tange ao público-alvo, é fundamental que a proposta apresente uma caracterização detalhada, bem como estratégias para a relação universidade-sociedade que permitam o empoderamento desse público. Na mesma direção, trata também do aporte para políticas públicas, assim, a proposta deve apresentar uma contribuição clara para esse desenvolvimento, voltada para o desenvolvimento local, regional e nacional, desde a formulação até o acompanhamento dessas políticas. Por fim, o edital estabelece uma atenção ao atendimento à comunidade ou setor, pois é importante que a proposta tenha como objetivo atender às demandas da comunidade ou do setor de atuação, com vistas a promover a autonomia dessas ações.

O sexto ponto impõe que o avaliador deve analisar se o proponente do projeto estabeleceu de forma adequada mecanismos e formas de monitoramento e avaliação do projeto de extensão. Isso inclui a definição de indicadores de avaliação que permitam verificar

se os objetivos e metas propostos estão sendo alcançados, bem como a realização de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das atividades ao longo do projeto

O sétimo ponto apresenta que o avaliador deve verificar se o proponente apresentou indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto. Esses indicadores podem incluir, por exemplo, a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários para a realização do projeto, a existência de parcerias internas e externas que possam contribuir para a realização das atividades, a definição de metas e prazos realistas, e a previsão de fontes de financiamento que permitam a continuidade do projeto a longo prazo. A apresentação de indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade é fundamental para garantir a efetividade do projeto a médio e longo prazo.

O oitavo ponto apresenta que o avaliador deve verificar se o proponente apresentou nos resultados esperados os produtos provenientes da ação de extensão proposta. Esses produtos podem incluir, por exemplo, livros, anais, artigos, textos, revistas, manuais, cartilhas, jornal, relatórios, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, entre outros. A apresentação desses produtos nos resultados esperados é importante para demonstrar a contribuição do projeto para a sociedade e para a disseminação do conhecimento produzido.

O nono ponto aborda que o avaliador deve verificar se há coerência entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperados. Isso significa que as atividades propostas devem estar alinhadas com os objetivos e a metodologia definidos, e que os resultados esperados devem ser condizentes com as atividades e objetivos propostos. A coerência entre esses elementos é fundamental para garantir a efetividade e qualidade do projeto de extensão.

Dessa forma, a Universidade em suas ações gera conhecimento por meio da autonomia criativa do fazer pedagógico, atua na mediação por meio das práticas de ensino aos educandos. Por meio da realização de atividades de pesquisa, aperfeiçoa conhecimentos tidos cristalizados e produz novos entendimentos, desperta a consciência a novas percepções. E, por meio da prática da extensão, a formação do discente construída nessa relação indissociável atua nas comunidades por meio da difusão de forma democrática, ao socializar os conhecimentos e assim completar o ciclo necessário à formação acadêmica. Visto dessa maneira, percebe-se a interdependência da relação dessas três atividades, atuando conjuntamente constituem-se práticas complementares à formação dos discentes, por conta disso, aspecto indispensável a ser avaliado no projeto de extensão.

2 FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB

Esse capítulo apresenta a discussão sobre a formação docente em Letras no Curso de Letras – Português da UFPB, os caminhos de criação da referida Universidade, o perfil do egresso do curso a partir do conteúdo do seu Projeto Político Pedagógico e as implicações na formação do Professor de Língua Portuguesa.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA UFPB

A gênese da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é a Universidade da Paraíba que tem o seu surgimento marcado pela junção de algumas instituições de ensino superior, na época denominadas escolas superiores. Essas organizações educacionais foram incorporadas ou agregadas a partir da Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, em seu Art. 1º decreta: “É criada a Universidade da Paraíba, com sede na cidade de João Pessoa, capital do Estado, instituição de ensino superior, dotada de personalidade jurídica e de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar na forma da lei”.

Ao analisar a lei que criou a universidade é possível perceber a finalidade formativa da instituição, a perspectiva de incentivo à capacidade investigativa, desenvolvimento de aspectos ligados à formação integral e solidariedade humana. No entanto, existe também um propósito formativo voltado para determinadas classes e grupos específicos de pessoas como pode ser visto no artigo 3º:

- a. Estimular a investigação e a cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b. Concorrer para o aprimoramento da educação, entendida no seu conceito integral;
- c. Empenhar-se pela formação e difusão de uma cultura superior, adaptada às realidades brasileiras;
- d. Contribuir para a formação das elites dirigentes do estado e do país;
- e. Fomentar a cooperação no trabalho intelectual;
- f. Concorrer para o desenvolvimento da solidariedade humana.

Conforme determinado nos objetivos acima, a universidade abre espaço, também, para elementos da cultura, base primordial da educação. No entanto, a lei de criação da

universidade ainda apresenta ideologia dúbia em relação à formação a ser desenvolvida conforme afirma Fávero (2000): “equiparar tecnicamente as elites profissionais do País e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”. Nessa perspectiva, é germinada a criação da Universidade da Paraíba e de outras instituições de ensino superior no Brasil.

O processo de federalização que criou, de fato, a Universidade Federal da Paraíba se deu a partir da promulgação da Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, a referida lei incorporou as instituições de ensino ora existentes em João Pessoa, capital do estado, e na cidade de Campina Grande, conforme Art 2º que determina:

- a. A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:
- b. Faculdade de Filosofia da Paraíba;
- c. Faculdade de Odontologia da Paraíba;
- d. Escola Politécnica da Paraíba;
- e. Faculdade de Direito da Paraíba;
- f. Faculdade de Medicina da Paraíba e Escola anexa de Enfermagem da Paraíba;
- g. Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba;
- h. Escola de Engenharia da Paraíba;
- i. Escola de Serviço Social da Paraíba;
- j. Faculdade de Farmácia, da Universidade da Paraíba;
- k. Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

A partir da junção das escolas e faculdades que hoje compõem a universidade em várias cidades paraibanas, o processo de federalização que deu origem a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possibilitou a existência de uma estrutura multicampi que no decorrer dos anos passou pelo desmembramento de determinados centros, no entanto, como o objetivo desse tópico é traçar um breve histórico, apresentamos a seguir a atual configuração da universidade.

A composição multicampi da UFPB é composta, atualmente, por 4 campi, a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é a sede administrativa da universidade, na qual está localizado o Campus I. abriga 13 Centros de Ensino, nos quais existe a oferta mais de 50 cursos de graduação e diversas pós-graduações. O prédio da reitoria, administração central da universidade, está sediado nesse campus, na mesma área se encontram também a Agência de

Cooperação Internacional (ACI-UFPB) e o Hospital Universitário Lauro Wanderley, o HU/UFPB.

A cidade de Areia é sede do campus II da UFPB, na referida cidade está localizado o Centro de Ciências Agrárias (CCA), com a oferta de 7 cursos à comunidade. Estrutura integrada à UFPB por meio do Decreto Presidencial Nº 62.715, de 16 de maio de 1968.

O Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), sediado na cidade de Bananeiras e apresenta atualmente a oferta de 6 cursos, tem sua origem em 1913, com a criação do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1976, a antiga Escola Agrícola “Vital de Negreiros” - CAVN foi vinculada à UFPB, quando, na época deu origem ao Centro de Formação de Tecnólogos,. Em março de 2008, por meio de consulta democrática, a comunidade acadêmica determinou a mudança do nome do Centro de Formação de Tecnólogos - CFT para Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA.

Com o programa de expansão do ensino superior, implantado pelo governo federal, no ano de 2006 é aprovado pelo Ministério da Educação a criação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE). Localizado no Litoral Norte do estado, região da Mata Paraibana, tem a oferta de 11 cursos nas unidades localizadas nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, atualmente, o campus IV da UFPB exerce um importante fator de desenvolvimento das potencialidades educacionais da região.

2.2 PERFIL DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS – DA FORMAÇÃO À ATUAÇÃO

O curso de Letras - Língua Portuguesa é uma graduação de nível superior ofertada pela Universidade Federal da Paraíba, de modo presencial, com a titulação de licenciatura. A proposta do curso de formação de profissionais para o exercício do magistério, ensino de Língua Portuguesa é estruturada com o objetivo de possibilitar aos discentes nessa fase de formação inicial os conhecimentos teóricos, práticos e metodológicos necessários para o desenvolvimento das atividades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Em outra via, apresenta um perfil semelhante ao curso de Letras de forma geral, com foco no estudo da língua portuguesa em suas diversas dimensões e na literatura produzida em língua portuguesa. Durante o curso, os estudantes têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas como gramática, sintaxe, semântica, pragmática, e níveis de análise

linguística, desde o fonético e fonológico até o textual e discursivo (ALVES, 2005; COUTO, 2012).

Além disso, o curso oferece uma formação ampla em literatura, abarcando desde a literatura medieval até a contemporânea, e passando por diferentes movimentos e gêneros literários. Ainda, os estudantes podem se aprofundar em áreas específicas relacionadas à língua e literatura portuguesa, tais como linguística histórica, linguística textual, estudos literários comparados, e literatura infantojuvenil.

Dentre as habilidades desenvolvidas durante o curso, destacam-se a capacidade de análise e interpretação de textos literários e não literários em língua portuguesa, a competência para produzir textos em língua portuguesa de diferentes tipos e gêneros, o conhecimento sobre teorias linguísticas e literárias específicas da língua portuguesa, a capacidade de lidar com a diversidade cultural e linguística da língua portuguesa, e a habilidade para ensinar e transmitir conhecimentos de forma clara e eficaz (GONÇALVES, 2006; MENDES, 2016; SANTOS, 2014).

Em resumo, o perfil do curso de Letras Português visa a formação de profissionais capacitados para lidar com a língua e a literatura portuguesa de forma abrangente e aprofundada, contemplando tanto sua dimensão linguística quanto literária, e desenvolvendo habilidades como análise crítica, comunicação eficaz e ensino competente.

2.3 AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS

Refletir acerca da formação acadêmica para atuação profissional do docente de Língua Portuguesa, dentro do processo formativo em curso, configura-se uma atividade de grande relevância, uma vez que esse discente se encontra em fase de construção dos saberes teóricos e metodológicos.

Entendimento necessário, também, diz respeito às questões sociais envolvidas no processo de formação inicial do professor de Língua Portuguesa, tendo em vista que a sua atuação profissional está intimamente ligada ao desenvolvimento crítico e ético na construção da cidadania dos indivíduos. A identidade profissional se dá através da compreensão da importância social da profissão, da análise constante dos significados sociais atribuídos a ela e da revisão das tradições. É essencial também reafirmar práticas que são culturalmente consagradas e ainda relevantes, pois essas práticas contêm saberes valiosos que são necessários para lidar com as demandas da realidade. Tais práticas muitas vezes resistem às inovações porque já são bem estabelecidas e têm um valor consolidado. (PIMENTA, 1996)

Sendo assim, por meio das relações sociais que são compartilhados conhecimentos, experiências e práticas, o uso da linguagem, que se constitui elemento fundamental para as relações estabelecidas na comunicação entre as pessoas e grupos em constante interação, permite o confronto de ideias, a argumentação, a discussão acerca das teorias existentes sobre temas diversos, possibilita o debate e partilha de metodologias que estão relacionadas à prática profissional no desenvolvimento das atividades do professor.

Dessa maneira, o percurso de formação, inicial e continuada, do professor deve prepará-lo com habilidades para que possa atuar de forma crítica e reflexiva diante dos desafios que a profissão apresenta. No caso específico do professor de Língua Portuguesa o com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras (PPP), os profissionais da área devem:

Refletir sobre a importância do domínio da linguagem (em suas várias formas de manifestação e registro) como fundamental não apenas para a interação social, mas também para o julgamento crítico das relações sociais e do contexto em que está inserido, sendo capacitado para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando a sua formação como agente produtor e não mero transmissor do conhecimento; (PPP-LETRAS 2019 p 11).

Dessa forma, para que seja possível atingir tal perfil, a formação profissional deve atender os requisitos e as demandas que o exercício da função exigem, existe a necessidade de que os profissionais recebam uma preparação voltada para o atendimento das atribuições do exercício da profissão docente, deve ter conhecimentos específicos da área do conhecimento, no caso estudo a Língua Portuguesa, e sobretudo, ter habilidades e competências para saber mobilizar esses conhecimentos de modo a transformá-los em ações de ensino e aprendizagem.

Para que isso ocorra, dentro do curso de Letras o discente deve ser levado a construir caminhos que o torne sujeito autônomo, capaz de moldar o conjunto de conhecimentos adquiridos, e dessa forma construir e reconstruir o perfil adequado ao profissional de Língua Portuguesa. O intelectual não é definido pela quantidade de conhecimentos que possui, ou pela sua proficiência em um vasto conteúdo cultural, histórico e temático em sua área. Em vez disso, o que caracteriza o intelectual é sua habilidade em agir de forma autônoma, crítica e ética com base no conhecimento que adquiriu por meio de sua experiência na sociedade. (MARCUSCHI 2009).

No excerto acima, o autor evidencia uma importante habilidade intelectual a ser desenvolvida durante um processo de formação. Nesse sentido, revela e legitima o caráter social da Universidade, reconhecendo como o lugar privilegiado, no qual, por um lado, pode-se acolher, sistematizar e socializar o conhecimento que já foi produzido pela humanidade,

por outro, pode-se produzir novos saberes, conhecer novos métodos, dada a potencialidade da ação, autônoma proporcionada e pela interação com a sociedade a partir da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

Tal ação, desenvolvida de forma na interação e por meio do engajamento de práticas, nos permite analisar a forma como pode ser consolidado o alicerce de conhecimentos do profissional que tem como objeto de estudo e instrumento de trabalho a Língua Portuguesa. Sendo assim, além dos conhecimentos sistematizados e normatizados da língua, existe a necessidade de compreensão do funcionamento dessa língua em situação viva, no uso cotidiano de seus falantes.

Nesse sentido, ao se estabelecer a relação entre as experiências práticas vividas na execução do trabalho e a construção dos saberes para a docência, a importância de um conhecimento no ambiente profissional está diretamente relacionada à sua utilidade no trabalho. Nesse sentido, os saberes que derivam da experiência diária são fundamentais para a prática e a competência profissional, já que essa vivência é essencial para a aquisição e produção de conhecimentos profissionais pelo professor. Assim, o ensino implica na mobilização de diversos saberes, que são reutilizados e adaptados no trabalho para serem transformados em função das demandas da atividade profissional (TARDIF, 2010)

Dessa forma, podemos compreender que o processo de formação acadêmica do discente de licenciatura em Letras – Português percorre caminhos de construções significativas por meio das realidades diversas e diferentes contextos escolares nos quais passam em sua vivência profissional. Para o autor, as experiências vividas previamente na execução de atividades que se caracterizam experiências de trabalho, atuam para o desenvolvimento de particularidades da prática inerentes à profissão docente.

2.4 A FORMAÇÃO INICIAL E A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM COMO UMA PRÁTICA SOCIAL

A atividade de formação docente para o ensino da Língua Portuguesa se configura espaço de debates nos mais variados níveis. Para que se tenha um processo de ensino-aprendizagem de qualidade evidencia-se a necessidade de um processo formativo que possibilite a interação, pois dessa forma, as relações sociais atuam na construção do profissional, ou seja, as interações e nos mais variados ambientes nos quais os indivíduos estão inseridos perpassam pelo saber da prática docente.

Nesse sentido, vemos que a linguagem que se configura como uma prática social e muito tem a acrescentar neste processo, tendo em vista que é na/pela linguagem que os indivíduos se constituem enquanto sujeito da sociedade (BENVENISTE, 2008).

A partir do momento que a linguagem é compreendida como prática social, elemento presente nos processos de interação, nos quais são operacionalizados por meio das relações entre os indivíduos, no seu cotidiano, na vida social, repleta da multiplicidade de situações nas quais as práticas discursivas revelam mudanças sociais nos momentos em que os recursos que compõem o repertório linguístico e são empregados pelos atores ou grupos sociais no ato da interação dialógica, realizada a partir de reflexões e com objetivos comunicativos definidos a respeito de determinadas temáticas ou ações.

Nesse sentido, Bakhtin (2000, p. 289) ressalta que nas variadas esferas da atividade humana, por mais diversas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. [... o enunciado reflete condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo...]

Sendo assim, é necessário refletir acerca do impacto que a linguagem traz para a sociedade, uma vez que a interação comunicativa se configura maior do que atos nos quais pronunciamos ou escutamos, na verdade, deve ser considerada a forma como as relações se estabelecem e maneira pelas quais a mediação realizada por meio das práticas discursivas ao produzimos posicionamentos embasados nas vivências individuais, enunciados produzidos nas interações dialéticas com os quais se tem o intuito de obter mudanças em um mundo social, com concepções preestabelecidas e determinadas por seu contexto.

No momento que abordamos a linguagem como uma prática social é possível perceber sua relação e interação, por meio da circulação de ideias, efetivada na constituição dos discursos de uma determinada sociedade por meio da relação dialética entre linguagem e práticas discursivas – reafirmando a importância das práticas sociais que atuam nos fenômenos que resultam em transformações de um contexto.

Nessa perspectiva, podemos ressaltar que a linguagem se constitui como uma prática social de extrema relevância dentro do processo de formação do futuro educador, levando em consideração que é por meio do processo de interação na/pela linguagem que o homem se constitui como sujeito e, portanto, torna-se um multiplicador de ideias (BENVENISTE, 2008).

Diante do exposto, constatamos então, que o processo comunicação verbal está repleta de ideologias, pois ao considerarmos que toda prática discursiva, ao realizar-se, terá sempre uma intenção persuasiva, esse fato pode evidenciar as implicações da linguagem e suas

variadas formas de manifestação na vida social. Diante disso, vale ressaltar a importância do docente, em fase de formação inicial, está inserido nas mais diversas situações e refletir acerca de temáticas essenciais à sua formação, para que dessa forma possa ampliar os entendimentos e tornar-se um mediador de ideias, momento no qual irá estabelecer pontos com os seus futuros discentes quando do momento de atuação profissional.

França (1994) enfatiza que baseado nas reflexões e entendimentos das mudanças educacionais, a escola se constitua um espaço no qual seja possível promover tais observações e ponderações, uma vez que a forma como o ambiente educacional se configura, sempre foi importante para caracterizar a instituição escolar e a própria sociedade num determinado período, pois materializa as expectativas geradas pelos atores envolvidos, embates existentes nas proposituras de ideias e os questionamentos presentes.

Acreditamos que a vivência em espaços de ensino e aprendizagem se evidencia, portanto, momentos de interação de relevante importância, ambientes de inclusão para a realização de trabalhos diversificados e interdisciplinares, tendo em vista que iniciativas práticas permitem que o processo pedagógico possibilite diversos impactos e mudanças para o discente graduando e traz transformações significativas à sociedade.

Diante disso, destacamos ainda que os ambientes de ensino e aprendizagem passaram por inúmeras adequações desde suas origens, vale ressaltar que existem espaços de aprendizagem institucionais e não institucionais, ambientes nos quais temáticas culturais agem na transformação social e a educação atua como propulsor para as mudanças na vida dos que estão envolvidos no processo. Freire (2002, p. 22-23) é enfático ao afirmar que:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos conteúdos- acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos.

Destacamos que o profissional da área da educação deve estar inserido permanentemente em espaços de formação, nas mais variadas áreas do conhecimento, nos mais diversificados temas e em contextos heterogêneos, diante disso, fica evidente mais especificamente para o caso da linguagem, compreendida como prática discursiva, a necessidade de o discente em formação inicial ter contato com os mais variados ambientes de

realização prática das variadas formas de linguagem, um vez que o processo formativo possibilita a construção crítico-reflexiva e cidadã.

Nesse sentido, Koch (1987, p. 19) apresenta argumentação na qual defende que a interação social, realizada por intermédio da língua(gem), constitui-se de fundamental importância. Em decorrência desses fatores, percebemos a necessidade constante de reflexões a respeito das práticas pedagógicas e da relevância das interações sociais, visto que a prática discursiva do professor, as reflexões e entendimentos a serem aplicados no processo de ensino-aprendizagem permearão a ação docente, agindo como fatores aliados. Afinal, todo esse arcabouço compõe o repertório de conhecimentos de mundo do discente em formação inicial e, diante disso, possibilita a valorização dos valores socioculturais, mais especificamente para a presente pesquisa, os aspectos diversos da língua/linguagem.

Salienta-se que o professor, no agir do seu fazer docente, desenvolve ações, expõe entendimentos e opinião acerca das mais variadas temáticas a partir da fundamentação que construiu durante o processo formativo, e dessa forma, estabelece suas representações de mundo tendo como base as experiências vividas. Nesse sentido, podemos perceber que o profissional está constantemente sendo influenciado pelos mais diversificados fatores que decorrem por meio da linguagem, uma vez que o ambiente de interação e discussão possibilita a realização de reflexões que envolvem a relação entre o conhecimento e a prática, questões essenciais para a formação do professor, seja em formação inicial ou continuada, desenvolvida já no processo de atuação profissional, pois a presença do indivíduo em formação em contextos de aplicação prática permite a realização de um debate crítico-reflexivo, possibilitando ainda a construção de um cidadão dotado de uma consciência ampla acerca dos posicionamentos para sua atuação profissional, uma vez que o seu discurso estará fundamentado nos conhecimentos teóricos adquiridos e das realizações de aplicação.

Nessa lógica, Souza (2002, p. 16) destaca o entendimento de que a linguagem se constitui forma de ação social, compreendida por meio das manifestações linguísticas em uso, ao considerar alguns fatores como as convenções estabelecidas nos meios sociais e destaca ainda os fatores de intencionalidades inseridos nos usos e aplicações da linguagem.

Fica evidente a concepção de que as questões que envolvem a linguagem estão presentes nas práticas sociais, pois quando no momento de seu uso, aplicado nos variados contextos e ambientes permite a reflexão do que ocorre no processo formativo, o docente em situação de construção de saberes, teóricos ou práticos, tem ampliada sua capacidade de reflexão acerca das temáticas envolvidas, sejam elas a aplicação de regras e normas debatidas nos ambientes escolares de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, sejam as formas

estigmatizadas de usos da linguagem em situações de comunicação em contextos diversos da sociedade.

Nesse sentido, podemos entender importância das relações teórico-práticas no processo de formação inicial do professor de Língua Portuguesa, pois, ao compreendermos a linguagem como prática social, e percebermos que por meio dela é possível promover um processo de ensino e aprendizagem que promova mudanças sociais que são viáveis de ocorrerem a partir da mediação nos ambientes escolares, e essas mudanças se reverberam na sociedade em geral.

A formação acadêmica do docente de Língua Portuguesa tem seu início no curso de licenciatura, no entanto, não se limita aos bancos da academia, nem se esgota quando finda o período da graduação. O processo de formação é contínuo, acontece de forma permanente.

De acordo com o Projeto curricular do curso de Letras – Português da UFPB (BRASIL, 2019), a graduação na modalidade de licenciatura, está direcionada para a formação do educador, com o objetivo de formar professor de língua portuguesa para a educação básica, sem que se excluam as possibilidades de atuação em outras áreas, tais como assessorias a empresas e atividades editoriais, como revisão de texto e produção de material pedagógico.

A formação inicial, estabelecida pela proposta do Projeto Político Pedagógico, é composta por disciplinas que compõem conteúdos básicos profissionais, conteúdos de fundamentação teórica em língua vernácula e literatura, conteúdos específicos da língua vernácula e literatura. Além disso, estão presentes no currículo do curso componentes curriculares que propõem a realização de atividades teórico-práticas. O curso integraliza um total de 3.200 horas, tendo sua organização de componentes curriculares da seguinte forma:

Quadro 4 - Composição curricular do curso de Licenciatura em Letras-Português

Conteúdos Básicos Profissionais		
1.1 Conteúdos Básicos Profissionais		
Disciplinas	Créditos	Carga Horária
Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	04	60
Morfologia da Língua Portuguesa	04	60
Sintaxe da Língua Portuguesa	04	60

Semântica	04	60
Pragmática	04	60
História da Língua Portuguesa	04	60
Literatura I - Viagem, natureza e novo mundo	04	60
Literatura II - Campo, sertão e cidade	04	60
Literatura III - Identidades e etnias	04	60
Literatura IV - Gênero e minorias	04	60
Literatura V - História e nacionalidade	04	60
Literatura VI - Política e movimentos sociais	04	60
Literatura VII - Memória e subjetividade	04	60
Literatura Juvenil	04	60
Total	56	840
1.2. Formação pedagógica		
Fundamentos Antropofilosóficos da Educação	04	60
Fundamentos Sócio-Históricos da Educação	04	60
Fundamentos Psicológicos da Educação	04	60
Política Educacional	04	60
Didática	04	60
Total	20	300
1.3. Estágio supervisionado		
Estágio Supervisionado I - Língua e Literatura	4	60
Estágio Supervisionado II - Língua e Literatura	8	120
Estágio Supervisionado III - Língua e Literatura	8	120
Estágio Supervisionado IV - Língua e Literatura	8	120
Total	28	420
1.4. Prática como componente curricular		
Prática de leitura e produção de textos	04	60

Prática de leitura e produção de textos acadêmicos	04	60
Leitura, produção textual e ensino	04	60
Prática de leitura literária e escrita criativa	04	60
Oficina de Morfofonêmica	04	60
Oficina de Sintaxe e Semântica	04	60
Prática de letramento digital e ensino de literatura	04	60
Total	28	420
2. Conteúdos Complementares		
2.1. Conteúdos Complementares		
Disciplinas	Créditos	Carga Horária
Metodologia do trabalho científico	04	60
Introdução aos estudos gramaticais	04	60
Fundamentos de Linguística	04	60
Teorias Linguísticas I	04	60
Teorias Linguísticas II	04	60
Teorias do Discurso	04	60
Teoria da Narrativa	04	60
Teoria da Poesia	04	60
Teoria do Drama	04	60
Crítica Literária	04	60
Literatura comparada	04	60
Pesquisa aplicada ao ensino de língua e literatura	04	60
Libras	04	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	02	30
Trabalho de Conclusão de Curso II	02	30
Total	56	840
2.2. Conteúdos curriculares complementares optativos (mínimo de 12 créditos / carga horária de 180 horas, à livre escola do aluno).		

Aquisição da linguagem	04	60
Estudos lexicais	04	60
Historiografia linguística	04	60
Linguística aplicada ao ensino de Português como língua estrangeira	04	60
Linguística cognitiva	04	60
Linguística computacional	04	60
Literatura e Estudos Culturais	04	60
Literatura e estudos semióticos	04	60
Literatura e Psicanálise	04	60
Literatura erótica	04	60
Literatura infantil	04	60
Literatura medieval	04	60
Literatura paraibana	04	60
Literatura popular	04	60
Processamento linguístico	04	60
Sociolinguística	04	60
Temas transversais	04	60
TOTAL	12	180

Fonte: UFPB (2023)

As disciplinas direcionam o processo formativo para que seja possível atingir o perfil profissional do discente em Letras, conhecimentos necessários para a atuação profissional do professor de Língua Portuguesa. A partir do momento que os discentes são preparados com uma base teórica proporcionada por meio das aulas, complementada na realização de pesquisas e do momento de atuação em uma vivência prática na participação em ações de extensão universitária, a composição desse processo formativo permite ao discente extensionista a ampliação de um olhar crítico diante de sua formação ao ter contato com as várias esferas do processo formativo, diferente do discente que não tenha a oportunidade de se fazer presente nas ações de atuação do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse ponto, cabe sugerir que a avaliação de projetos de extensão na área de Letras pode ser enriquecida ao utilizar as contribuições teóricas, dentre outros, de Bakhtin, Benveniste, França e Koch. Esses autores fornecem ferramentas analíticas que nos permitem compreender a importância da interação entre vozes, da expressão individual, da criatividade e da argumentação na avaliação dessas iniciativas.

Ao considerar esses elementos durante a avaliação, é possível identificar projetos que promovem o diálogo, a diversidade de perspectivas e o respeito às diferenças. Além disso, projetos que estimulam a expressão individual, a reflexão crítica, a busca por soluções inovadoras e a capacidade de argumentação embasada em fundamentos sólidos podem ser reconhecidos como relevantes para a formação dos participantes e para o fortalecimento da relação entre a universidade e a comunidade.

Diante disso, entende-se que a avaliação de projetos de extensão seja conduzida de forma abrangente e crítica, considerando não apenas os resultados alcançados, mas também os processos envolvidos. Dessa forma, a universidade poderá fortalecer sua missão de promover o conhecimento, a interação social e o desenvolvimento humano por meio dessas valiosas iniciativas de extensão.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos de construção do trabalho, trata da caracterização da pesquisa, o detalhamento da trajetória de coleta dos dados, definição do corpus da investigação, categorização e mapeamento dos projetos que compõem o objeto de análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa está alinhada à perspectiva de Minayo ao afirmar que a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2009, p. 16). Ainda sobre metodologia, a autora acrescenta que “ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas [...], inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro criativo do investigador” (Ibid, p. 16).

Desta forma, esta pesquisa se configura como qualitativa e interpretativista. Além da revisão de literatura sobre o tema, por meio desses procedimentos serão analisados os projetos de extensão submetidos, aprovados e executados com vinculação ao Edital PROBEX 2021-2022 da UFPB, numa delimitação temporal que abrange os projetos submetidos para a vigência dos anos de 2021-2022. A análise busca compreender o alinhamento dos projetos de extensão do curso de letras aos critérios estabelecidos no edital da extensão da UFPB.

Como procedimentos, optou-se por uma pesquisa documental e exploratória, assim, utiliza-se de documentos (projetos de extensão) e fontes bibliográficas como base para a coleta e análise de dados e informações.

Convém reforçar que na pesquisa documental são utilizados documentos escritos, como relatórios, atas, diários, entre outros, enquanto na pesquisa bibliográfica são utilizadas fontes bibliográficas, como livros, artigos, teses, dissertações, entre outros (LAKATOS; MARCONI, 2009). Nesses tipos de pesquisa, o objetivo é levantar informações e dados sobre um determinado tema ou problema, a partir da análise e interpretação dessas fontes.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E CAPTAÇÃO DOS DADOS

A presente pesquisa tem como propósito realizar uma análise comparativa entre a abordagem dos projetos de extensão em relação aos critérios estabelecidos pela instituição. Em um primeiro momento, buscou-se uma compreensão do perfil dos projetos apresentados pelo curso de letras, a partir do alinhamento entre a formação acadêmica e cidadã dos discentes do curso de Letras – Português, campus I da UFPB, a partir da análise do perfil traçado pelo projeto político pedagógico do curso, bem como dos conteúdos apresentados nos resumos, objetivos e resultados esperados. Posteriormente, analisou-se as notas conferidas pelos avaliadores, tanto quanto os seus pareceres. Dessa forma, pôde-se jogar luz sobre a convergência das propostas aos protocolos internos da UFPB.

Quanto à análise dos dados, fez-se uso da análise de conteúdo de Bardin (2011). Essa autora nos esclarece que esse procedimento prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Para Godoy (1995), há na análise de conteúdo, como técnica de análise de dados, um duplo esforço: entender o sentido da comunicação e o desvio do olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de ser enxergada por meio ou ao lado da primeira.

Nessa direção, a análise a partir da proposta de Bardin que classifica como análise de categorias emergentes, como um processo iterativo, no qual as categorias são refinadas e ajustadas à medida que o pesquisador adquire mais conhecimento sobre os dados. A autora também destaca a importância da validação das categorias, seja por meio da análise de outros pesquisadores ou por meio da análise de novos dados.

A partir da estruturação das categorias emergentes, foram feitas análises a partir de comparações entre as abordagens verificadas nos projetos de extensão e convergência entre os apontamentos bibliográficos na direção das noções requeridas pelo problema de pesquisa. Além disso, com o apoio de programa editor de planilhas, foram alocadas as informações a partir de leitura e análise detalhada dos projetos. Com isso foi possível traçar uma descrição dos projetos a partir da construção de gráficos nos quais são apresentadas a recorrência de termos e as palavras-chave da estrutura textual das ações.

3.2.1 Trajetória da captura dos dados

A pesquisa tem como corpus de estudo as propostas de ações de extensão, na modalidade projeto, submetidas e avaliadas por proponentes do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), mais especificamente de dois departamentos: Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Universidade Federal da Paraíba ao Edital PROBEX com período de vigência para os anos de 2021 / 2022.

Para que seja possível analisar e avaliar os pontos apresentados foram examinados os 12 projetos submetidos, sendo 7 do DLPL e 5 do DLCV. A seleção dos projetos vinculados aos referidos departamentos se deu para que seja possível o atendimento do proposto nos objetivos dessa pesquisa, ou seja, investigar o processo de avaliação das propostas de extensão submetidas ao edital PROBEX 03/2021.

Para análise e avaliação dos dados, são usados como referência os documentos oficiais, a literatura sobre o tema, ou seja, a prática da extensão universitária e a formação docente, os dados empíricos coletados nos doze projetos de extensão, que, por sua vez, tiveram suas ações aprovadas e classificadas com vigência de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022.

A organização dos quadros se apresenta por meio da identificação de cada projeto designado pelas letras “PJ”, em seguida a numeração estabelecida numa sequência crescente para que possa ser feita a referência a cada um deles no momento que forem citados, dessa forma, encontram-se classificados de PJ 1 a PJ 12.

A seguir, nos quadros 5 e 6, temos de forma sintetizada a apresentação dos projetos que constituem o corpus dessa pesquisa, a primeira coluna apresenta a numeração sequencial estabelecida para designar cada ação, para que se tenha conhecimento das ações em análise, o título de cada projeto é apresentado na segunda coluna e na terceira coluna apresentamos o conteúdo presente nos objetivos gerais de cada ação. Apenas como forma de melhor didatizar o conteúdo dos quadros, apresenta-se, primeiramente, os projetos advindos do DLPL e, na sequência, os do DLCV.

Quadro 5 - Projetos de extensão: DLPL

Códigos	Títulos dos Projetos	Objetivos Gerais
PJ 1	Mandala cultural no PLEI: o ensino de Português como língua não materna em perspectiva	Promover a internacionalização no escopo cultural de base linguística através das “mandalas”, estabelecendo, em uma via, a formação docente dos licenciandos em Letras que participam do PLEI como professores de PLE; bem como, na outra via, a compreensão da língua portuguesa para os alunos estrangeiros de diferentes nacionalidades matriculados no programa a partir do compartilhamento de suas vivências culturais tanto do seu país de origem quanto do país de imersão.
PJ 2	Vamos conversar sobre artigos científicos? Um convite aos colegas professores da educação básica	Contribuir para a formação continuada de professores da educação básica – em especial os que almejam retornar à universidade em programas de pós-graduação –, a partir de reflexões acerca dos recursos linguístico-discursivos do gênero artigo científico.
PJ 3	A identidade surda híbrida a partir de relatos: para uma melhor interação no processo ensino-aprendizagem visual	Refletir e discutir sobre a identidade surda híbrida no processo ensino-aprendizagem e sua experiência com as novas tecnologias na tradução intralingua.
PJ 4	O Ensino de Português como Língua não-materna: a atuação do PLEI no acolhimento dos estudantes estrangeiros e na formação dos estudantes Letras	Oferecer aulas de língua portuguesa para estrangeiros, permitindo o aprendizado da língua e da cultura brasileira e paraibana por meio de uma integração acolhedora e respeitosa entre brasileiros e estrangeiros, fortalecendo, no aspecto macro da identidade do programa, as relações Linguístico-Culturais entre estudantes brasileiros e intercambistas estrangeiros.
PJ 5	Produção de multimeios: colaborando com o PLEI no acolhimento e formação dos estudantes estrangeiros	Elaborar multimeios atrelados às novas tecnologias para os alunos estrangeiros vinculados ao PLEI, fortalecendo e assegurando aos alunos do Curso de Letras técnicas voltadas ao ensino de PLA.

PJ 6	Oficinas de saberes: construindo práticas sociais letradas na escola e na comunidade	Atender a demanda levantada em reuniões os parceiros da escola Escola Cidadã Integral Técnica Francisca Ascensão Cunha, em Bancários, por meio de ações que contribuam com o avanço dos estudantes da escola, visando sanar suas dificuldades de leitura e de escrita; bem como auxiliar no processo de mediação entre a escola e a comunidade; contribuir com a formação complementar de estudantes da Universidade que participam do projeto.
PJ 7	Ateliê de textos acadêmicos (ATA)	Ampliar práticas de letramento acadêmico de graduandos e pós-graduandos por meio da identificação, caracterização da estrutura sociocomunicativa e dos parâmetros de constituição linguístico-discursivos dos gêneros acadêmicos em interface com as diferentes áreas de conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados no SIGAA-UEPB (2023)

O quadro 6 apresenta a descrição de alguns dos elementos que constituem as ações dos Projetos de extensão do DLCV.

Quadro 6 - Projetos de extensão: DLCV

Código	Título do Projeto	Objetivo Geral
PJ 8	Cultura literária na escola: para ler, ouvir e sentir	Estimular a educação literária e o acesso à cultura literária às crianças e seus familiares, dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Lucia Giovanna Duarte de Mello
PJ 9	O folheto de cordel e a pluralidade de linguagens - ano 4	Desenvolver ações de divulgação deste grande acervo de folhetos de cordel da UFPB, localizado no NUPPO.
PJ 10	Literatura e formação docente: leitura, prática e ensino	Possibilitar ao discente de letras e professor de língua portuguesa uma compreensão da literatura como expressão de competências linguísticas e sociais, a partir das quais se constroem visões peculiares do mundo, focalizando, criticamente, as percepções da existência humana e as relações sociais que desta derivam.

PJ 11	Escrevivências: formação de professores para uma mediação decolonial de leitura literária - 3ª edição	Contribuir para o percurso afirmativo da lei 11.645 a partir do trabalho com a mediação de leitura literária, em uma perspectiva interdisciplinar; - Formar professores/leitores e estimular a prática de mediação de leitura literária em uma perspectiva interdisciplinar, a partir de estratégias de leitura que envolvam textos literários de autoria africana, afro-brasileira e indígena, apoiadas no método recepcional (BORDINI E AGUIAR, 1993) e nas metodologias ativas, sob a luz da educação decolonial e antirracista;
PJ 12	Mulheres em cena: protagonismo de mulheres na cultura popular (Ano III)	Possibilitar ao aluno (LEITOR) uma compreensão da literatura enquanto expressão linguísticas, artística e sociais, a partir das quais se constroem visões peculiares do mundo, focalizando, criticamente, as percepções da existência humana e as relações sociais que desta derivam; 2. Favorecer, no e pelo resgate das funções sociais da literatura, a atuação do aluno enquanto leitor, ativo e autônomo, em esferas distintas da vida social, preparando-o para lançar mão de leituras como formas de enfrentar a vida, de construir-se como sujeito, de exercitar sua cidadania; 3. Oferecer, especialmente no Ensino Fundamental e Médio, diferentes oportunidades de LER, desde os textos mais populares aos autores contemporâneos, ao contato com obras canônicas, capazes de possibilitar uma relação mais próxima e harmônica frente ao texto artístico, portador de mensagens que, amiúde, instigam a criticidade e a reflexão; 4. Contribuir para a Formação Acadêmica dos discentes da UFPB, especialmente do Curso de Letras, ofertando-lhes saberes que se agregam à constituição de sua identidade e cidadania. 5. Possibilitar aos estudantes além da leitura literária, a escrita de ficção através da OFICINA

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados no SIGAA-UFPB (2023)

Para a construção e elaboração sintetizada dos quadros nos quais são apresentados itens específicos que compõem as ações de extensão, foram extraídos conteúdos relevantes

para a realização da análise do teor das propostas. A seleção foi feita com base em recortes de trechos que compõem as partes dos projetos de extensão, itens pré-definidos no formulário eletrônico para registros das ações de extensão no SIGAA, tais quais: resumo, palavras-chave, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, objetivos gerais, resultados esperados e referências.

Para realização dessa estrutura, destacam-se os excertos que compõem o título do projeto e o objetivo geral.

3.2.2 Categorização

Quanto à categorização das ações, a partir do levantamento do perfil pedagógico dos projetos, foi classificado se o projeto atende ao objetivo dessa investigação, ou seja, visa compreender como os projetos de extensão que envolvem o ensino e uso da língua portuguesa, ensino da escrita e abordagens relacionadas à literatura e leitura. Ademais, buscou-se analisar a maneira como os diferentes conteúdos linguísticos, como gramática, ortografia, vocabulário e compreensão de leitura são apresentados nos projetos. Para isso, foram coletados dados a partir das partes que compõem a estrutura dos projetos de extensão, informações disponibilizadas na plataforma do SIGAA, tais quais: resumo, palavras-chave, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, objetivos gerais, resultados esperados e referências. Os dados referentes às informações coletadas foram organizados, analisados e discutidos a partir da análise de Conteúdo em Bardin (2011), e seguiu os respectivos procedimentos: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Na fase da pré-análise para organizar os dados, foram elaborados indicadores. Dessa forma, realizou-se uma leitura fluente de todos os projetos previamente selecionados, na plataforma do SIGAA, cadastrados como projetos de extensão dos departamentos vinculados ao curso de Letras/UEPB. Em seguida, foi realizada a exploração do material, por meio de leituras exaustivas de todas as características vinculadas ao objetivo geral desta pesquisa, e a partir desses procedimentos realizados o tratamento e interpretação dos dados encontrados.

Após as leituras dos projetos, propôs-se as seguintes categorias, tais como: Língua Portuguesa; ensino; escrita; leitura e língua. Frisa-se que as categorias Língua Portuguesa e língua, diferem-se pela primeira referir-se, unicamente, à língua materna e a segunda está relacionada a línguas adicionais, tais como língua estrangeira, língua de sinais, etc.

A seleção dessas palavras se justifica por serem termos de destaque no projeto político pedagógico do curso de Letras-Português. Ademais, estão relacionadas aos conhecimentos necessários à formação inicial do discente da licenciatura em Letras e também habilidades e competências primordiais para esses futuros profissionais que se encontram na fase de formação inicial, envolvidos como membros da equipe de execução dos projetos de extensão.

Em seguida, realizou-se uma contagem de recorrência dos termos, bem como as abordagens exploradas por cada projeto, isto é, como os elementos da língua foram explorados em termos de metodologia para a efetivação ensino. Dessa forma, pôde-se realizar um processo de interpretação das categorizações coletadas, a identificação de padrões e relações entre eles.

Apresenta-se nos apêndices 1 e 2, nos quais constam os registros de menções dos termos analisados nos projetos de extensão, a organização, a contagem e a divisão realizada na verificação por projetos e por departamentos, diante disso, é possível constatar a temática de cada ação, o foco de atuação que cada ação apresenta e também o perfil de atuação de cada um dos departamentos analisados.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

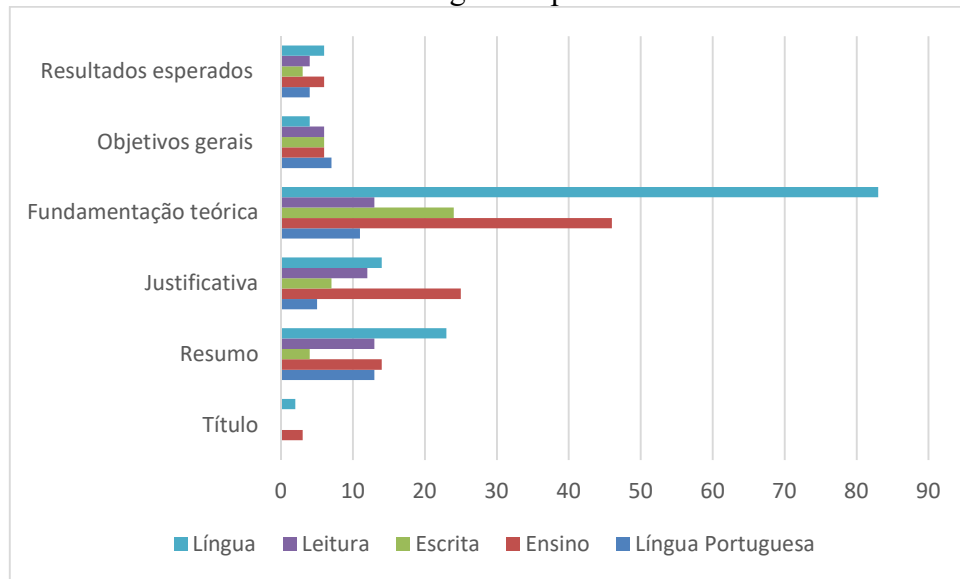
Nesta seção, serão apresentadas as discussões e análises da dissertação, a partir dos resultados obtidos na pesquisa. O objetivo é examinar os principais achados, suas implicações e limitações, bem como explorar as conexões com a literatura existente sobre o tema em questão. A partir disso, busca-se contribuir para o avanço do conhecimento na área de estudo, com isso oferecer subsídios que possam aprimorar as ações voltadas para as práticas da extensão universitária, estratégias no campo em que se insere a pesquisa.

4.1 O PERFIL PEDAGÓGICO DOS PROJETOS

A princípio, entendeu-se como oportuno visualizar aspectos pedagógicos estruturais do perfil dos projetos de extensão do curso de letras, com o intuito de compreender as implicações na avaliação das propostas submetidas pelos docentes. Ao traçar o perfil pedagógico dos projetos buscou-se localizar palavras e termos intimamente relacionados aos conhecimentos, habilidades e competências necessárias aos envolvidos em projetos de extensão de departamento do curso de licenciatura em Letras. Assim, com base na contagem das palavras: língua, mencionada em várias partes que compõem a estrutura dos projetos ao abordar a língua portuguesa como língua estrangeira, a língua brasileira de sinais; leitura apresentada em contextos relacionados à leitura e compreensão de textos, principalmente literários; escrita, presente em ações que promovem o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas especialmente à escrita de textos acadêmicos; ensino, presença constante na composição dos projetos por ser a ação primordial da prática docente e língua portuguesa um dos objetos principais da formação do licenciando e estudante desse idioma, seja como língua materna ou língua estrangeira.

Dessa forma, a partir da análise, chegamos aos resultados conforme apresentados no gráfico 1, no que se refere aos projetos de extensão da DLPL. Cabe ratificar que as inferências propostas aqui são do tipo qualitativas, pois pelo volume de trabalhos submetidos para o Edital que compõe o nosso corpus, apresentam-se como inviáveis inferências quantitativas.

Gráfico 1 - Contagem de palavras: DLPL



Fonte: elaboração própria

Com relação aos títulos dos projetos, pode-se observar que dois deles incluem as palavras "língua portuguesa" e "escrita", dentre os seis projetos analisados, vale salientar que pela estrutura e composição do título, a menção de palavras é menor do que em outros elementos do texto, tais como o resumo e referencial teórico. Em outra via, segundo Carvalho e Batista (2017), faz-se importante que o título de um projeto de extensão seja claro e objetivo, de forma que o público-alvo e também o avaliador da ação possa entender facilmente sua proposta, por essa razão é, geralmente, a parte mais curta da estrutura da ação, pela necessidade de ser apresentado de forma breve e objetiva.

Além disso, nota-se as categorias "Língua" e "Leitura" nos títulos, sugerem que esses aspectos são considerados importantes pelos proponentes dos projetos de extensão em questão. Nessa linha, para Xavier (2018), o ensino da leitura é fundamental para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos envolvidos, seja o público-alvo do projeto, seja os discentes da licenciatura que atuam junto à equipe de execução, visto que o conhecimento acerca dos aspectos da língua e estratégias para o processo de ensino e aprendizagem da leitura seja primordial aos profissionais da área.

No resumo dos projetos, a maior contagem de palavras está relacionada à língua, seguida pelo ensino e pela leitura, a partir disso podemos inferir que são temas recorrentes das propostas submetidas e demonstram um alinhamento ao que se propõe para o desenvolvimento de conteúdos presentes nos objetivos de formação dos estudantes, como destacado por Santos e Rocha (2020) ao afirmar que projetos de extensão que visam promover a leitura podem contribuir para a formação de leitores críticos e conscientes.

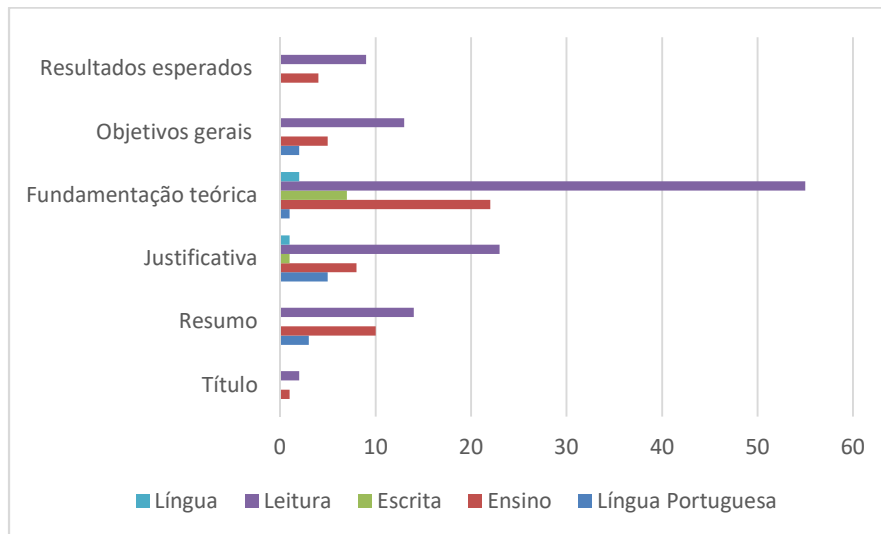
Na justificativa dos projetos, há um destaque da contagem de palavras relacionada ao ensino, indicando que esse é um aspecto fundamental para os projetos de extensão do curso de Letras. No entanto, a contagem de palavras relacionadas à escrita é relativamente baixa, o que pode indicar que há espaço para uma maior ênfase nessa área. De acordo com Neves e Almeida (2019), é importante que projetos de extensão incluam atividades que desenvolvam a escrita dos alunos, já que a escrita é uma habilidade essencial para a vida acadêmica e profissional.

Por outro lado, a fundamentação teórica apresenta a maior contagem de palavras em todas as categorias, destaco a extensão dessa parte, diferentemente do título que se caracteriza por ser curto pela necessidade de objetividade, a fundamentação teórica necessita de ampla argumentação dada a importância da abordagem teórica na construção da fundamentação dos projetos dos projetos de extensão. As palavras mais frequentes nesta categoria estão relacionadas à língua, ao ensino, à escrita e à leitura, o que sugere que esses aspectos são fundamentais para a elaboração dos projetos. Segundo Araújo e Mendes (2018), a fundamentação teórica é essencial para a qualidade e relevância dos projetos de extensão.

Os objetivos gerais dos projetos apresentam uma distribuição mais equilibrada entre as diferentes categorias, o que sugere uma preocupação em abordar aspectos diversos da área de Letras. Por fim, os resultados esperados apresentam uma contagem de palavras relativamente baixa em todas as categorias. No entanto, é importante ressaltar que a análise não se baseou apenas na contagem de palavras, mas sim na proporção entre as diferentes categorias, comparadas entre si, haja vista que há uma limitação de caracteres para cada tópico.

A partir dos mesmos fundamentos lógicos de análise anteriormente apresentados, buscou-se examinar os aspectos pedagógicos e estruturais presentes nos projetos de extensão de dois departamentos curso de Letras, DLPL e DLCV, com o objetivo de compreender suas implicações na avaliação das propostas dos docentes. Para isso, foram contabilizadas as palavras-chave "língua", "leitura", "escrita", "ensino" e "língua portuguesa". Os resultados obtidos são apresentados no gráfico a seguir, que permite vislumbrar o perfil de atuação do DLCV em relação às demandas da comunidade acadêmica e da sociedade.

Gráfico 2 - Contagem de palavras: DLCV



Fonte: elaboração própria

Com base nos dados coletados, foi possível identificar algumas tendências e características desses projetos. De acordo com a análise dos dados, a categoria mais presente nos projetos é a de leitura, que aparece com maior frequência em todas as seções analisadas, sobretudo na seção de fundamentação teórica. Isso indica que os projetos têm um forte enfoque no desenvolvimento da habilidade de leitura entre os participantes, tendo em vista que são projetos que apresentam como foco a literatura. Observa-se coerência nesse resultado, dado que a leitura é considerada uma habilidade fundamental para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos indivíduos (HORNBY, 2000; GRABE, 2009).

Por outro lado, a categoria de escrita apresentou um número baixo de ocorrências, com apenas 7 ocorrências em toda a seção de fundamentação teórica e nenhuma ocorrência nas outras seções. Isso se justifica pelas características do departamento, isso pode indicar que os projetos têm um enfoque significativo no desenvolvimento das habilidades de leitura entre os participantes dos projetos.

É importante ressaltar, no entanto, que o foco dos projetos pode estar mais voltado para a área acadêmica e teórica do ensino, como sugerido pela maior frequência da categoria de ensino na seção de fundamentação teórica. Isso pode ser reflexo das demandas e necessidades do curso de Letras em relação à formação de professores e pesquisadores na área de linguística e literatura (SILVA, 2010).

Em resumo, os dados dos projetos de extensão do DLCV, justificado pela natureza do departamento, apontam para uma forte ênfase no desenvolvimento da habilidade de leitura entre os participantes, com menor enfoque na habilidade de escrita.

4.2 A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS – NOTAS ABSOLUTAS

Nessa sessão, são apresentadas as médias gerais obtidas pelos projetos do DLPL do CCHLA da UFPB, essas notas são consideradas para fim de aprovação ou reprovação das propostas, a partir delas são definidos também os projetos que terão direito ao financiamento de pagamento de 01 (uma) bolsa para atuação no projeto. Cabe nesse ponto destacar que é de extrema importância a realização da avaliação de forma criteriosa, tendo em vista que muitas vezes a não concessão do financiamento do bolsista inviabiliza a execução do projeto, tendo em vista as necessidades financeiras para atuação do discente.

A análise desses resultados pode oferecer importantes reflexões importantes sobre a maneira que se realiza o processo avaliativo e atribuições das notas. Deve-se levar em consideração nesse processo de seleção das propostas a importância da efetividade das práticas pedagógicas adotadas pelos projetos e sobre os impactos dessas iniciativas na formação acadêmica e cidadã dos estudantes envolvidos. Nessa direção, conforme o quadro 7, têm-se:

Quadro 7 - Notas absolutas dos projetos de extensão do DLPL

Códigos	Título do projeto	Média Geral
PJ 1	Mandala cultural no PLEI: o ensino de Português como língua não materna em perspectiva	9,100
PJ 2	Vamos conversar sobre artigos científicos? Um convite aos colegas professores da educação básica	7,633
PJ 3	A identidade surda híbrida a partir de relatos: para uma melhor interação no processo ensino-aprendizagem visual	8,633
PJ 4	O Ensino de Português como Língua não-materna: a atuação do PLEI no acolhimento dos estudantes estrangeiros e na formação dos estudantes Letras	9,067
PJ 5	Produção de multimeios: colaborando com o PLEI no acolhimento e formação dos estudantes estrangeiros.	9,133
PJ 6	Oficinas de saberes: construindo práticas sociais letradas na escola e na comunidade	9,333
PJ 7	Ateliê de textos acadêmicos (ATA)	2,867

Fonte: SIGAA-UFPB (2023)

Uma das implicações percebidas é a valorização do ensino de Língua Portuguesa como língua estrangeira para o acolhimento aos estudantes estrangeiros. Além disso, o projeto

"Mandala Cultural no PLEI: o ensino de Português como língua não materna em perspectiva", mostra-se relevante ao propor uma abordagem mais cultural para o ensino de Português como Língua Não Materna - PLNM. Conforme apontam Almeida Filho e Medeiros (2018), o ensino de PLNM deve levar em consideração a cultura dos alunos, suas práticas sociais e seus saberes.

Ainda nesse sentido, o projeto "O ensino de Português como língua não-materna: a atuação do PLEI no acolhimento dos estudantes estrangeiros e na formação dos estudantes Letras" traz à tona a importância da formação de professores de PLNM. Conforme explanam Beacco et al. (2019), a formação de professores deve ser contínua e incluir a reflexão sobre as práticas pedagógicas, a análise crítica de materiais didáticos e a busca por novas abordagens.

Por fim, as notas aprovativas em sua maioria evidenciam a percepção dos avaliadores acerca da relevância da produção de conhecimento e práticas sociais letradas no ambiente acadêmico e nas comunidades. O projeto "Oficinas de saberes: construindo práticas sociais letradas na escola e na comunidade", por exemplo, destaca-se nesse sentido, ao propor oficinas que envolvem a comunidade e estimulam a produção de textos escritos e orais. Conforme apontam Kleiman (2015) e Soares (2016), o ensino de leitura e escrita deve levar em consideração a diversidade linguística e cultural dos alunos, além de estar inserido em práticas sociais reais.

Ponto a ser destacado no quadro de resultados de médias gerais obtidas pelos projetos em análise está relacionado às ações intituladas "Vamos conversar sobre artigos científicos? Um convite aos colegas professores da educação básica" e "Ateliê de textos acadêmicos (ATA)", as referidas ações trazem propostas de extrema relevância e impacto aos públicos e também aos discentes que possam atuar na equipe de execução, tendo em vista que abordar de forma sistemática e organizada conhecimentos relacionados à produção de artigos científicos está intimamente ligada à formação acadêmica do discente, proposta a ser desenvolvida em ambas as ações.

Por outro lado, os impactos sociais às comunidades atendidas, sejam as comunidades internas ou externas, podem ser mensurados a partir da capacitação profissional do público-alvo atendido, pois as propostas viabilizam ações que repercutem na melhor formação dos futuros profissionais e complementação da formação dos que já atuam, mesmo diante dessas perspectivas os projetos obtiveram notas baixas atribuídas pelos avaliadores.

No entanto, em sua maioria, as notas obtidas pelos projetos da DLPL mostram-se com conceitos aprovativos, sendo consideradas relevantes para o campo da educação e do ensino

de línguas, na medida em que evidenciaram um alinhamento positivo aos critérios estabelecidos pelo edital PROBEX N° 03/2021.

Fato que não deve anular a necessidade de desenvolver estratégias que permitam uma análise mais cuidadosa, para que todos os aspectos das propostas submetidas sejam adequadamente verificados.

Já no que diz respeito aos projetos de extensão apresentados pela DLCV, observou-se, também, convergência das propostas às diretrizes avaliativas estruturadas no edital. Nessa direção as notas absolutas apresentaram-se da seguinte maneira, conforme o quadro 7.

Quadro 8 - Notas absolutas dos projetos de extensão do DLCV

Códigos	Título do projeto	Média Geral
PJ 8	Cultura literária na escola: para ler, ouvir e sentir	9,000
PJ 9	O folheto de cordel e a pluralidade de linguagens - ano 4	8,433
PJ 10	Literatura e formação docente: leitura, prática e ensino	9,567
PJ 11	Escrevivências: formação de professores para uma mediação decolonial de leitura literária - 3ª edição	9,733
PJ 12	Mulheres em cena: protagonismo de mulheres na cultura popular (Ano III)	9,767

Fonte: SIGAA-UFPB (2023)

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que os projetos que obtiveram as melhores notas estão diretamente ligados à promoção da igualdade de gênero e étnico-racial, bem como à formação de professores para uma mediação decolonial de leitura literária. Isso pode indicar que a academia está cada vez mais preocupada com a inclusão e com o resgate da diversidade cultural, e que reconhece a importância de se investir em ações que promovam a igualdade e a justiça social.

De acordo com Santos (2015), a valorização da cultura popular é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, já que a cultura é um elemento que une as pessoas e que permite o reconhecimento mútuo das diferenças. Além disso, a formação docente é uma questão crucial para a melhoria da qualidade da educação, visto que os professores são os responsáveis por transmitir o conhecimento aos alunos. Nesse sentido,

os projetos que visam formar professores para uma mediação decolonial de leitura literária contribuem para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Ainda segundo Santos (2015), a leitura literária é uma ferramenta importante para a formação do indivíduo, pois permite a ampliação do conhecimento e do repertório cultural, além de desenvolver habilidades de interpretação e reflexão. Por isso, projetos como "O folheto de cordel e a pluralidade de linguagens - ano 4" e "Literatura e formação docente: leitura, prática e ensino" são de extrema importância para a formação dos alunos e para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

É importante lembrar também que a valorização da cultura literária na formação docente não são questões isoladas, e sim interdependentes. Como afirma Macedo (2010), a educação é um processo que ocorre dentro e fora dos espaços de aula, e que está diretamente ligado à cultura e à sociedade. Nesse sentido, projetos como "Mulheres em cena: protagonismo de mulheres na cultura popular" e "Cultura Literária na escola: Para ler, ouvir, ver e sentir" contribuem para a valorização da cultura popular e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em síntese, os projetos de extensão da DLCV, avaliados pelo Edital PROBEX 3/2021, evidenciam o olhar dos avaliadores para importância da valorização da cultura e da formação docente para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, as notas lançadas pelos avaliadores indicam o olhar positivo para ações que promovem a inclusão e a igualdade, e reconhece a importância de se formar cidadãos críticos e conscientes.

4.3 OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS DO EDITAL PROEX 03/2021

Com o intuito de detalhar de forma minuciosa a maneira de composição das médias gerais obtidas pelos projetos de extensão, a partir da avaliação lançada para cada um dos critérios contidos na avaliação de mérito esta seção apresenta de forma detalhada, quesito a quesito a nota emitida por cada um dos 3 (três) avaliadores. Serão apresentados tabelas e gráficos, nos quais é possível realizar uma leitura geral de cada ponto avaliação.

Os critérios de avaliação estão expressos no Edital PROBEX 3/2021 que é um documento que estabelece as exigências para a seleção de projetos de extensão universitária na UFPB. As exigências avaliativas desse edital são importantes para garantir a aprovação de projetos que promovam os fins para os quais se propõem a extensão universitária e a realização de um processo avaliativo criterioso e responsável garante que essa finalidade se cumpra.

Vale ressaltar ainda que os critérios de avaliação de méritos 2, 3, 4, 5, 6 e 9 devem ser analisados e mensurados a partir da atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez) de acordo com o grau de atendimento ao que é cobrado no item em análise, no entanto, a construção do item é feita de forma interrogativa, na qual a resposta seria “sim” ou “não”. Para que de fato fosse atendido o que se propõe no edital, a proposição do item deveria ser uma frase declarativa afirmativa para que a ela pudesse ser atribuído um juízo de discordância ou concordância por meio da escala numérica de 0 a 10 respectivamente.

4.3.1 Mérito 1: a presente proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária?

A avaliação de projetos de extensão universitária é uma questão relevante e que vem sendo discutida por diversos estudos. A extensão é uma prática de inserção da universidade na comunidade, buscando promover o diálogo entre a academia e a sociedade e garantir a transformação social.

Em suas abordagens, o edital PROBEX 3/2021 apresenta diferentes perspectivas sobre como realizar uma avaliação efetiva e relevante. Sob esse prisma, pôde-se perceber, conforme quadro 8, pontos positivos do edital, na avaliação dos projetos, critério M1 do edital, que incluem a promoção da interação dialógica da universidade com a sociedade e a formação cidadã do estudante, além da integração da extensão com o ensino e a pesquisa, o que pode resultar na produção e difusão de novos conhecimentos e metodologias (TREVISAN; MARTINS. ZANETTI, 2017).

Quadro 9 - Avaliação do critério M1

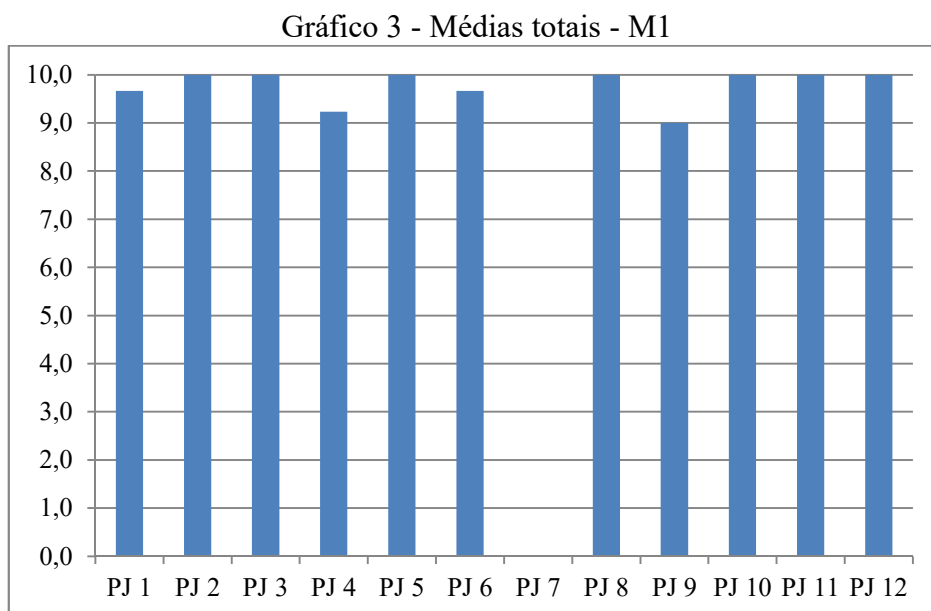
Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9	10	10
PJ 2	DLPL	10	10	10
PJ 3	DLPL	10	10	10
PJ 4	DLPL	10	10	7,7
PJ 5	DLPL	10	10	10
PJ 6	DLPL	10	10	9
PJ 7	DLPL	0	0	0
PJ 8	DLCV	10	10	10
PJ 9	DLCV	7	10	10
PJ 10	DLCV	10	10	10
PJ 11	DLCV	10	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	10

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

De acordo com as notas atribuídas pelos avaliadores, pode-se observar a complexidade de entendimento em relação aos critérios do questionário de avaliação, ao verificar os conceitos numéricos lançados na avaliação, encontramos notas que variam entre 7 e 9, o item em análise propõe conceitos pré-estabelecidos, no caso 0 (zero) caso a proposta não se caracterize extensão universitária ou 10 (dez) no caso de atendimento as diretrizes da extensão, ou seja, fica clara a necessidade de reelaboração do conteúdo exposto nos critérios de avaliação e também de orientação para que possa ser realizada uma análise avaliativa das propostas de forma adequada.

Por meio da análise do quadro de notas de pontuações para o quesito em análise, ao encontrarmos notas variando entre 7 e 9, sugere que os avaliadores 1 e 3 compreenderam que a atribuição de nota deveria ser numa escala de atendimento aos requisitos da extensão universitária, como é proposto em outros itens. Mesmo diante disso, na análise das notas obtidas pelos projetos, nota-se que quantidade substancial das ações obteve notas suficientes para serem aprovados, nesse aspecto, de fato, são ações de extensão universitária.

Ao representarmos em escala de gráfico os resultados na avaliação do mérito 1, levando em conta o entendimento de atribuição compreendido pelos avaliadores nos permite visualizar as médias das notas obtidas pelos projetos em análise correspondentes ao Mérito 1.



Fonte: elaboração própria

Esses resultados têm implicações importantes para a universidade e para a sociedade em geral. Primeiramente, a alta qualidade dos projetos de extensão avaliados demonstra o

compromisso dos projetos em estabelecer uma interação produtiva e colaborativa com as comunidades externas.

Podemos destacar que encontramos notas 10 atribuídas ao PJ 2, entendimento de que a ação se caracteriza como ação de extensão, no entanto, na soma geral dos outros critérios para classificação da ação houve o entendimento de que as atividades de cursos a serem realizadas pelo projeto o tornou não apto para concorrer ao edital, vale ressaltar que as outras modalidades como cursos, eventos e produtos podem ser ações vinculadas ao projeto de extensão, ponto abordado pelo avaliador no parecer a ser apresentado no tópico específico.

Além disso, chama atenção as notas atribuídas ao PJ 7, o resultado desse item no que se refere a avaliação do projeto mencionado demonstra a visão dos avaliadores que desconsideraram o envolvimento da comunidade interna envolvida na ação e o potencial de contribuição da formação acadêmica que o projeto se propõe a desenvolver.

4.3.2 Mérito 2: articulação de extensão com o ensino e a pesquisa

Já na categoria mérito 2, que avalia a articulação entre extensão, ensino e pesquisa, algumas leves diferenças foram observadas. Os projetos do DLPL tiveram médias mais baixas do que os do DLCV, indicando uma maior integração entre as três áreas. No entanto, as médias em ambas as áreas foram bastante elevadas, demonstrando que os projetos desenvolvidos pelos dois departamentos conseguem articular de maneira satisfatória as ações de extensão com o ensino e a pesquisa, contribuindo para a formação acadêmica e cidadã dos discentes, além de produzir novos conhecimentos e metodologias, conforme o quadro 9.

Quadro 10 - Avaliação do critério M2

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9,2	9	10
PJ 2	DLPL	5	10	5
PJ 3	DLPL	7	10	8
PJ 4	DLPL	10	10	8
PJ 5	DLPL	8	9	10
PJ 6	DLPL	8	9	9
PJ 7	DLPL	0	8	0
PJ 8	DLCV	8	10	10
PJ 9	DLCV	7	9	9
PJ 10	DLCV	10	9	10
PJ 11	DLCV	10	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	9

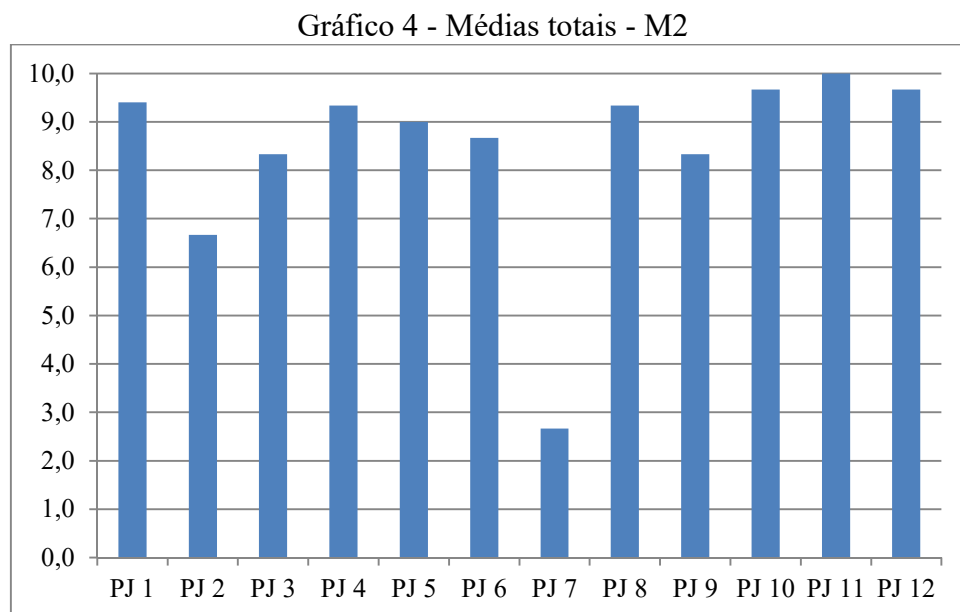
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

A proposta PJ2 obteve médias baixas e em relação a esse item, obteve notas reprovativas, o critério orienta a realização de verificação da articulação da proposta de extensão com as ações de ensino e pesquisa, ao verificarmos um dos objetivos a serem atingidos encontramos “ampliar a capacidade crítica dos professores da educação básica para a leitura e a produção do artigo científico”, para atingir tal objetivo, há presente os conhecimentos e a prática de ensino, realização de atividades de pesquisa para aprofundamento dos saberes teóricos, articulados ao que se compreende como prática de extensão com o envolvimento da comunidade externa, professores da educação básica, público alvo da proposta.

Nesse sentido, podemos compreender as avaliações realizadas desconsiderou a capacidade da articulação indissociável entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, fatores fundamentais para o sucesso de um projeto, pois permite que os estudantes desenvolvam habilidades e competências importantes para a sua formação, além de contribuir para a produção e difusão de novos conhecimentos e metodologias.

Ponto de destaque a ser observado também, está relacionado à avaliação do PJ 7, encontramos notas discrepantes para um mesmo item de análise, os avaliadores 1 e 3 atribuíram nota 0 (zero), enquanto o avaliador 2 atribuiu nota 8 (oito), tal discrepância demonstra a necessidade de revisão dos critérios e também a necessidade de orientações para a realização de uma avaliação coerente.

A construção do gráfico 4 a seguir apresenta os resultados na avaliação do mérito 2 das notas dos projetos.



Fonte: elaboração própria

Alguns autores destacam a importância da integração entre a extensão, o ensino e a pesquisa na formação acadêmica dos estudantes. Segundo Castro e Melo (2019), a articulação entre as três áreas de atuação no processo de formação permite que os estudantes desenvolvam uma visão mais ampla e crítica da realidade, bem como habilidades de pesquisa, análise e reflexão. Além disso, essa integração pode contribuir para a construção de uma identidade profissional e para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os projetos de extensão em sua maioria têm atendido adequadamente esse requisito, por outro lado, o processo de avaliação deve ser aprimorado para que seja possível um entendimento do conteúdo das propostas em relação ao que se cobra nos critérios de avaliação.

4.3.3 Mérito 3: interdisciplinaridade e multidisciplinaridade

Ao analisar as notas dadas pelos avaliadores para o Mérito 3 dos projetos de extensão, é possível notar a continuidade de discrepâncias presentes entre as notas atribuídas, diferenças que merecem destaque nesse trabalho de investigação do processo avaliativo. Destacamos as notas atribuídas ao PJ 8, notas 8, 10 e 2, emitidas pelos avaliadores 1, 2 e 3, respectivamente.

O objetivo geral da ação propõe “estimular a educação literária e o acesso à cultura literária às crianças dos anos iniciais do ensino fundamental e a seus familiares”, proposta que apresenta o envolvimento de uma equipe multidisciplinar, composta por membros do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas do CCHLA, discente monitor do Centro de Educação, o coordenador adjunto do Departamento de História do CCHLA, e discentes monitores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Letras.

Ao constataremos a presença de uma equipe inter e multidisciplinar que compõe os membros do projeto, fica evidente a incoerência apresentada na avaliação, pois o item em análise propõe a verificação da presença das várias áreas do conhecimento na execução da ação, marcado pela atuação de discentes e docentes dos mais variados departamentos e setores que atuem por meio da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

A seguir apresentamos os dados coletados na pesquisa das notas atribuídas ao mérito 3, conforme o quadro 11.

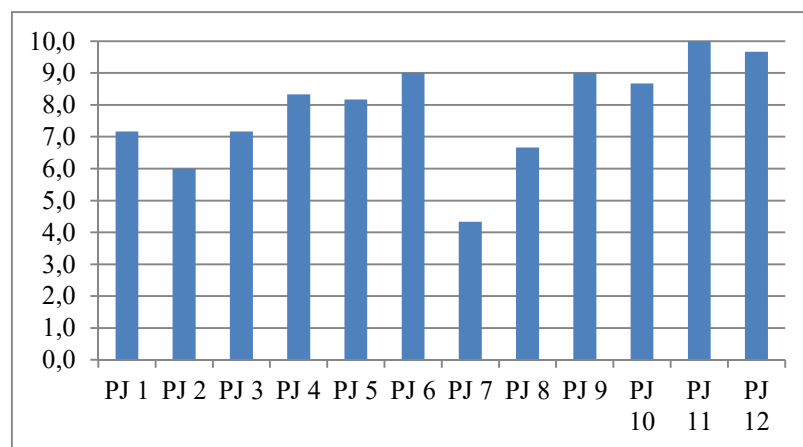
Quadro 11 - Avaliação do critério M3

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	8,5	5	8
PJ 2	DLPL	5	8	5
PJ 3	DLPL	7	8,5	6
PJ 4	DLPL	8	10	7
PJ 5	DLPL	8	8,5	8
PJ 6	DLPL	8	10	9
PJ 7	DLPL	0	7	6
PJ 8	DLCV	8	10	2
PJ 9	DLCV	7	10	10
PJ 10	DLCV	7	9	10
PJ 11	DLCV	10	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	9

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Como detalhado anteriormente, as discrepâncias nas análises apresentadas por meio das notas atribuídas ao item que envolve a importância da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade para o desenvolvimento de projetos de extensão podem ser percebidas também nas notas atribuídas ao PJ 7, para o qual encontramos notas 0, 7 e 6, dos avaliadores 1, 2 e 3 respectivamente, nesse sentido, reforça a percepção que se tem da complexidade de compreensão por parte dos avaliadores ao julgarem o conteúdo dos projeto e atribuírem as notas. O gráfico 5 apresenta os resultados na avaliação do mérito 3, nos permite visualizar as médias obtidas em cada projeto.

Gráfico 5 - Médias totais - M3



Fonte: elaboração própria

Alguns autores destacam a importância da interdisciplinaridade na extensão universitária. Segundo Wechsler e Tavares (2016), a interdisciplinaridade permite ampliar a

capacidade de reflexão e intervenção sobre a realidade social, possibilitando a integração entre saberes acadêmicos e populares. Além disso, a interdisciplinaridade pode favorecer a criação de novas metodologias e abordagens para a solução de problemas complexos.

Nesse sentido, existe a necessidade de realização de uma leitura atenta ao que a proposta se propõe a realizar e a composição dos atores envolvidos nesse processo, verificação que deve ser feita a partir da análise das áreas do conhecimento atuam na composição das equipes de execução desses projetos em análise.

4.3.4 Mérito 4: impactos da extensão na formação do discente

Para analisar o Mérito 4 dos projetos de extensão avaliados, conforme o quadro 12, é necessário avaliar se a proposta apresentada descreve claramente os impactos que a ação de extensão terá na formação dos discentes envolvidos, tanto no aspecto teórico, metodológico e/ou profissional. Além disso, é importante verificar se a proposta apresenta elementos que possam estimular a formação dos discentes como cidadãos críticos e responsáveis.

Quadro 12 - Avaliação do critério M4

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9	10	9
PJ 2	DLPL	5	10	5
PJ 3	DLPL	7	9,5	9
PJ 4	DLPL	10	10	9
PJ 5	DLPL	10	8	10
PJ 6	DLPL	10	10	9
PJ 7	DLPL	0	7	6
PJ 8	DLCV	8	10	8
PJ 9	DLCV	7	9	7
PJ 10	DLCV	10	10	10
PJ 11	DLCV	10	10	10
PJ 12	DLCV	10	9	10

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Ao analisar os dados da avaliação, pode-se perceber que a maioria dos projetos apresenta uma pontuação alta nesse critério, com destaque para os projetos PJ1, PJ4, PJ5, PJ6, PJ10, PJ11 e PJ12, que obtiveram notas altas em todas as avaliações.

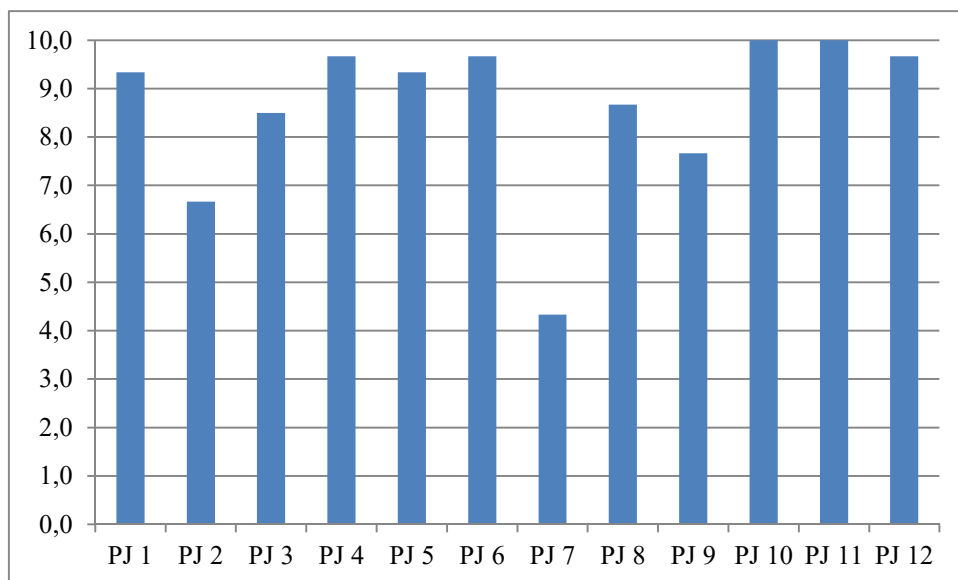
A mesma situação percebida nos critérios anteriores pode ser constatada nesse quadro, existe a variação de notas atribuídas pelos avaliadores, as disparidades se repetem em relação

aos PJ2 e PJ7. No caso do PJ2, a proposta apresentou em sua justificativa, informações claras sobre a atuação dos discentes do curso de Letras “Como descreverei na seção ‘Metodologia de desenvolvimento do projeto’, os discentes do curso Letras-Português, que comporão este projeto na condição de bolsistas ou voluntários, terão papel fundamental no planejamento e na execução das atividades” e mencionou os impactos da ação de extensão na formação desses alunos “por fim, este projeto se justifica porque propõe articular a ação de extensão com o ensino e a pesquisa, integrando a ação desenvolvida à formação acadêmica e cidadã do discente e à produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias”.

Nesse mesmo sentido, o PJ7 apresentou elementos que podem estimular a formação dos discentes como cidadãos críticos e responsáveis “em consonância com esses pressupostos delineados acima e inseridos em uma das ações de melhoria educacional, objetivamos oferecer a esses alunos uma maior proficiência na elaboração de textos, condição indispensável à formação acadêmica dos graduandos”, tais referências quanto à formação dos discentes devem ser consideradas para a avaliação das propostas.

Temos a representação em gráfico a seguir das médias obtidas na avaliação correspondentes ao Mérito 4.

Gráfico 6 - Médias totais - M4



Fonte: elaboração própria

No que diz respeito à comparação entre departamentos, é possível perceber que tanto DLPL quanto DLCV apresentaram projetos com pontuações altas em relação ao Mérito 4. Em resumo, a análise dos dados indica que a maioria dos projetos apresenta elementos que estimulam a formação dos discentes como cidadãos críticos e responsáveis, entre outros

casos, ao considerarmos a nota de cada avaliador por item, e não apenas a média dos três avaliadores percebemos a continuidade de ocorrência de disparidades.

Sob essa perspectiva, Araújo (2013) alerta que a avaliação de projetos de extensão universitária pode apresentar desafios importantes, como a dificuldade de mensurar os impactos das ações realizadas, especialmente em relação a questões qualitativas. A autora destaca que é importante utilizar diferentes metodologias de avaliação, de forma a abarcar a complexidade das ações realizadas. Tal complexidade deve ser analisada a partir de reflexões acerca dos mecanismos de avaliação, para a realização de aprimoramento do processo de análise das propostas.

4.3.5 Mérito 5: a política de internacionalização e educação ambiental e os ODS

Analisando o quadro 13, Mérito 5, que considera as áreas temáticas da extensão, a política de internacionalização, a política de educação ambiental e os ODS (conforme títulos III, V e VI do Edital Probox 2021), podemos observar que, em geral, os projetos apresentam uma boa aderência a esses temas, considerando as áreas temáticas da extensão, a política de internacionalização, a política de educação ambiental e os ODS, podemos analisar se os projetos apresentados contemplam os seguintes aspectos:

- a) Impacto Social (acesso à formação, informação e inovação)
- b) Público-alvo (caracterização do público-alvo, estratégias da relação universidade x sociedade)
- c) Contribuição com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local, regional e nacional

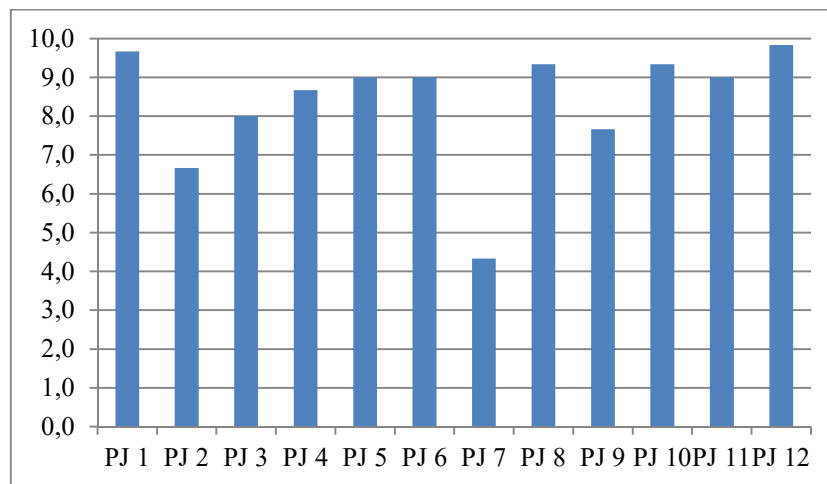
Quadro 13 - Avaliação do critério M5

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9	10	10
PJ 2	DLPL	5	10	5
PJ 3	DLPL	7	10	7
PJ 4	DLPL	8	10	8
PJ 5	DLPL	9	8	10
PJ 6	DLPL	8	10	9
PJ 7	DLPL	0	7	6
PJ 8	DLCV	8	10	10
PJ 9	DLCV	7	9	7
PJ 10	DLCV	9	9	10
PJ 11	DLCV	7	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	9,5

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

De acordo os dados apresentados no quadro acima, podemos observar que em sua maioria, na visão dos avaliadores, os projetos têm conseguido atingir o nível de exigência quanto aos critérios de avaliação, por outro lado, as situações em relação aos PJ2 e PJ continuam a repetir, a permanência de uma disparidade de notas por parte dos avaliadores. O gráfico 7 apresenta os resultados na avaliação do mérito 5 de acordo o entendimento dos avaliadores dos projetos em análise.

Gráfico 7 - Médias totais - M5



Fonte: elaboração própria

Verificou-se que a maioria dos projetos receberam notas acima do nível estabelecido para aprovação, mesmo diante das questões já apresentadas, na visão dos avaliadores há a demonstração que os proponentes têm construído suas propostas com a preocupação em apresentar a importância da sua proposta para a sociedade, bem como para o desenvolvimento social e econômico do país. Isso sugere, ainda, que os proponentes apresentaram estratégias claras para atender às necessidades do público-alvo, bem como para estabelecer uma relação entre a universidade e a sociedade de forma a promover o empoderamento dos participantes.

Por fim, em relação à contribuição com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local, os proponentes apresentaram uma preocupação em contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Nessa direção, a extensão universitária pode ser uma importante ferramenta de formação de professores, mas que é preciso garantir uma prática transformadora e crítica, que leve em conta as demandas sociais e os desafios contemporâneos (MOROSINI, 2003).

Nesse sentido, a concretização efetiva dessas ações depende da avaliação dessas propostas submetidas ao edital que pode garantir recursos de financiamento de uma bolsa,

apoio financeiro mínimo para o discente bolsista atuar no projeto se constitui de extrema importância, tendo em vista que a execução da ação pode se tornar inviável caso o projeto perca esse apoio devido a realização de uma avaliação que não considere todos os seus aspectos e o desclassifique.

4.3.6 Mérito 6: mecanismos e formas de monitoramento e avaliação

Analisando o Mérito 6, conforme quadro 14 é possível observar que o projeto PJ1 recebeu notas altas dos avaliadores 1 e 3 (9,5 e 8, respectivamente), enquanto o avaliador 2 deu uma nota baixa (5) para este mesmo projeto. Já o projeto PJ2 recebeu dos avaliadores 1 e 3 a nota 5, do avaliador 2 a nota 10, mais uma vez indicando que os mecanismos de avaliação propostos têm gerado situações discrepantes, situação que ocorre também com o PJ7.

Quadro 14 - Avaliação do critério M6

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9,5	5	8
PJ 2	DLPL	5	10	5
PJ 3	DLPL	7	10	6
PJ 4	DLPL	10	10	9
PJ 5	DLPL	5	8	8
PJ 6	DLPL	10	10	9
PJ 7	DLPL	0	10	0
PJ 8	DLCV	8	8	2
PJ 9	DLCV	7	7	7
PJ 10	DLCV	10	10	10
PJ 11	DLCV	7	10	10
PJ 12	DLCV	10	9	6

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

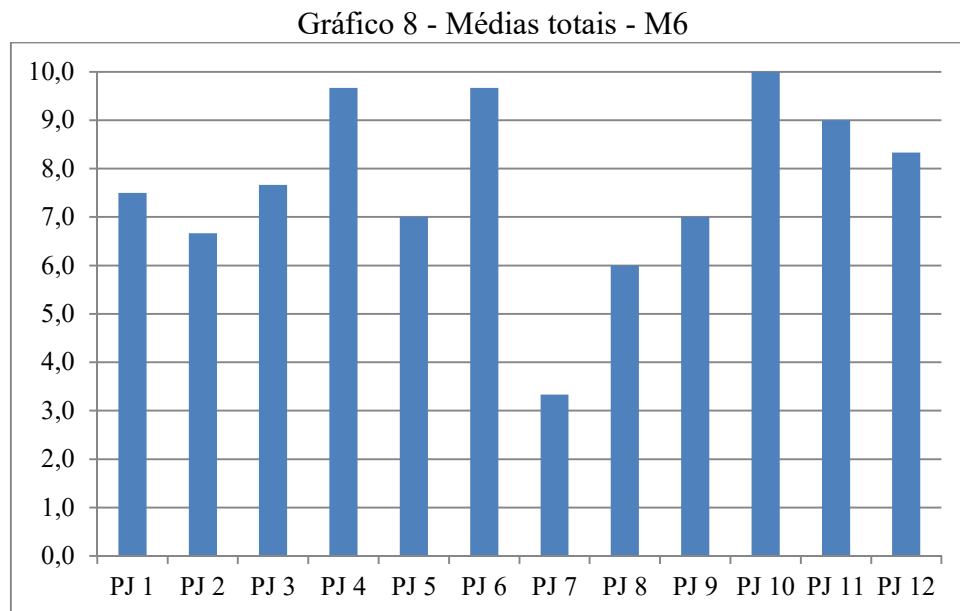
O projeto PJ4, por sua vez, recebeu notas altas de todos os avaliadores (9, 10 e 10), nesse caso, sugerindo um adequado entendimento entre os mecanismos de avaliação por meio da interpretação e análise do conteúdo da proposta.

No projeto PJ5, é possível observar uma disparidade nas notas dos avaliadores 1 e 3 (8) respectivamente, enquanto o avaliador 2 deu uma nota baixa (5). Já o projeto PJ6 recebeu notas altas de todos os avaliadores (10, 10 e 9), indicando que os mecanismos de monitoramento e avaliação foram bem adequadamente verificados.

No que diz respeito aos projetos do departamento DLCV, o projeto PJ8 recebeu uma nota baixa do avaliador 3 (2), enquanto os avaliadores 1 e 2 deram notas intermediárias (8 e 8, respectivamente). O projeto PJ9 recebeu notas similares dos três avaliadores (7, 7 e 7), sugerindo que os mecanismos de monitoramento e avaliação foram bem estabelecidos, porém não se destacaram em relação aos demais projetos.

Os projetos PJ10 e PJ11 receberam notas altas de todos os avaliadores (10, 10 e 10 para o PJ10 e 7, 10 e 10 para o PJ11), indicando que os mecanismos de monitoramento e avaliação foram alinhados na perspectiva de análise dos avaliadores. Por fim, o projeto PJ12 recebeu notas distintas dos avaliadores, sendo que o avaliador 1 deu nota máxima (10), enquanto o avaliador 3 deu nota baixa (6) e o avaliador 2 deu nota intermediária (9).

O gráfico 8 nos permite a visualização da avaliação do mérito 6, na qual encontramos a maior variação de médias obtidas pelos projetos.



Fonte: elaboração própria

Diante desses resultados, pode-se inferir o quanto se constitui complexo a realização do processo de avaliação das propostas de projetos de extensão, notamos recorrentes as situações de discrepâncias nas análises de um mesmo projeto, para o qual o olhar dos avaliadores diverge consideravelmente para o mesmo item com um conteúdo a ser verificado.

É importante ressaltar que a qualidade dos mecanismos de monitoramento e avaliação é fundamental para garantir o sucesso de análise do projeto e permitir uma avaliação mais precisa do impacto das ações realizadas. Nessa linha, Machado (2012) destaca que a avaliação de projetos de extensão universitária deve considerar a sua função social, de forma a garantir que as ações realizadas estejam alinhadas com as demandas da sociedade, ainda, propõe a

importância de garantir a participação ativa dos atores envolvidos no processo de avaliação e de buscar aprimorar constantemente as metodologias utilizadas.

Por outro lado, Massing (2017) explica que a avaliação de projetos de extensão universitária deve ser orientada por um olhar crítico e reflexivo, que leve em conta as diferentes dimensões das ações realizadas, bem como ressalta a importância de considerar as questões éticas e políticas envolvidas nas ações de extensão universitária, de forma a garantir uma avaliação justa e relevante.

4.3.7 Mérito 7: viabilidade e sustentabilidade do projeto

Para avaliar o mérito 7, é necessário considerar se o proponente apresenta indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto. De acordo com os dados apresentados no quadro 15, constata-se a continuidade de situações percebida nas avaliações dos itens anteriores, as variações de notas dos PJ2 e PJ7 se mostram recorrentes.

Segundo estudos como o de Abreu et al. (2018), a falta de indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto pode levar a dificuldades na implementação e manutenção do projeto a longo prazo. Dito isso, notamos pontos divergentes na visão dos avaliadores em relação à análise da mesma ação.

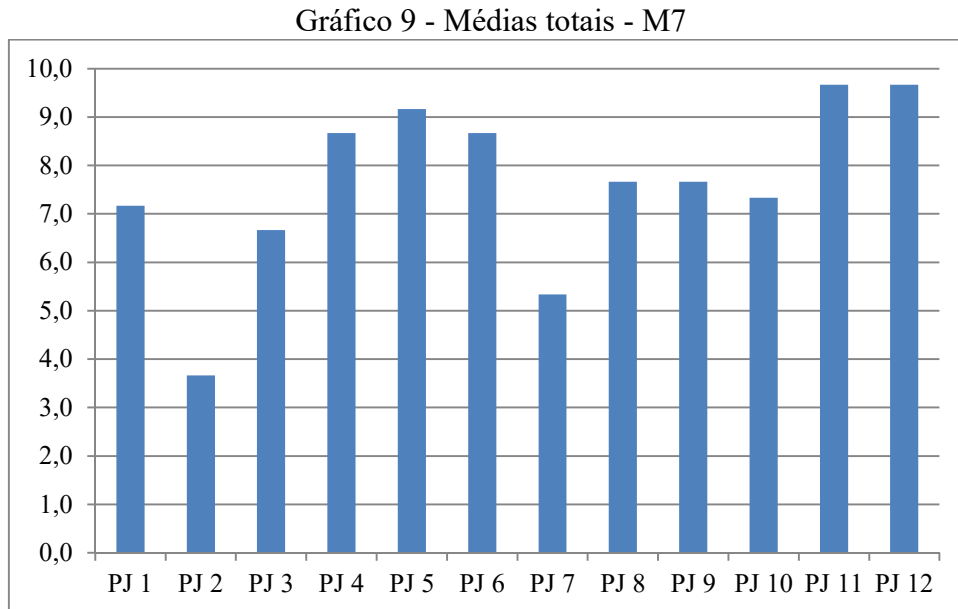
Quadro 15 - Avaliação do critério M7

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9,5	5	7
PJ 2	DLPL	6	0	5
PJ 3	DLPL	6	7	7
PJ 4	DLPL	8	10	8
PJ 5	DLPL	9	8,5	10
PJ 6	DLPL	7	10	9
PJ 7	DLPL	0	10	6
PJ 8	DLCV	6	10	7
PJ 9	DLCV	7	8	8
PJ 10	DLCV	8	6	8
PJ 11	DLCV	9	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	9

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Projetos que obtiveram notas acima da média 7 apresentaram indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade, na visão dos avaliadores, o que pode indicar uma boa perspectiva de sucesso a longo prazo.

Esses dados da avaliação no mérito 7 podem ser visualizadas por meio do gráfico 9, apresentado a seguir.



Fonte: elaboração própria

Comparando os resultados obtidos pelos projetos é possível notar o grau de dificuldade em analisar esse item, muitas variações nas notas atribuídas pelos avaliadores demonstram diferentes perspectivas de olhares, isso pode ser explicado pelas diferenças nas notas em relação à viabilidade e sustentabilidade. Segundo Ponce et al. (2017), a incorporação de indicadores de sustentabilidade desde o início do projeto pode contribuir para sua viabilidade a longo prazo.

Portanto, é importante que os avaliadores levem em consideração a relevância dos indicadores apresentados nos conteúdos das ações, a fim de garantir uma justa e adequada.

4.3.8 Mérito 8: resultados esperados

Com base nas notas atribuídas pelos avaliadores aos projetos apresentados, pode-se afirmar que o mérito 8, em sua maioria, foi atendido de forma satisfatória do ponto de vista das avaliações indicando que apresentaram de forma clara e objetiva os produtos esperados provenientes da ação de extensão proposta, conforme quadro 16.

Quadro 16 - Avaliação do critério M8

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9	10	10
PJ 2	DLPL	10	10	7
PJ 3	DLPL	10	10	8
PJ 4	DLPL	8	10	9
PJ 5	DLPL	5	9	10
PJ 6	DLPL	10	10	9
PJ 7	DLPL	0	10	0
PJ 8	DLCV	10	10	10
PJ 9	DLCV	10	10	10
PJ 10	DLCV	10	10	10
PJ 11	DLCV	10	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	10

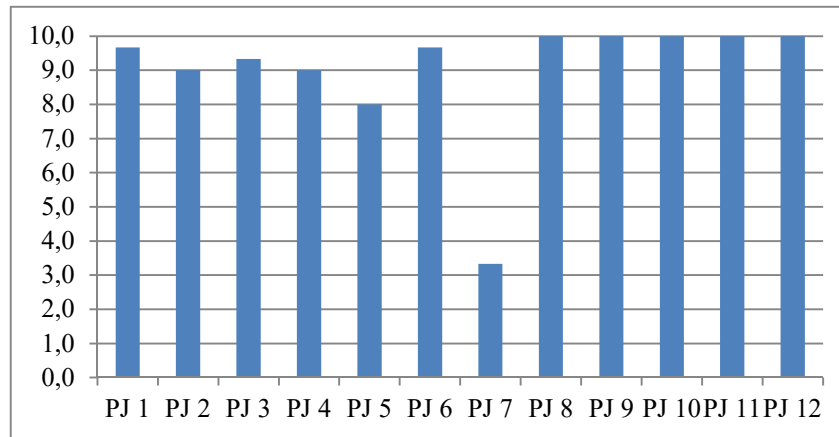
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

No entanto, é importante ressaltar que para este item os projetos PJ5 e PJ7 foram os que apresentaram discrepância considerável em relação às notas, apresentaram maior variação nas notas atribuídas pelos avaliadores.

Sabe-se que a apresentação clara e objetiva dos produtos esperados é fundamental para garantir o sucesso da ação de extensão proposta, bem como para permitir que os resultados possam ser avaliados e quantificados posteriormente. Nesse sentido, é fundamental que o proponente descreva detalhadamente os produtos esperados, bem como a indicar a forma como eles serão produzidos e distribuídos. Por outro lado, o avaliador deve buscar na proposta os elementos necessários para que possa emitir o julgamento avaliativo adequado.

De acordo com o estudo de Silva et al. (2018), a clareza na apresentação dos resultados esperados é um fator determinante para a obtenção de resultados satisfatórios em projetos de extensão universitária. Além disso, os autores destacam a importância de se estabelecer indicadores claros de avaliação para os produtos esperados, de modo a permitir uma avaliação objetiva e precisa do projeto. A apresentação em escala no gráfico 10 mostra os resultados na avaliação do mérito 8 dos projetos.

Gráfico 10 - Médias totais - M8



Fonte: elaboração própria

Em síntese, conclui-se que na visão dos avaliadores, a maioria dos projetos apresentou de forma satisfatória os produtos esperados provenientes da ação proposta. No entanto, é fundamental que todo o processo avaliativo verifique de forma objetiva o atendimento quanto aos produtos esperados, bem como, sejam estabelecidos critérios de avaliação claros, para que a apreciação cumpra de fato o que se propõe na etapa de análise.

4.3.9 Mérito 9: coerência entre os objetivos, a metodologia e atividades

A análise dos dados apresentados revela que, de maneira geral, os projetos apresentam um bom nível de coerência entre os objetivos, a metodologia e as atividades propostas em relação aos resultados esperados, conforme o quadro 17. No entanto, é possível notar algumas diferenças entre notas atribuídas a um mesmo projeto, para o mesmo item de análise.

Quadro 17 - Avaliação do critério M9

Projeto	Departamento	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
PJ 1	DLPL	9	9	9
PJ 2	DLPL	6	10	7
PJ 3	DLPL	8	10	6
PJ 4	DLPL	10	10	8
PJ 5	DLPL	10	8	10
PJ 6	DLPL	10	10	9
PJ 7	DLPL	0	10	6
PJ 8	DLCV	8,5	10	10
PJ 9	DLCV	10	9	10
PJ 10	DLCV	10	10	10
PJ 11	DLCV	10	10	10
PJ 12	DLCV	10	10	9

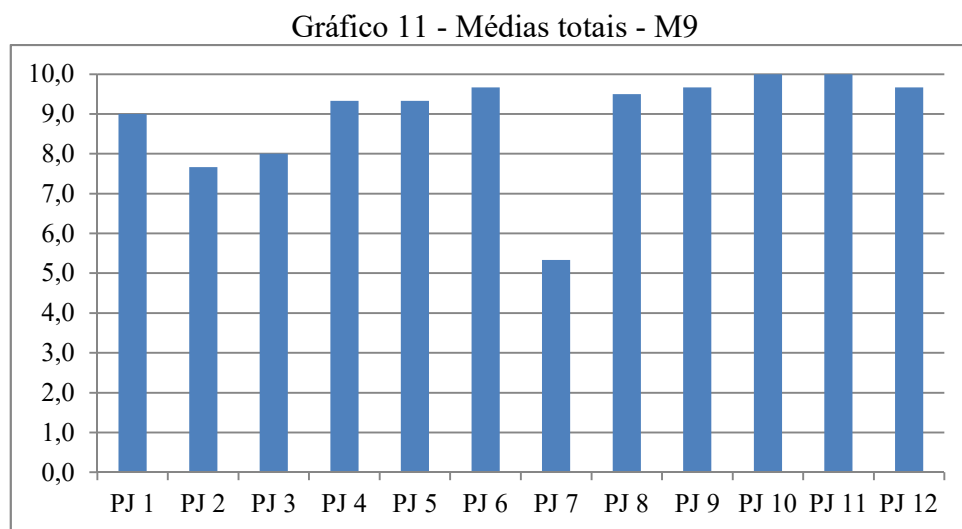
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

No departamento DLPL, os projetos PJ1, PJ4, PJ5 e PJ6 apresentaram notas altas em relação à coerência entre objetivos, metodologia, atividades e resultados esperados. Esses resultados são coerentes com as pesquisas realizadas por Alves et al. (2020), que destacam a importância da clareza na definição de objetivos e na descrição das atividades realizadas para o sucesso de projetos de extensão. Por outro lado, percebe-se uma discrepância nas atribuições de notas no PJ3, pois o avaliador 2 conferiu nota (10) enquanto o avaliador 3 atribuiu nota (6) e o avaliador 1, nota (8).

Ponto a ser verificado, devido à recorrência de casos, possivelmente pela formação de construção do item e a inabilidade para a realização da avaliação das propostas que em diversos momentos apresentou situações como essa, uma avaliação que se apresente de forma consistente, espera-se que em sua maioria, os dados sejam mais alinhados, mesmo que a avaliação seja algo individual, os critérios e entendimentos são pontos norteadores comuns.

Nesse sentido, a maioria desses projetos apresenta resultados coerentes com as pesquisas realizadas por Gatti et al. (2018), que destacam a importância da definição clara de objetivos e de uma metodologia consistente para o sucesso de projetos de extensão.

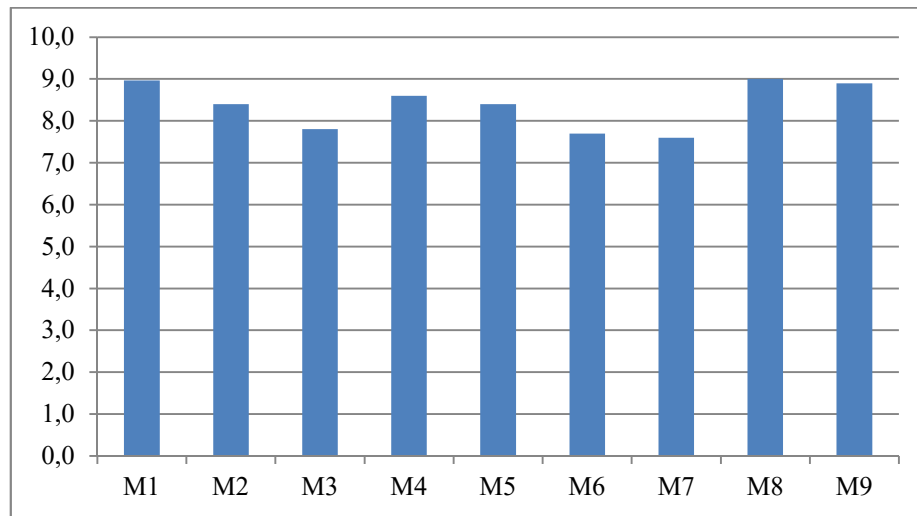
O bom desempenho dos projetos na análise dos avaliadores pode ser visto por meio da representação em forma gráfico apresentado a seguir:



Fonte: elaboração própria

O gráfico a seguir apresenta as médias gerais obtidas pelos 12 (doze) projetos, nesse caso, conforme a representação gráfica de notas atribuídas pelos avaliadores para cada mérito, por meio dele é possível verificar quais os méritos, na visão dos avaliadores, estão sendo atendidos de maneira satisfatória a partir das análises das ações.

Gráfico 12 - Médias gerais – Méritos



Fonte: elaboração própria

A partir da análise do gráfico 12 que compila todas as médias atribuídas aos projetos correspondentes aos 9 (nove) méritos avaliados de acordo com o questionário da avaliação do edital, podemos ver que os méritos 3, 6 e 7 são os que têm as menores médias, diante disso, podemos concluir que na visão dos avaliadores os aspectos relacionados à interdisciplinaridade e multidisciplinaridade; mecanismos, formas de monitoramento e avaliação; viabilidade e sustentabilidade do projeto, são pontos que podem ser aprimorados no conteúdo das propostas.

Vale ressaltar ainda a existência das situações de discrepâncias apresentadas em diversos pontos dessa pesquisa, dados que mostram pontos de vista muito divergentes para a análise de um mesmo item, quando da realização de avaliação de uma mesma proposta. Nesse sentido, dois aspectos importantes devem ser destacados: o primeiro deles diz respeito a maneira como os itens que constituem os critérios de avaliação são apresentados, como segundo ponto, a habilidade do avaliador da proposta no entendimento do que apresenta a proposta de ação de extensão.

Em relação aos méritos 8 e 9, o gráfico nos mostra que tiveram avaliações mais altas, evidenciando que os pontos relativos aos resultados esperados pela realização da ação e a coerência entre os objetivos, a metodologia e atividades atenderam, na visão dos avaliadores, de maneira satisfatória os requisitos de avaliação estabelecidos.

Com isso, mesmo diante de diversas incongruências apresentadas por meio da análise dos dados relativos à análise do processo avaliativo das propostas de ações de extensão, é possível notar que as ações de extensão universitária têm sido avaliadas como práticas

efetivas e relevantes para a transformação social e a promoção do diálogo entre a academia e a sociedade.

4.4 PARECERES SOBRE OS PROJETOS

São analisados nessa seção os pareceres emitidos pelos 3 avaliadores. Espera-se que as informações neles contidas sejam esclarecedoras, na medida em que forneçam uma visão geral do projeto, identifiquem as principais características, objetivos e resultados esperados. Além disso, podemos entender como fundamentais aqueles que destacam os pontos fortes e fracos de cada projeto, além de indicar áreas em que o projeto pode ser aprimorado.

Por sua natureza textual discursiva, na qual é possível ao avaliador da ação realizar a exposição por meio de uma estrutura textual argumentativa, a função do parecer é apresentar tudo que foi exposto no parágrafo anterior, elementos que forneçam ao elaborador da proposta uma visão dos avaliadores da ação quanto ao conteúdo da ação.

Sendo assim, conforme o quadro 18, em relação ao PJ1, o parecer 1 destaca que o projeto propõe uma integração entre estudos linguísticos e culturais e envolve a comunidade civil, a proposta menciona de forma explícita no seu resumo que se propõe a atender “estrangeiros que buscam a naturalização e/ou a aprovação de cidadania brasileira e demais estrangeiros da comunidade externa”, fica evidente o envolvimento das comunidades internas e externas presentes na ação. O parecer 2 ressalta que o projeto tem uma clara interface com o ensino, pesquisa e formação de discentes, ao mencionar em seu resumo que “importa ainda pontuar que toda essa lógica de abertura da língua vai modificando a forma como a aplicação e a própria teorização dos conceitos linguísticos se configuram no que, inicialmente, foi dito como de importância extrema para a formação docente dos licenciandos em Letras, mas ainda na outra ponta da linha, a prática docente”, evidencia-se nesse ponto a clara relação da atividade com os aspectos da formação acadêmica e cidadã dos discentes, preceito de extrema relevância para a prática da extensão universitária, além de ser acessível a sociedade externa a academia. Nesse mesmo sentido, o parecer 3 reconhece que o projeto contempla a formação docente, a internacionalização do Português e o recorte do ensino da cultura sob uma perspectiva basicamente linguística, além de ser coerente e articulado com a política de internacionalização. No entanto, os pareceres também apontam algumas limitações do projeto, como a falta de clareza quanto à interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, a ausência de indicadores de viabilidade e sustentabilidade do projeto, e a falta de especificações sobre os

meios e recursos logístico-organizacionais. O parecer 2 também destaca a necessidade de ressaltar o ensino de qualidade e a internacionalização como méritos importantes do projeto.

Quadro 18 - Pareceres PJ 1

Parecer 1	Apresenta-se como proposta de Extensão que envolve a comunidade civil envolvente. se propõe a envolver os discentes na proposta de aprendizagem e atuação extencionista; propondo uma integração entre os estudos linguísticos e culturais.
Parecer 2	O projeto tem por proposta oferecer “cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira aos estudantes conveniados em programas de Intercâmbio na UFPB”. Assim, tem clara interface cm o ensino, pesquisa, e com a formação de discentes. Propõe também atender diversos outros perfis de público, desde refugiados a estrangeiros em processo de naturalização, o que torna o projeto acessível a sociedade externa a academia. Está focado no ensino de língua estrangeira, não sendo claro quanto a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. No mérito 5, o ensino de qualidade e a internacionalização devem ser ressaltados. Não apresenta com clareza os indicadores de viabilidade e sustentabilidade do projeto, nem os mecanismos e formas de monitoramento e avaliação. Como resultados esperados, além dos cursos propostos aponta a “Elaboração de um "guia" da experiência com ampliação para a aprendizagem das diferentes disciplinas do programa”. Por fim, o projeto tem coerência entre objetivos, atividades e resultados.
Parecer 3	O projeto apresentado caracteriza-se como ação de extensão, propondo uma ação que tanto reverbera na formação dos discentes através da atuação no PLEI (Programa Linguístico Cultural para Estudantes Internacionais) quanto atende à demanda de compreensão da cultura e da Língua Portuguesa, para estudantes estrangeiros, articulando ensino, pesquisa e extensão, como pontuado pelo proponente, contempla "a formação docente, a internacionalização do Português e o recorte do ensino da cultura sob uma perspectiva basicamente linguística". Nessa perspectiva evidencia-se como ação de extensão necessária e coerente, articulando temáticas da extensão, a política de internacionalização e possíveis impactos sociais. Não há indicações do envolvimento de outros departamentos, contudo, há potencialidade para parcerias internas ou externas, a exemplo da Agência de Cooperação Internacional da UFPB e/ou departamento de Relações Internacionais. A execução do projeto está indicada como prioritariamente remota, seguindo as orientações institucionais e possíveis alterações. No entanto, não especifica meios e recursos logístico-organizacionais. Não apresenta o anexo VI da resolução, contudo, compreende-se que o projeto é de grande interesse. São estabelecidas algumas diretrizes metodológicas para o trabalho. Sugere-se que a metodologia possa também indicar a forma de realização junto aos estudantes, bem como as estratégias de avaliação. Além da ação proposta, constam como possíveis resultados a elaboração de ""guia" da experiência". Parecer favorável.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Vislumbra-se que os pareceres avaliando o projeto são esclarecedores e úteis para aprimorar o projeto, fornecendo feedback construtivo sobre suas características, objetivos e resultados esperados, bem como indicando áreas em que o projeto pode ser aprimorado.

Já no que se refere aos pareceres do PJ2, conforme o quadro 19, têm-se:

Quadro 19 - Pareceres PJ 2

Parecer 1	Somos de parecer desfavorável a aprovação da proposta, uma vez que, apesar de ser uma ação de caráter extensionista, trata-se de um curso de extensão, portanto devendo ser cadastrado no Edital FLUEX 2021. Pela carga horária, 120 horas, necessita de certidão de aprovação do conselho de Centro e o registro e gerenciamento de cursos de extensão se dá no SIGAA e não no SIGEVENTOS.
Parecer 2	A proposta apresentada é essencialmente de extensão, pois se propõe a envolver a comunidade externa à UFPB, de forma dialética e se preocupando com formação cidadã do estudante de Letras-Português (professor em pré-serviço), assim como com o desenvolvimento profissional daquele docente já em sala de aula. Apesar de bastante consistente, há uma ausência de colaboração de outros departamentos da UFPB e de setores externos à UFPB e que possivelmente serão atendidos, a exemplo das Secretarias de Educação Estadual e Municipal. Entretanto, acreditamos que esta colaboração surja no desenvolvimento da ação. As ações pretendidas são de total relevância, pois percebe-se uma preocupação com a construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, direcionados no sentido de ampliar a capacidade crítica dos professores da educação básica. Os objetivos são claros e a metodologia de trabalho é bem desenvolvida, o que obviamente irá culminar em produtos de grande utilidade. A ausência de cartas de anuência e/ou de referências dos setores envolvidos, que trariam mais evidências dos mecanismos e das formas de monitoramento e avaliação das atividades realizadas, não compromete a proposta aqui apresentada. Sendo assim, somos de parecer favorável à aprovação do projeto, salvo melhor juízo.
Parecer 3	Apesar de apresentar características de extensão, não se pode realizar curso de extensão de carga horária de 120 horas, recomenda-se a submissão do curso no Fluex, uma vez que um projeto não permite a abertura de uma turma e nem o gerenciamento das inscrições. Além disso um curso de extensão com essa carga horária é necessário que tenha uma certidão de aprovação pelo conselho de Centro. Esse é nosso parecer, salvo melhor juízo.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

O Parecer 1 apresenta a adequação da proposta quanto à caracterização da ação como prática extensionista, ponto a ser destacado é a obtenção de notas 10, conceito máximo ao primeiro item de avaliação de acordo como questionário do edital. No entanto, desconsidera a possibilidade de atividades na modalidade cursos de extensão constituírem atividades conjuntas aos projetos PROBEX, a avaliadora emite uma visão negativa do projeto, ressalta a

necessidade de cadastramento no Edital FLUEX 2021, o que de fato deve ser feito para atividades na modalidade cursos que estejam vinculados aos projetos, esse entendimento naturalmente levaria a uma compreensão mais adequada da forma de realização de um projeto de extensão.

No mesmo sentido, o Parecer 2 reconhece a proposta como uma ação essencialmente de extensão, que busca envolver a comunidade externa à UFPB, visando à formação cidadã do estudante de Letras-Português (professor em pré-serviço) e ao desenvolvimento profissional do docente em sala de aula. O parecer destaca a consistência do projeto, a clareza dos objetivos e a metodologia bem desenvolvida, que irão culminar em produtos de grande utilidade. O único ponto fraco apontado é a ausência de colaboração de outros departamentos da UFPB e de setores externos à universidade, mas considera que essa colaboração pode surgir no desenvolvimento da ação. O parecer também sugere a inclusão de cartas de anuência e/ou de referências dos setores envolvidos, que trariam mais evidências dos mecanismos e das formas de monitoramento e avaliação das atividades realizadas.

Para continuidade das análises, o parecer 3 também reconhece as características de extensão do projeto, da mesma forma como o parecer anterior, menciona o entendimento do projeto apenas como a realização de um curso ao mencionar que a ação apresenta problemas relacionados à carga horária e relatar a necessidade de certidão de aprovação pelo conselho de Centro e registro e gerenciamento no FLUEX. O parecer sugere a submissão do curso no FLUEX, uma vez que um projeto não permite a abertura de uma turma e nem o gerenciamento das inscrições. Como dito anteriormente, existe a possibilidade de realização de cursos vinculados aos projetos como atividades complementares à execução do que se propõe na ação.

Ao analisar os pareceres, pode-se observar que o Parecer 1 é bastante crítico, mas não apresenta pontos fortes do projeto ou sugestões de melhoria. O Parecer 2 reconhece os pontos fortes da proposta, mas aponta para a necessidade de mais colaboração de outros departamentos e setores externos, além de evidências dos mecanismos e formas de monitoramento e avaliação das atividades. Por fim, o Parecer 3 sugere a submissão do curso no FLUEX devido aos problemas relacionados à carga horária e ao gerenciamento.

De modo geral, ao verificarmos a atribuição de notas 10 pelos 3 avaliadores na apreciação da propostas, é possível perceber que houve a compreensão a um dos principais fundamentos da prática extensionista, no que diz respeito à formação dos discentes envolvidos, tendo em vista que o conteúdo da ação propõe em sua justificativa que “a formação dos discentes com foco na interprofissionalidade e na interdisciplinaridade, o que

estimula uma formação cidadã crítica e responsável, nos moldes do que preveem as Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária”. Diante disso, fica evidente a necessidade da realização dessa investigação para que se tenha um panorama geral desse processo de avaliação das propostas.

No que se refere ao PJ3, conforme o quadro 20, observou-se ao analisar os pareceres emitidos que todos os pareceristas reconhecem que se trata de uma ação de extensão universitária, que envolve a comunidade surda e tem como objetivos a promoção do conhecimento e o debate acerca da identidade surda híbrida, articulando ensino, extensão e pesquisa.

Quadro 20 - Pareceres PJ 3

Parecer 1	A presente proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária, pois envolve comunidade externa a UFPB (comunidade surda), prezando pela interação dialógica desta instituição com a sociedade. Por sua vez, tem como pressupostos a promoção do conhecimento e o debate acerca da identidade surda híbrida, articulando ensino/extensão/pesquisa. A ação de extensão propõe a relação ensino e pesquisa através de metodologia de interação, envolvendo instrumentos de coleta de dados como entrevista e questionário, estabelecendo o diálogo com a cultura surda, sua educação e seu desenvolvimento. No que se refere a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, o projeto merecia destacar melhor suas estratégias para sua composição. Por fim, a proposta descreve os impactos da extensão na formação do discente extensionista, embora de maneira tímida. Podemos considerar que a área temática da extensão, a política de internacionalização, a política de educação ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na proposta não foram claramente destacados, porém não tem como retirar o mérito desta ação de extensão, ora em avaliação. Sendo assim, sou de parecer favorável a aprovação da proposta.
Parecer 2	A presente proposta caracteriza-se como ação de extensão universitária (Mérito 1), articulando a ação de extensão com o ensino e a pesquisa (Mérito 2). Além disso, o projeto foi planejado visando a multidisciplinaridade. A multiplicidade apresentada no projeto parece estar direcionada apenas entre o departamento de Língua Portuguesa e Linguística e o curso de Letras Libras EAD (Mérito 3). Com relação ao Mérito 4, acredito que o projeto poderia apontar de forma mais clara e objetiva os impactos da ação de extensão para os discentes extensionistas. O projeto envolve atores dentro da UFPB (discentes, docentes e comunidade surda UFPB), mas também comunidade externa. O projeto apresenta-se claro com relação à sua importância e impacto social, sendo perfeitamente exequível diante da condição epidemiológica atual (Mérito 5). O mecanismo de avaliação e monitoramento do projeto se dará através da aplicação de questionário (Mérito 6). Com relação ao Mérito 7, os proponentes apresentaram (porém não de forma clara), os seguintes indicadores de viabilidade e sustentabilidade: recursos humanos; recursos materiais; local para realização. O projeto apresenta como resultados esperados, a reflexão sobre a identidade surda híbrida no processo ensino-

	aprendizagem e sua experiência com as novas tecnologias na tradução intralingua, podendo gerar frutos de pesquisa a partir dos questionários aplicados (Mérito 8). Por fim, aponto que a presente proposta apresenta coerência entre objetivo, metodologia, atividade proposta e resultados esperados (Mérito 9).
Parecer 3	Envolve como público-alvo pessoas que se tornaram surdas em algum momento da vida, após a aquisição da língua materna, articula o ensino de libras e a pesquisa necessária para compreensão da cultura surda. A ação tem um caráter inclusivo, por tanto cidadão. Quanto às áreas de conhecimento fica mais no âmbito do conhecimento linguística, tem participação de colaborador externo. o impacto da ação de extensão indica a produção de conhecimento. Quanto aos indicadores identifiquei impacto social, o público-alvo. contribuição com política pública educacional. Quanto a viabilidade: indicou recursos humanos, recursos materiais, local.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

No entanto, o Parecer 1 aponta que o projeto poderia destacar melhor suas estratégias para a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, além de não ter enfatizado claramente as áreas temáticas da extensão, política de internacionalização, política de educação ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Já o Parecer 2 destaca a multidisciplinaridade do projeto, mas aponta que essa multiplicidade está direcionada apenas entre o departamento de Língua Portuguesa e Linguística e o curso de Letras Libras EAD. Além disso, destaca a necessidade de uma descrição mais clara e objetiva dos impactos da ação de extensão para os discentes extensionistas, assim como a apresentação dos indicadores de viabilidade e sustentabilidade de forma mais clara.

Por sua vez, o Parecer 3 destaca o caráter inclusivo da ação, que envolve pessoas que se tornaram surdas em algum momento da vida, após a aquisição da língua materna, e que contribui para a compreensão da cultura surda. Além disso, destaca que a ação está mais no âmbito do conhecimento linguístico e apresenta indicadores de impacto social, público-alvo e contribuição para a política pública educacional.

De maneira geral, todos os pareceristas apresentam parecer favorável à aprovação do projeto, embora apontem alguns pontos a serem aprimorados, como a clareza na apresentação dos impactos da ação de extensão, a descrição dos indicadores de viabilidade e sustentabilidade e o destaque para outras áreas temáticas da extensão.

No que tange ao PJ4, conforme o quadro 20:

Quadro 21 - Pareceres PJ 4

Parecer 1	Sou de parecer favorável a aprovação do projeto, pois apresenta diálogo com a sociedade, articulação de ação de ensino, pesquisa e extensão, bem como interdisciplinaridade e multidisciplinaridade impactando na formação do discente e estimulando o pensamento crítico. O projeto tem impacto social e apresenta indicadores de viabilidade e sustentabilidade apresentando produtos como resultados de suas ações.
	O Projeto apesar de se desenvolver nos espaços físicos da UFPB se caracteriza como uma ação de extensão universitária. Oferecer cursos de português para o ingresso de estudantes estrangeiros nos diversos cursos da UFPB, supervisionada pelo Programa Linguístico-Cultural para Estudantes Internacionais, abordagem ainda não contemplada no currículo da UFPB (10,0). É extensão articulada ao ensino e contribui para a formação acadêmica do discente, vivenciado pelo “método comunicativo”, que mistura imersão e programas intensivos de estudos (10,0). Trata o ensino da língua portuguesa como aspecto da cultura brasileira e paraibana, com presença de várias áreas do conhecimento, ainda que o projeto não se vincule a outros departamentos de estudos (8,0). A iniciativa contribui teórico e metodologicamente ao discente (10,0). Contribui na política de internacionalização da UFPB, com a
Parecer 2	formação dos discentes e destinatários do projeto, numa clara relação da Universidade com a Sociedade, sem que seja citada as contribuições às políticas públicas e a política de educação ambiental (8,0). Há mecanismos de avaliação ao longo do processo, o que significa a existência de formas de monitoramento (10,0). A proposta cita que haverá reuniões para a seleção de materiais didáticos para as aulas, indica o PLEI como laboratório associado, sem citar parcerias externas ou convênios (8,0). Como resultados esperados, o proponente espera a ampla aprovação dos aprendizes de Língua Portuguesa no Exame CELPE-BRAS, integração entre os alunos estrangeiros e os brasileiros na UFPB, mas não se dedica a produção de livros, anais, artigos, apesar de garantir a participação em eventos técnico-científicos, divulgando o projeto (8,0). De um modo geral, há coerência entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperados (10,0). Somos favoráveis à execução do Projeto, salvo melhor juízo (10,0).
Parecer 3	projeto maravilhoso e essencial para a nossa realidade atual da nossa região.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Os pareceres 1 e 2 apresentam análises mais detalhadas e criteriosas do projeto em questão, destacando pontos positivos como o diálogo com a sociedade, a interdisciplinaridade, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a contribuição para a formação acadêmica do discente, a política de internacionalização da UFPB e a existência de mecanismos de avaliação e monitoramento. Além disso, ambos os pareceres mencionam a viabilidade e sustentabilidade do projeto e seus resultados esperados. Por outro lado, o parecer 3 não apresenta uma análise crítica do projeto, limitando-se a expressar uma opinião positiva sem justificá-la.

Em suma, os pareceres 1 e 2 demonstram um engajamento mais aprofundado com a proposta em questão, oferecendo argumentos e evidências para sustentar suas avaliações. Já o parecer 3, embora apresente argumentação positiva quanto a avaliação e aprovação da proposta, não contribui com uma análise crítica e detalhada do projeto, fatos que descaracteriza a função de um parecer que deve ser construído de forma minuciosa e detalhada, com vistas a apresentar ao processo avaliativo de modo geral uma descrição da avaliação lançada por meio das notas, além de levar ao elaborador das propostas contribuições quanto aos aspectos contidos na construção do texto. No que se refere ao PJ5, quadro 22, têm-se:

Quadro 22 - Pareceres PJ 5

Parecer 1	O projeto de extensão intitulado ‘Produção de Multimeios: colaborando com o PLEI no acolhimento e formação dos estudantes estrangeiros’ é parte integrante do Programa Linguístico-Cultural para Estudantes Internacionais (PLEI), e possui como objetivo favorecer o ensino da língua portuguesa, desenvolvendo recursos digitais e impressos para apoiar as aulas e as ações destinadas para o público internacional de alunos estrangeiros ‘PEC-G’. A submissão encontra-se munida de documentação processual complementar. O público a ser atendido pelo projeto é amplo e possui características singulares, e que podem potencialmente representar retorno para toda a comunidade acadêmica da UFPB, uma vez que melhora a relação de alunos estrangeiros com os alunos locais. Não obstante, reporta-se a importância de relatar algumas estatísticas referente aos resultados esperados, como número de discentes estrangeiros atendidos, o impacto sobre os discentes locais, e os subprodutos transversais do projeto, já que no anexo e na proposta submetida não existem informações sobre a dimensão de discentes e do público envolvido. Embora haja a necessidade de identificar melhor algumas das informações mencionadas, o citado projeto de extensão possui elevadas chances de êxito
Parecer 2	O projeto representa viabilidade de execução, estando o mesmo bem estruturado do ponto de vista metodológico e científico, onde todos os elementos textuais estão bem redigidos e embasados na literatura.
Parecer 3	MÉRITO 1: Sim, a presente proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária. MÉRITO 2: Sim, o projeto articula a ação de extensão com o ensino e a pesquisa. MÉRITO 3: O projeto apresenta apenas um departamento envolvido. MÉRITO 4: Sim, a proposta descreve satisfatoriamente os impactos da extensão na formação do discente. MÉRITO 5: itens presentes na proposta: impacto Social, público-alvo, atendimento à comunidade ou setor com vistas à futura autonomia das ações. MÉRITO 6: O proponente estabeleceu parcialmente os mecanismos e formas de monitoramento e avaliação. MÉRITO 7: O proponente apresenta mais de 5 indicadores. MÉRITO 8: Sim, o proponente apresentou os produtos provenientes da ação de extensão proposta. MÉRITO 9: Sim, há coerência entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperado.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Analisando os pareceres emitidos para o projeto PJ5, o Parecer 1 destaca a importância do projeto para o ensino da língua portuguesa para alunos estrangeiros, ao observarmos a propostas encontramos a motivação ao dizer que o projeto “justifica-se por garantir uma educação sem discriminação, integrando alunos estrangeiros e brasileiros ao conhecimento da língua portuguesa e aos valores socioculturais”, além de ressaltar a possibilidade de retorno para a comunidade acadêmica da UFPB. No entanto, solicita informações complementares sobre estatísticas referentes aos resultados esperados, como número de discentes estrangeiros atendidos, o impacto sobre os discentes locais e os subprodutos transversais do projeto.

O Parecer 2 apresenta uma visão positiva do projeto, indicando que ele é viável para execução, bem estruturado do ponto de vista metodológico e científico, com elementos textuais embasados na literatura.

O Parecer 3 apresenta uma análise mais detalhada do projeto em relação aos méritos que devem ser avaliados em uma proposta de extensão universitária. Os méritos avaliados foram: a caracterização como ação de extensão universitária, a articulação da ação com ensino e pesquisa, os departamentos envolvidos, a descrição dos impactos da extensão na formação do discente, a presença de itens como impacto social, público-alvo e atendimento à comunidade ou setor com vistas à futura autonomia das ações, a definição dos mecanismos e formas de monitoramento e avaliação, a apresentação de mais de 5 indicadores, a descrição dos produtos provenientes da ação de extensão proposta, e a coerência entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperados. O Parecer 3 indica que o projeto atende aos méritos avaliados de forma satisfatória.

Para o PJ6, quadro 22, tem-se:

Quadro 23 - Pareceres PJ 6

Parecer 1	O presente projeto atende aos requisitos de um projeto de extensão.
Parecer 2	O projeto possui alto grau de impacto social e contribuição com a instituição pública. Embora cite a pesquisa-ação não ficou clara sua relação com nenhum projeto de pesquisa para que formasse assim o tripé da universidade
Parecer 3	Projeto de extrema significância, demonstrando um cuidado com esta demanda no tocante à formação teórica, arcabouço imprescindível para que ações fundamentadas sejam constantes neste espaço formativo (ESCOLA E UNIVERSIDADE).

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Para o Projeto PJ6, o parecer 1 afirma que o projeto atende aos requisitos de um projeto de extensão, mas não dá mais informações ou detalhes sobre sua viabilidade ou

impacto, percebemos mais uma situação na qual o processo de emissão do parecer, etapa complementar da fase de avaliação das propostas encontra falhas, tendo em vista a necessidade e importância de emissão de parecer detalhado e minucioso.

Já o parecer 2 destaca o alto grau de impacto social do projeto e sua contribuição para a instituição pública, tendo em vista que a proposta menciona o local de realização “A proposta inicial surgiu da necessidade de atender estudantes com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, ainda em 2015. O projeto está em seu sexto ano de atuação junto à Comunidade do Timbó, em uma unidade escolar pública”, o alto grau de vulnerabilidade social do público externo envolvido demonstra a atuação da ação para o atendimento das demandas sociais, cumprindo com o que se propõe para a superação das desigualdades e busca de uma educação de qualidade, linhas de atuação contidas no edital de seleção, para atendimento da proposta da Agenda 2030.

Por outro lado, aponta que não ficou claro como o projeto se relaciona com projeto se articula com ações de pesquisa, o que seria importante para formar o tripé da universidade (ensino, pesquisa e extensão).

O parecer 3 destaca a importância do projeto e elogia o cuidado demonstrado em relação à formação teórica, considerando-a um arcabouço imprescindível para que ações fundamentadas sejam constantes na escola e na universidade.

Na análise do PJ7, encontramos alguns dos maiores pontos de divergências dessa pesquisa. Em geral, os pareceres indicam a discordância em relação à adequação da proposta quanto à prática da extensão universitária, na sequência temos os pareceres apresentados pelos avaliadores para o PJ7, conforme quadro 24, teve-se o seguinte:

Quadro 24 - Pareceres PJ 7

Parecer 1	A presente proposta de ação de extensão possui características de um projeto de pesquisa, além de não possuir articulação entre o tripé universitário. Do mesmo modo, não há no projeto indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto, formas de monitoramento e avaliação e produtos provenientes da ação. Assim, nosso parecer é pelo indeferimento da proposta.
Parecer 2	Não sou de parecer favorável ao projeto intitulado "ATELIÊ DE TEXTOS ACADÊMICOS (ATA)", por não atender a alguns itens do questionário de avaliação de Méritos Probex 2021. Trata-se de uma proposta muito interessante e importante para os alunos de graduação e pós-graduação, mas essa avaliação é feita de acordo com parâmetros já estabelecidos pelo edital, assim segue abaixo algumas considerações: - Mérito 1: Trata do envolvimento do projeto com a comunidades externas a UFPB; interação dialógica da UFPB com a sociedade? Não ficou clara na proposta o atendimento ou a interação com a comunidade externa; - MÉRITO 2: O projeto articula a ação de extensão com o ensino e a pesquisa, caracterizada

	pela integração da ação desenvolvida à formação acadêmica e cidadã do discente e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias? A proposta atende aos requisitos de ensino e pesquisa. - MÉRITO 3: Apresenta Interdisciplinaridade, mas não envolve outros departamentos; -MÉRITO 4: A proposta descreve os impactos da extensão na formação do discente (teórico, metodológico e/ou profissional) estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável? Não visualizo nitidamente a resposta a esse questionamento na proposta, mas no contexto observa-se a importância para o público envolvido. MÉRITO 5: Atende parcialmente o que foi exigido para esse mérito, pois como já foi citado em itens anteriores, não fica claro a relação universidade X sociedade, impactos sociais ou atendimento à comunidade externa. MÉRITO 6 à 9: O projeto atende aos requisitos. Cada item do questionário segue uma nota e um peso, assim foram avaliados cada mérito de acordo com o projeto apresentado
Parecer 3	Trata-se de uma proposta totalmente configurada na área de PESQUISA e como tal desde já tem tamanha reprovação para uma prática de extensão. Entretanto, quero destacar que é uma pesquisa de tamanha relevância social e que deve se apresentada a um outro edital que contemple pesquisa. Aos itens que foram pontuados quero deixar bem claro que a proposta traz no seu bojo de informações elementos que foram permitidos um olhar de clareza aos méritos aqui destacados voltados ao processo avaliativo. De forma que não seria coerente desconsiderar, mesmo sendo uma proposta de pesquisa, uma realidade relevante a sua execução, claro para uma prática de pesquisa e não de extensão.

Fonte: Elaboração própria

Os avaliadores da ação não consideraram alguns dos principais aspectos relacionados à formação acadêmica dos discentes envolvidos, membros que constituem a comunidade interna atendida pela proposta quando da análise do que se apresenta no resumo da proposta ao mencionar que “O conhecimento sobre os modos de funcionamento dos gêneros acadêmicos e sua relação com as diferentes áreas de conhecimento proporciona uma ação educativa”, tal situação apresentada no conteúdo da ação, apresenta-se de fundamental importância para a formação acadêmica dos envolvidos da ação.

Nesse mesmo sentido a proposta expõe o seu propósito formativo ao dizer “que se respalda na necessidade de proporcionar formação acadêmica de primeiro nível frente às demandas atuais de qualificação profissional”.

Para o PJ8, quadro 25, teve-se o seguinte:

Quadro 25 - Pareceres PJ 8

Parecer 1	MÉRITO 1: Contemplado pelo projeto. MÉRITO 2: Contemplado parcialmente pelo projeto. MÉRITO 3: Contempla os aspectos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade parcialmente, envolvendo dois departamentos do CCHLA: DLCV E DH. MÉRITO 4: Contemplado parcialmente. MÉRITO 5: Contempla parcialmente as dimensões do ODS. MÉRITO 7: Estão previstos relatórios / 1 a 2 indicadores: 4,00 a 6,00
Parecer 2	O projeto se constitui como uma ação de extensão, ao envolver comunidades externas à UFPB, promover uma interação dialógica entre as comunidades e a universidade, promover ações que possibilitam aos discentes uma formação cidadã e promover ações que permitem articulação da extensão com o ensino e a pesquisa. Ressalta-se no projeto sua importância na contribuição para as políticas públicas educativas, tanto no que concerne à formação dos agentes públicos, quanto à garantia do direito à educação e cultura dos alunos. A proposta de equipe de execução condiz com o conjunto das atividades propostas, e estas estão adequadas, sobretudo em se considerando o contexto pandêmico e as possibilidades de execução das ações. Há bastante coerência entre os objetivos, o referencial teórico adotado e as atividades propostas, as quais se revestem de relevância social e contribuição universitária para a garantia de educação enquanto formação humana ampla. Sugiro, em termos de contribuição para a elaboração de novos projetos ou continuidade do projeto atual, que sejam melhor explicitadas no projeto as formas de monitoramento das ações. Ainda que, pelo texto, possamos compreender que esse monitoramento se dará ao longo das reuniões da equipe da UFPB, e das reuniões da equipe da UFPB com a equipe executora, esse aspecto poderia estar mais claro no texto como um todo.
Parecer 3	A presente proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária visto que pretende estimular a educação literária e o acesso à cultura literária às crianças (e seus familiares) da Escola Lucia Giovanna Duarte de Mello, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, proporcionando uma interação dialógica da UFPB com a sociedade. Além disso, articula o ensino, pesquisa e extensão, na medida em que contempla oportunidades de formação teórico/prática para os alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Letras e Pedagogia, e incentiva a realização de práticas e procedimentos teórico-metodológicos correlacionados à pesquisa e ao ensino acerca da formação leitora das crianças e seus familiares, promovendo novos conhecimentos e novas metodologias, bem como o desenvolvimento da formação acadêmica e cidadã dos discentes extensionistas. O projeto será conduzido por representantes das áreas de Letras e Pedagogia, com o objetivo de estimular a educação literária, portanto não articula várias áreas do conhecimento na consecução da ação. Há na proposta a informação de três indicadores de sustentabilidade e viabilidade que são os recursos humanos (professores, colaboradores e discentes), o local para realização (inicialmente no formato remoto) e parceria com a escola onde acontecerá o projeto (carta de anuência). Apesar da indicação de realização de reuniões periódicas para estudo, discussão, orientação e planejamento das atividades do projeto, não fica claro qual será o mecanismo de monitoramento e avaliação que será utilizado. Dentre os produtos provenientes da ação de extensão proposta, estão as apresentações de trabalho em eventos e escrita de artigos para divulgação dos resultados do projeto.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Para o projeto PJ8, o parecer 1 aponta que o projeto foi contemplado parcialmente em diversos aspectos, como interdisciplinaridade, dimensões do ODS ao lançar proposta para atuar na superação dos diversos fatores que prejudicam o processo de ensino e cita que “um deles está ligado à falta de contato com materiais de leitura desde pequenos em casa, seja porque os pais também não possuem o hábito de ler e não gostam de fazê-lo ou porque não se tem acesso aos livros devido a questões econômicas e sociais”, atuar no atendimento dessa demanda repercute na melhoria da qualidade da educação e atua como forma de superação das desigualdades sociais.

O parecer 2: Este parecer destaca a importância do projeto como uma ação de extensão universitária que envolve a interação entre a universidade e a comunidade externa, além de contribuir para políticas públicas educativas e formação cidadã dos discentes. A proposta da equipe de execução é considerada adequada, assim como as atividades propostas e os objetivos. No entanto, sugere que sejam mais bem explicitadas as formas de monitoramento das ações do projeto.

Já o parecer 3 também reconhece a importância do projeto como uma ação de extensão universitária que estimula a educação literária e o acesso à cultura literária para crianças e seus familiares. Além disso, destaca a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a oportunidade de formação teórico/prática para os alunos de graduação e pós-graduação. No entanto, aponta a falta de clareza sobre o mecanismo de monitoramento e avaliação que será utilizado e ressalta a importância da divulgação dos resultados do projeto em eventos e artigos.

Em resumo, os pareceres indicam que o projeto PJ7 se caracteriza como uma ação de extensão universitária que envolve a interação entre a universidade e a comunidade externa, além de contribuir para políticas públicas educativas e formação cidadã dos discentes. No entanto, há a necessidade de melhorar a clareza sobre o monitoramento e avaliação do projeto e de divulgar os resultados em eventos e artigos. Além disso, o projeto foi contemplado parcialmente em diversos aspectos e está prevista a elaboração de relatórios e indicadores.

Em outra via, no que tange aos três pareceres apresentados para o projeto PJ8, o quadro 24 apresenta pontos de vista distintos sobre a proposta, que envolve a criação de conteúdos em cordel e podcast. O Parecer 1 destaca a relevância do projeto, mas aponta a falta de detalhamento em relação ao cronograma e sugere a adição de elementos como a produção de desenhos relacionados aos cordéis. Já o Parecer 2 avalia positivamente a metodologia clara e robusta, destacando a importância da interação com os poetas populares e a contribuição para a formação cidadã dos estudantes, mas aponta a falta de informações

sobre parcerias externas e mecanismos de avaliação e monitoramento. Por sua vez, o Parecer 3 avalia que a proposta apresenta uma ação de extensão universitária de forma tímida, mas aponta a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade do projeto, assim como indicadores suficientes de viabilidade e sustentabilidade. No entanto, também sugere a inclusão de impactos sociais relevantes para o empoderamento de um público-alvo específico e a falta de mecanismos explícitos de monitoramento e avaliação no cronograma.

Quadro 26 - Pareceres PJ 9

Parecer 1	O projeto é relevante e deve ser continuado. Entretanto, é importante descrever melhor os itens exigidos no edital. Por exemplo, no cronograma não são discriminadas as etapas em que cada parte do projeto será realizado. É como se ao longo de todo o projeto tudo fosse ser realizado ao mesmo tempo. Como sugestão para incremento do projeto, seria interessante estar relacionando a linguagem dos cordéis aos podcasts. Outra coisa interessante é estar relacionando a produção de desenhos aos cordéis, como era o caso das xilogravuras. Dessa forma, vejo muito potencial no projeto, só acredito que tenha que ser melhor apresentado.
Parecer 2	A proposta se caracteriza como uma ação de extensão universitária, pois lida com uma das manifestações mais representativas da cultura local, cujos protagonistas se encontram externamente à UFPB, sendo esta mantenedora do maior acervo de folhetos do cordel do estado. Essa interação dialógica da UFPB com os poetas populares, reforça o respeito, a valorização e a reflexão, contribuindo com a formação cidadã do estudante. A proposta tem uma metodologia clara e robusta, denotando uma equilibrada articulação entre ensino, extensão e pesquisa. Não ficou claro se há parcerias ou convênios externos, apresentando 5 indicadores de viabilidade. Não consta na proposta os mecanismos de avaliação e monitoramento.
Parecer 3	A presente proposta se caracteriza, timidamente, como uma ação de extensão universitária por não envolver um grupo focal, escola, grupo cultural determinado, comunidade externa específica a ser empoderada. Assim, é possível inferir que as ações propostas atinjam parte de seu público. Contudo, este apresentar-se-á diluído por toda a rede, de modo que pode dificultar a mensuração de resultados. O projeto de extensão articula-se com o ensino e a pesquisa, caracterizado pela catalogação, produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias e contribuindo para uma formação cidadã dos discentes envolvidos. O projeto articula várias áreas do conhecimento na consecução da ação, por meio da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, considerando a composição da equipe executora. A proposta descreve, sem detalhamento, possíveis impactos da extensão na formação do discente. Não estão descritos explicitamente na ação impactos sociais relevantes que leve ao empoderamento de um público-alvo específico, comunidade ou setor com vistas à futura autonomia dos sujeitos. O proponente apresenta indicadores suficientes de viabilidade e sustentabilidade do projeto. O proponente não estabeleceu no cronograma de ação mecanismos e formas de monitoramento e avaliação explícitas. É possível perceber coerência entre as atividades propostas, a metodologia e os resultados esperados. Sendo assim, julgo a proposta adequada e relevante o suficiente para recomendar sua aprovação, ao mesmo tempo em que os argumentos registrados justificam esta apreciação e poderão, também contribuir com a revisão do texto para futuras edições.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

De forma geral, pode-se observar que os pareceres convergem na avaliação da relevância do projeto, apesar das diferentes abordagens e sugestões. As implicações desses pareceres apontam para a necessidade de maior detalhamento em relação à metodologia, parcerias externas e mecanismos de avaliação e monitoramento, além da inclusão de elementos que possam gerar impactos sociais relevantes e empoderamento de um público-alvo específico. É importante também destacar a sugestão de adicionar elementos como a produção de desenhos relacionados aos cordéis, o que pode contribuir para enriquecer a proposta. No tocante ao PJ10, conforme o quadro 27, tem-se

Quadro 27 - Pareceres PJ 10

Parecer 1	Em razão das análises realizadas a partir dos critérios estabelecidos pelo EDITAL PROBEX 03/2021, apresento parecer que APROVA o referido projeto, dada sua constatada relevância e importância não apenas para a academia, como também para a sociedade como um todo. Seguem as justificativas: - Com o objetivo de fomentar a formação e prática de leitura de literatura no ensino fundamental e médio a partir de uma formação complementar ofertada a estudantes de Letras e professores de língua portuguesa, a presente proposta SE CARACTERIZA COMO UMA AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. - O projeto ARTICULA A AÇÃO DE EXTENSÃO COM O ENSINO E A PESQUISA, pois visa trabalhar junto ao discente de letras e professor de língua portuguesa na ampliação da compreensão da literatura como expressão de competências linguísticas e sociais. Oferecendo aos professores e futuros professores do Ensino Fundamental e Médio, diferentes oportunidades de práticas pedagógicas. Também contribuir para a Formação Acadêmica dos discentes da UFPB, especialmente do Curso de Letras, ofertando-lhes saberes que se agregam à constituição de sua identidade e cidadania. - AS ARTICULAÇÕES CENTRAIS DA AÇÃO proposta se direcionam especialmente aos discentes da UFPB do Curso de Letras. - A proposta demonstra por meio de seus objetivos proporcionar IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO DISCENTE com a promoção de mudanças sócio-pedagógicas em respeito ao ensino e recepção da literatura. - É possível IDENTIFICAR O IMPACTO SOCIAL DA PROPOSTA por meio do aprimoramento de estudantes de letras e professores de língua portuguesa, seu público-alvo, de maneira prover AUTONOMIA FUTURA DA AÇÃO estando concretizada a formação complementar do público. - O proponente apresenta indicadores claros de VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE DO PROJETO, que são: recursos humanos; recursos materiais; local para realização; parcerias internas e externas.
Parecer 2	O projeto caracteriza se como uma extensão pois, possibilita aos discentes de letras e professores da língua portuguesa do ensino fundamental e médio a compreensão da literatura. Proporciona formação acadêmica e cidadã do discente e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias por não reduzir a ensinamento mecânico de história e teoria literária, mas propõe um ensino que reconhece o outro como ator social. O projeto indica possuir caráter interdisciplinar, já que envolve a participação de vários discentes voluntários e um auxiliar técnico de outro departamento. Descreve o impacto na formação do discente quando destaca que a literatura bem trabalhada, tem o poder de formar cidadãos mais conscientes, mais reflexivos, capazes de avaliar melhor o mundo em que vive. O projeto está condizente com os critérios de relevância social. Diante do exposto sou favorável à aprovação.

Parecer 3	<p>O projeto intitulado "Literatura e formação docente: leitura, prática e ensino" foi julgado pelos méritos abaixo: MÉRITO 1: São apresentados todos os requisitos que caracterizam um projeto de extensão, o público externo serão professores dos ensinos fundamental e médio, e as atividades delineadas no projeto encontram-se, diretamente, vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Letras da UFPB e ao Plano de Desenvolvimento da Instituição – PDI. MÉRITO 2: As ações pedagógicas do projeto se fundamentam na tríade ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO. MÉRITO 3: Embora não seja mostrado colaboradores externos a UFPB, a equipe é integrada por um docente, coordenador, um técnico (de uma unidade diferente da do coordenador) e vários estudantes da graduação. MÉRITO 4: As ações pedagógicas do projeto se fundamentam na tríade ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, com vistas a possibilitar a conscientização, a criticidade, a qualificação, em suma, a transformação da comunidade. MÉRITO 5: Todos os itens elencados nesse eixo são descritos, total ou parcialmente. MÉRITO 6: O proponente descreve os mecanismos de avaliação no projeto e, inclusive, num cronograma presente na submissão ao Sigaa. MÉRITO 7: O proponente não apresenta indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto, como as escolas (quais são? onde estão localizadas?), não deixa claro como os integrantes da equipe chegarão ao local (todas as ações serão em caráter remoto? Não está claro), não há relato de parceria externa. MÉRITO 8: São apresentados os produtos, sendo a confecção de material didático, um e-book e publicação de artigos em revistas e anais de eventos na área. MÉRITO 9: Há total coerência entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperados. OBS Como sugestão para as próximas submissões de projeto do docente coordenador: NÃO ANEXAR VÍDEOS, FOTOS OU TEXTOS QUE REVELEM A IDENTIDADE DO PROPONENTE, isso acaba com o cegamento idealizado por parte da PROEX/UFPB.</p>
-----------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Os três pareceres apresentados para o Projeto PJ 10 são favoráveis e possuem pontos em comum, como a indicação de que o projeto se caracteriza como uma ação de extensão universitária que articula ensino, pesquisa e extensão, além de apresentar objetivos que visam trabalhar junto ao discente de Letras e professor de língua portuguesa na ampliação da compreensão da literatura como expressão de competências linguísticas e sociais. Todos os pareceres também destacam a importância do projeto para a formação acadêmica e cidadã dos discentes e professores envolvidos, além de apontar a relevância social da proposta.

O Parecer 1 apresenta uma descrição mais detalhada da proposta, evidenciando as articulações centrais da ação, os impactos na formação do discente e a identificação do impacto social do projeto. Também destaca os indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto, incluindo recursos humanos, materiais, local para realização e parcerias internas e externas.

O Parecer 2 apresenta uma análise mais sucinta, destacando a importância da proposta na formação acadêmica e cidadã do discente, bem como a produção e difusão de novos conhecimentos e metodologias. Destaca ainda o caráter interdisciplinar do projeto,

envolvendo a participação de vários discentes voluntários e um auxiliar técnico de outro departamento.

O Parecer 3 apresenta uma análise mais detalhada dos méritos do projeto, destacando a apresentação de todos os requisitos que caracterizam um projeto de extensão, a vinculação das atividades ao Projeto Pedagógico do Curso e ao Plano de Desenvolvimento da Instituição, a integração da equipe por um docente, coordenador, um técnico e vários estudantes da graduação, além da descrição dos mecanismos de avaliação do projeto.

Em geral, pode-se afirmar que os pareceres são positivos e evidenciam os pontos fortes do projeto, destacando sua relevância social e acadêmica. O Parecer 1 apresenta uma análise mais detalhada e minuciosa, enquanto os Pareceres 2 e 3 são mais sucintos, mas também destacam os pontos positivos da proposta. As implicações sobre a qualidade de cada parecer são que todos eles apresentam uma análise favorável do projeto, mas diferem na profundidade e no nível de detalhamento da análise.

Em frente, tendo em vista as análises dos pareceristas a respeito no PJ11, conforme o quadro 28, pode-se observar o seguinte:

Quadro 28 - Pareceres PJ 11

Parecer 1	O projeto está muito bem elaborado e em conformidade com o edital PROBEX/2021. Contudo, não identificamos na presente proposta a articulação com a política de internacionalização, a política de educação ambiental e os ODS, conforme previsto nos títulos III, V e VI do respectivo Edital. Ante o exposto, sou de parecer favorável a execução da presente projeto de extensão.
Parecer 2	Sem maiores apontamentos.
Parecer 3	A proposta do projeto está em conformidade com o edital, é bastante relevante. Toda a equipe está de parabéns, a proposta visa dar continuidade às ações já exitosas.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Com base nos três pareceres apresentados, é possível notar diferenças na qualidade das análises realizadas pelos pareceristas. O Parecer 1 foi o mais detalhado em suas observações, destacando tanto pontos positivos quanto negativos na proposta. Além disso, o parecerista identificou a falta de conexão do projeto com algumas políticas e objetivos previstos no edital e, mesmo assim, recomendou a execução do projeto. Isso mostra um bom nível de avaliação crítica, além de uma preocupação em alinhar a proposta com as diretrizes do edital.

O Parecer 2, por outro lado, foi muito sucinto, limitando-se a um único comentário. Embora não haja necessidade de análises muito detalhadas em todos os pareceres, seria importante que esse parecerista tivesse fornecido mais informações sobre o projeto.

Por fim, o Parecer 3 também se mostrou bastante positivo em relação ao projeto, mas de forma um pouco genérica, sem detalhes específicos sobre o que chamou a atenção do parecerista na proposta. Embora não haja problemas em fazer uma análise mais resumida, é importante que o parecerista destaque de forma clara os pontos fortes e fracos da proposta. Em resumo, é possível perceber que, embora os três pareceres sejam favoráveis ao projeto, houve variação na qualidade e profundidade das análises realizadas pelos pareceristas, o que pode afetar a tomada de decisão em relação à aprovação do projeto.

Por fim, analisando os pareceres referentes ao Projeto PJ12, pode-se notar, conforme o quadro 29, que todos eles apresentam uma avaliação positiva em relação ao projeto de extensão. O Parecer 1, por exemplo, destaca a consistência da proposta, que já está em sua terceira edição, e a preocupação do projeto com as questões sociais relacionadas à produção cultural feminina. Além disso, destaca que o projeto apresenta indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade, mesmo em situação de isolamento social, demonstrando sua capacidade de adaptação. Em outro prisma, o Parecer 2 ressalta a relevância temática do projeto, sua articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a interdisciplinaridade e a previsão de resultados factíveis. Já o Parecer 3 destaca a interação do projeto com a sociedade e a promoção de novas políticas culturais, além de apresentar os impactos do projeto na formação dos discentes e sua contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Quadro 29 - Pareceres PJ 12

Parecer 1	O projeto está em sua terceira edição, o que mostra seu engajamento contínuo no saber fazer. Ele está vinculado a um Núcleo de Pesquisa e Documentação de Cultura Popular, o que o torna ainda mais consistente em sua proposta. É um projeto que busca estudar, registrar e divulgar a produção de mulheres da cultura popular, fato que demonstra sua preocupação com as questões sociais relacionadas a um tema tão atual e de extrema importância na contemporaneidade. O Projeto apresenta indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade mesmo na situação de isolamento social em que nos encontramos, mostrando sua capacidade de reinvenção diante de situações críticas. Assim, meu parecer é de total viabilidade do referido projeto de extensão.
Parecer 2	O projeto responde coerentemente às exigências para uma ação de extensão, contemplando todos os itens (mérito) estabelecidos no edital, o que, em síntese, nos leva a apontar sua relevância temática, a perspectiva de uma formação acadêmica (crítica e cidadã) do aluno, articulação ensino-pesquisa-extensão, interdisciplinaridade, viabilidade e a previsão de resultados factíveis que vão enriquecer a proposição extensionista em sua terceira edição neste ano.
Parecer 3	O projeto tal qual apresentado configura-se como extensão e propõe uma interação entre a universidade e sociedade a fim de desencadear novas políticas culturais garantindo o direito de todos à fruição do patrimônio

	<p>cultural. O mesmo também atinge inúmeras instituições e a sociedade apresentando indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto com destaque aos convênios com outras universidades nacionais e internacionais promovendo encontros entre múltiplas comunidades culturais de outras instituições de ensino tais como – UEPB campus Campina Grande e Guarabira, Universidade Estadual do Ceará-UECE, Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Teresina e com trocas de experiências com o CLEPUL-Universidade de Lisboa, Portugal e a Universidade de Poitiers, na França. Desta forma o mesmo articula a ação de extensão com o ensino e a pesquisa bem como várias áreas do conhecimento na consecução da ação, por meio da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Os impactos da extensão na formação do discente e o consequente Impacto Social caracterização de público-alvo e contribuição com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local, regional e nacional além do atendimento à comunidade ou setor com vistas à futura autonomia das ações estão presentes na integração de diversos tipos de ação, como lives, podcasts, sobretudo pelo canal do youtube do projeto e pelo instagram. Os critérios de avaliação do projeto não se encontram claros, porém estão presentes de forma textual ao longo do texto.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023)

Em relação à qualidade dos pareceres, podemos dizer que todos eles apresentam uma boa análise do projeto, destacando aspectos importantes e relevantes para a avaliação da proposta de extensão. No entanto, o Parecer 3 apresenta uma avaliação mais detalhada e abrangente, destacando aspectos como a integração de diversas áreas do conhecimento, a articulação com outras universidades nacionais e internacionais, a caracterização do público-alvo e a contribuição do projeto para políticas públicas. Além disso, o Parecer 3 apresenta uma avaliação crítica em relação aos critérios de avaliação do projeto, apontando que eles não estão claros, mas estão presentes de forma textual ao longo do texto.

Em comparação entre os pareceres, podemos dizer que todos eles apresentam avaliações positivas em relação ao Projeto PJ11, destacando a relevância temática, a consistência da proposta, a interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, o Parecer 3 apresenta uma avaliação mais detalhada e abrangente, destacando aspectos que os outros pareceres não mencionaram, como a integração com outras universidades nacionais e internacionais, a caracterização do público-alvo e a contribuição do projeto para políticas públicas.

Com base nas análises dos pareceres apresentados até o momento, pode-se concluir que os pareceristas em geral têm se atentado às exigências do edital e buscado avaliar a qualidade e viabilidade dos projetos de extensão de forma criteriosa. Alguns pontos recorrentes apontados como pontos fortes dos projetos foram a interdisciplinaridade, a

articulação com políticas públicas e/ou com a sociedade em geral, e a previsão de resultados concretos e factíveis. Já os pontos fracos mencionados incluem a falta de clareza em relação a alguns aspectos do projeto, como os critérios de avaliação, e a ausência de articulação com políticas específicas, como a política de internacionalização.

Em relação às sugestões, pode-se recomendar aos proponentes que estejam atentos aos aspectos mencionados pelos pareceristas e que busquem aprimorar seus projetos com base nas críticas e sugestões apresentadas. Além disso, é importante que os pareceristas forneçam análises mais detalhadas e fundamentadas, a fim de garantir uma avaliação mais precisa e justa dos projetos de extensão.

5 MATERIAL DE ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO

O Edital PROBEX da UFPB apresenta diversos itens que estabelecem requisitos e procedimentos a serem realizados no momento da avaliação dos projetos de extensão.

Os itens ou critérios de avaliação são elaborados a partir das regulamentações internas e para atender o que estabelece as diretrizes da extensão universitária, ao observá-los e segui-los de forma atenta, o avaliador pode garantir a realização de um processo transparente e justo.

Os projetos de extensão submetidos ao Edital do Programa de Bolsas de Extensão da UFPB passam pelas seguintes etapas de avaliação:

I. Verificação de conformidade

As propostas que estão com status “submetidas” na data limite, definida no cronograma, passarão por uma verificação de conformidade, análise realizada pela equipe de servidores da PROEX, segundo os critérios de verificação apresentados no quadro a seguir:

Quadro 30 - Critérios para verificação de conformidade

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">a) Verificar se o docente ou técnico-administrativo é do quadro efetivo, caso não seja se apresentou documento comprobatório;b) Se não for do quadro efetivo, verificar a existência de outros docentes e/ou técnico-administrativos do Quadro de Pessoal Ativo Permanente da UFPB cadastrados no projeto;c) Caso o proponente não apresente as exigências, recomendar desclassificação da proposta, conforme sub subitem 4.1.1.3;d) Verificar se o proponente técnico-administrativo incluiu obrigatoriamente docentes na equipe do projeto;e) Verificar se o proponente submeteu resumo no XXIII ENEX ou justificou a não submissão, mediante lista fornecida pela COPACf) Verificar, quando o projeto tiver como local de execução o Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW, se o Proponente apresentou Carta de Anuência (Modelo Anexo III), emitida pela Gerência de Ensino e Pesquisa – GEP/HULW, autorizando a realização do projeto no referido hospital. |
|---|

Fonte: Elaboração própria a partir das diretrizes da UFPB

II. Avaliação de mérito da proposta

Na sequência de ações estabelecidas pelo cronograma do edital, as propostas que atendem os requisitos da verificação de conformidade são distribuídas pelo sistema SIGAA para Avaliação de Mérito, nessa etapa, a análise é realizada por avaliadores que são os proponentes das propostas, esses são designados para essa função numa distribuição automática realizada pelo sistema SIGAA, ao submeter a proposta existe a aceitação dessa condição. Existem também avaliadores externos à UFPB, membros convocados por meio de edital.

A avaliação dos projetos é realizada por três avaliadores, preferencialmente dois do grupo de proponentes, internos, e um avaliador externo. O proponente avaliador interno deverá acessar o SIGAA, na aba Extensão > Comissão de Avaliadores Membros do Comitê > Avaliar Propostas, na qual aparecerão as propostas a serem avaliadas, mediante aferição de notas e emissão de parecer. Cada proposta será avaliada por três avaliadores, sendo que a nota final é composta pela média aritmética das três avaliações atribuídas.

Item complementar à avaliação e de fundamental importância é a emissão de parecer a ser elaborado pelo avaliador, nesse ponto, existe a necessidade de justificar a pontuação numérica atribuída para cada mérito, dessa forma, a argumentação apresentada pelo avaliador servirá de subsídio ao proponente/elaborador da proposta no entendimento dos pontos fortes e fracos de sua proposta. Cabe destacar que o preenchimento do campo “parecer” é obrigatório, no entanto, o sistema considera apenas a inserção do conteúdo, existe dessa forma a necessidade de comprometimento da parte do avaliador/elaborador do parecer no sentido de inserir informações completas e relevantes em relação à descrição avaliativa do projeto em análise.

Serão considerados aprovados os projetos que atingirem a média a partir de 7,0. Será considerada a nota fracionada em até 3 casas decimais na avaliação de mérito e serão atribuídas as bolsas de extensão, seguindo a rigorosa ordem de classificação, da maior até a menor média final, até atingir o quantitativo de bolsas ofertadas no edital.

Nesta etapa o proponente deverá descrever o desenvolvimento da proposta observando os itens obrigatórios de sua estrutura: Resumo, Palavras-chave, Justificativa, Fundamentação Teórica, Metodologia, Referências, Objetivo Geral e Específicos e Resultados esperados.

Os avaliadores deverão atribuir notas que podem variar numa escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), sendo o zero a indicação de que está em total discordância e 10,0 em total concordância com a clareza na apresentação dos critérios nos elementos que estruturam a

proposta do projeto, com obrigatória emissão de parecer. Sem esse parecer as propostas avaliadas não tramitarão no sistema. Sendo assim, conforme quadro 31, têm-se:

Quadro 31- Critérios para avaliação do mérito da proposta

ITEM	CRITÉRIO	Peso	Nota
1	A proposta apresenta intervenções que envolvam preferencialmente as comunidades externas à UFPB e que estejam vinculadas à formação do estudante.	1,0	0,0 a 10,0
2	Apresenta interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões presentes no contexto social, voltados para o desenvolvimento local, regional, nacional e/ou internacional;	1,0	0,0 a 10,0
3	O projeto articula a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular (Projeto Pedagógico do Curso - PPC);	1,0	0,0 a 10,0
4	O projeto estimula a produção de mudanças na própria instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;	1,0	0,0 a 10,0
5	O projeto articula ensino/extensão/pesquisa, ancorado em processo pedagógico, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;	1,0	0,0 a 10,0
6	Apresenta alinhamento entre os objetivos, a metodologia, as atividades propostas e os resultados esperados;	1,0	0,0 a 10,0
7	O projeto possui alinhamento com as políticas institucionais de internacionalização, de educação ambiental e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (conforme Anexo I, itens III e V);	0,5	0,0 a 10,0
8	Apresenta indicadores claros de viabilidade e sustentabilidade do projeto: - Recursos humanos;	2,0	0,0 a 10,0

	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos materiais; - Local para realização; - Logística de transporte; -Parcerias internas (laboratórios, órgãos suplementares, núcleos, etc.); - Parcerias externas (órgãos públicos e privados, segmentos sociais organizados, etc.); - Convênios, termos de cooperação e congêneres; - Mecanismos de divulgação do projeto 		
9	Apresenta mecanismos e formas de monitoramento e avaliação da ação, como também a avaliação do discente com vistas à creditação da extensão;	1,0	0,0 a 10,0
10	Apresenta nos resultados esperados os produtos provenientes da ação de extensão proposta (livros, anais, artigos, textos, revistas, manual, cartilhas, jornal, relatório, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, dentre outros).	0,5	0,0 a 10,0

Fonte: Elaboração própria a partir das diretrizes da UFPB

O **item um** diz respeito à interação dialógica da universidade com as comunidades, vale salientar que é expresso literalmente que essa relação estabeleça vínculo, preferencialmente, com as comunidades externas, no entanto, não deve desconsiderar o envolvimento da comunidade interna, pois essas também direcionam ações que atuam e contribuem com a formação acadêmica dos estudantes envolvidos, conseqüentemente favorece transformações sociais às comunidades externas a partir do reflexo proporcionado à formação inicial desses discentes no momento de sua atuação profissional.

O **item dois** destaca o potencial transformador da interação dialógica da universidade com a sociedade, enfatiza a troca de conhecimentos que possibilita mudanças no contexto interno da instituição ocasionado pela relação mútua de trocas de experiências e saberes, nesse contexto a universidade e as comunidades atingidas pelas ações constroem e ampliam novos conhecimentos.

O **item três** estabelece que deve ser verificado se a ação apresenta na sua construção a possibilidade de vivência prática marcada pela aplicação de conhecimentos presentes na matriz curricular do curso, expressa em seu Projeto Pedagógico, deve constatar na ação se

apresenta a possibilidade vivência prática de aplicação dos conhecimentos de forma interprofissional e interdisciplinar.

O item quatro estabelece a verificação das potencialidades de produção de transformações e mudanças que devem ser geradas por meio do projeto na própria instituição de ensino superior e nos diversos setores e comunidades da sociedade nos quais o projeto se propõe a atuar, a realização dos projetos deve proporcionar a construção de novos saberes, tanto na universidade quanto nas comunidades, esses conhecimentos devem permitir reflexos ao atender demandas sociais e enriquecer as práticas acadêmicas, que se constituem o conjunto de ações desenvolvidas pela universidade.

O item cinco diz respeito à articulação adequada de aplicação do tripé indissociável de atuação a ser desenvolvido pela universidade, a realização de ações e projetos que estabeleçam articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação deve ser alicerçada por meio de atividades interdisciplinares no desenvolvimento da prática pedagógica, envolver conjuntamente temas e conhecimento de extrema relevância para a formação inicial do discente, pois o contato propiciado por meio dessa interação dialógica da universidade com as comunidades possibilita enriquecedora da troca de experiências, saberes e conhecimentos, essa atuação prática das vivências oportuniza o contato de todos os envolvidos nas ações de extensão com os temas e com as questões que envolvem os contextos da vida social dos indivíduos, como expresso no item a serem avaliados os contextos políticos educacionais, culturais, científicos e tecnológicos.

O item seis deve ser verificado a partir do adequado alinhamento dos conteúdos que compõem as partes do projeto de extensão, os objetivos a serem atingidos devem ter os caminhos explicitados de forma clara na metodologia, da mesma forma, a descrição das atividades a serem realizadas deve estar de acordo com o que se espera alcançar como resultado da ação.

O item sete visa verificar o atendimento a três pontos: o atendimento à demanda do processo de internacionalização das ações para o cumprimento do preceito de difusão e compartilhamento dos diversos conhecimentos envolvidos nas mais diversas áreas de formação, segundo a proposição desse preceito os processos de ensino, pesquisa e extensão envolvidos no conjunto de ações pedagógicas da prática extensionista deve realizado por meio de parcerias internacionais, realização de acordos que permitam a cooperação por meio de convênios que permitam a realização de ações conjuntas que objetivem a redução de problemas sociais como as desigualdades existentes em diversas camadas da sociedade,

buscando no avanço do progresso técnico, cultural, científico e de inovação tecnológica como meios para superar essas dificuldades.

O item oito está relacionado a toda estrutura de apoio e suporte para a realização do projeto, a ação deve demonstrar que existe o envolvimento de pessoas, órgãos, entidades, ou seja, uma rede articulada de parcerias que possibilite a viabilidade de realização do projeto.

O item nove estabelece que deve ser verificado se o proponente descreveu adequadamente a maneira de acompanhamento da realização das etapas do projeto, para o atendimento adequado deste item, existe a necessidade de detalhamento dos mecanismos de avaliação a ser feita de forma contínua no decorrer do desenvolvimento das atividades.

O item dez exige do avaliador a verificação da apresentação de produtos provenientes dos resultados obtidos pela realização do projeto de extensão, para a efetivação das premissas da prática da extensão universitária no que se refere ao retorno às comunidades assistidas pelos projetos podemos destacar a necessidade produções que apresentem o retorno aos diversos setores envolvidos, essas produções devem promover o fortalecimento das diversas vocações da prática extensionista e garantir a interação dos envolvidos na realização do projeto.

Quanto aos projetos da área de Letras é importante destacar a possibilidade de atuação de projetos com atuação no plano de políticas linguísticas, tendo em vista a grande importância da competência comunicativa e conhecimentos de aspectos interculturais como forma de fortalecimentos das estratégias do processo de internacionalização.

Vale observar que para o atendimento aos pontos relacionados às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, a proposta deve atender ao que foi proposto na Agenda 2030, na qual são traçados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável por meio de 17 linhas de atuação, sendo que a proposta deve atuar em pelo menos três, apresentamos a seguir de forma resumida cada uma delas.

- I. Ações que atuem para a **Erradicação da Pobreza** – realização de projetos que desenvolvam ações de enfrentamento à pobreza nos mais diversos sentidos que esse problema social impacta a sociedade;
- II. **Fome Zero e Agricultura Sustentável** - Projetos que desenvolvam ações de atuação que contribuam com a produção de alimentos e que eles possam atuar junto a pequenos agricultores, a realização desses projetos deve permitir atuação estratégica

no intuito de incentivar o aumento da produtividade e a inserção de determinados grupos da sociedade como mulheres e povos indígenas;

- III. **Saúde e Bem-Estar** – ações que atendam aos princípios de promoção à saúde e bem-estar, devem promover estratégias que venham atuar para a redução da mortalidade neonatal, ações que desenvolvam estratégias de redução da obesidade e a erradicação de doenças como tuberculose e a malária, combate e redução de doenças decorrentes do HIV, além de atuação junto à sociedade por meio de projetos que busquem conscientizar as diversas camadas da sociedade em relação aos esclarecimentos quanto ao uso de drogas, sejam as drogas lícitas ou ilícitas, nesse ponto ações que envolvam abordagens relacionadas à saúde mental e bem estar físico e psicológico também serão incentivadas;
- IV. **Educação de Qualidade** – essa linha de atuação diz respeito a orientação de realização de projetos que promovam atuação com o desenvolvimento de ações estratégicas que permitam atividades nos diversos níveis da educação, ações que possam contribuir com aspectos dos processos de ensino e aprendizagem da educação infantil à níveis educacionais direcionados ao público em sua vida adulta, essa atuação extensionista deve deenvolvida com vistas a promover direitos de acesso à educação ampla e incondicional para todos.
- V. **Igualdade de Gênero** – realização de ações que promovam e incentivem formas de atuação que favoreçam a erradicação das mais diversas formas ainda presentes na sociedade em relação à violência de gênero, a atuação dessas ações visa garantir meios de conscientização, fortalecimento e empoderamento desse grupo da sociedade.
- VI. **Água Potável e Saneamento** – atuar no desenvolvimento e execução de projetos que apresentem possibilidades de ações que promovam a garantia de uso dos recursos naturais, mais especificamente relacionados aos recursos hídricos, fomento de atividades que garantam o gerenciamento consciente e responsável no consumo e utilização da água, incentivo ainda de busca do equilíbrio ambiental dos espaços naturais de rios e florestas, para garantir esse equilíbrio se faz necessário que tais ações a conscientização de modelos de tratamento e reuso da água proveniente dos

lares, das indústrias e dos diversos espaços que consomem esse líquido essencial à vida.

- VII. **Energia Acessível e Limpa** – para o atendimento da linha de atuação relacionada à promoção de produção e utilização de fontes renováveis de energia, essenciais para o desenvolvimento sustentável do planeta, os projetos devem atuar com vistas a realização de atividades que promovam a geração e uso de energia limpa e de acesso ampla às camadas vulneráveis da sociedade.

- VIII. **Trabalho Decente e Crescimento Econômico** – garantir à sociedade apoio para a implementação de ações que promovam a atuação empreendedora dos mais variados ramos do mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento da economia criativa, atuação pautada em aspectos inovadores que permitam o incentivo à institucionalização e fomento das micro, pequenas, e médias empresas;

- IX. **Indústria, Inovação e Infraestrutura** – atuar junto ao capital de produção de bens de forma inclusiva e sustentável e a premissa para o atendimento a essa linha de atuação prevista na agenda 2030. A realização de projetos que garantam o desenvolvimento e estímulo do acesso às inovações tecnológicas, a garantia de meios de produção conscientes com questões que promovam espaços de produção inclusivos, com preocupação para a sustentabilidade;

- X. **Redução das Desigualdades** – o desenvolvimentos de projetos de cunho pedagógicos e educacionais naturalmente já tendem a atuar para a promoção de redução de desigualdades, tendo em vista que a educação se constitui uma das mais eficientes formas de combate às desigualdades, dessa forma, os projetos devem atuar na promoção do combate às desigualdades atuando na busca de uma distribuição de renda mais justa e igualitária, levando em conta a existência de vários povos, dos mais variados origens e regiões;

- XI. **Cidades e Comunidades Sustentáveis** – a promoção da conscientização quanto à ocupação dos espaços urbanos é a premissa do atendimento a essa linha, os projetos devem atender esse requisito ao contribuírem com o desenvolvimento de atividades que fortaleçam as políticas públicas de gestão e planejamento dos espaços urbanos

para o atendimento das demandas da sociedade, um uso dos espaços públicos consciente e responsável, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável;

- XII. **Consumo e Produção Responsáveis** – garantir a realização de projetos que tenham como objetivo a promoção de ações que possibilitem a diminuição de produção de resíduos, materiais causadores de impactos ambientais que afetam a sustentabilidade da vida do planeta, as ações devem atuar de forma a contribuir para a prevenção da produção e uso indiscriminado desses materiais, incentivar a prática de reciclagem para o aproveitamento desses resíduos;
- XIII. **Ação Contra a Mudança Global do Clima** – desenvolver ações que possibilitem a atuação no sentido de agir no enfrentamento dos fatores causadores das mudanças climáticas, essa linha quem por objetivo atender à premissa básica da universidade como transformadora da sociedade por meio do aprimoramento e criação de condições e tecnologias que atuem na manutenção e evitem o desgaste do planeta;
- XIV. **Vida na Água** – o desenvolvimento de ações que promovam a conscientização das formas de atitudes causadoras da poluição dos oceanos, as várias maneiras de exploração predatórias da vida marítima que muitas vezes é praticada de forma inadequada, tendo como justificativa a exploração de alimentos para a manutenção da alimentação dos povos, no entanto, quando praticado de forma inadequada em espaços incorretos ou períodos inapropriados podem causar desequilíbrio irreversível ao ecossistema marinho;
- XV. **Vida Terrestre** – a atuação de projetos que permitam o desenvolvimento de práticas que garantam ações dos diversos setores da sociedade no sentido de promoção de mobilizações para a proteção de espaços naturais e manutenção da biodiversidade, combate às ações de degradação do meio ambiente e recuperação das áreas degradadas;
- XVI. **Paz, Justiça e Instituições Eficazes** – ações que promovam o fortalecimento de de instituições que atuam na sociedade e procuram garantir os direitos dos cidadãos no que se refere o combate às práticas discriminatórias e de privação das liberdades e bem estar social.

- XVII. **Parcerias e Meios de Implementação** – projetos com atuação no sentido de contribuir com fortalecimento e articulação de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

A seguir apresentaremos a íntegra de uma proposta de projeto de extensão na área de Linguística, Letras e Artes, ação submetida ao edital PROBEX 03/2021. Na sequência propomos um modelo de avaliação que segue as orientações do que estabelece o edital.

Quadro 32- Modelo de avaliação

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO	
Título:	Oficinas de saberes: construindo práticas sociais letradas na escola e na comunidade
Categoria:	PROJETO
Ano:	2021
Período:	03/05/2021 a 30/04/2022
Unidade Proponente:	CCHLA - DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUÍSTICA / UFPB
Área do CNPq:	Linguística, Letras e Artes
Área Principal:	Educação
Nº Bolsas Solicitadas:	1
Nº Bolsas Concedidas:	1
Público Alvo Interno:	Alunos do curso de Letras - Português, prioritariamente
Público Alvo Externo:	Professores e estudantes de Escola Pública de Ensino Fundamental e Médio
Linhas de Extensão para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:	Educação de Qualidade; Erradicação da Pobreza; Redução das Desigualdades
Detalhes da ação	
Resumo:	A proposta inicial surgiu da necessidade de atender estudantes com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, ainda em 2015. O projeto está em seu sexto ano de atuação junto à Comunidade do Timbó, em uma unidade escolar pública. Em 2019

iniciamos parceria com a Escola Cidadã Integral Técnica Francisca Ascensão Cunha, localizada no bairro Bancários. Devido à pandemia e a experiência do ano singular de 2020, a escola solicitou algumas ações específicas para 2021, por conta da continuidade e agravamento da pandemia, uma delas é o acompanhamento dos alunos que não têm condições de assistir as aulas remotas, por meio da Busca Ativa; outra, é a participação na disciplina eletiva “Clube do Livro”. Os objetivos do projeto priorizam a reflexão e a organização coletiva das práticas pedagógicas, por meio de ações formativas para os diferentes públicos atendidos pelo projeto: (1) oferecer atividades semanais para o “Clube de Livro”, na modalidade remota - cujo objetivo é a construção de saberes produzidos no espaço educativo e fora dele, principalmente os saberes relacionados às práticas sociais de leitura e de escrita - para atender as necessidades e sanar dificuldades dos alunos participantes do clube; (2) acompanhar os alunos que não têm acesso remoto às aulas, por meio da Busca Ativa, utilizando-se das redes sociais, como WhatsApp e Grupo no Facebook, telefonemas, para orientações, plantões de dúvida e atividades assíncronas (e, se possível de modo híbrido, caso a situação pandêmica permita); (3) desenvolver atividades voltadas às rodas de leitura literária; (4) oferecer rodas de conversa/minicurso, na modalidade remota, aos professores que atuam na escola, das diferentes áreas do conhecimento, visando construir conhecimentos específicos e subsídios para a elaboração de propostas pedagógicas, a partir de estudos teórico-práticos, que atendam aos interesses da comunidade escolar, principalmente, aqueles voltados para as dificuldades diagnosticadas entre seus estudantes; (5) oferecer formação semanal aos bolsistas e voluntários, a fim de prepará-los para a atuação no projeto. Para esta edição do projeto, mantemos as parcerias com os projetos “A leitura literária na escola: formando leitores através dos círculos de leitura”, da professora colaboradora Alyere Farias; “Escrevivências: formação de professores para uma mediação decolonial de leitura literária – 3ª edição”, da professora colaboradora Rinah Souto – com ações voltadas para o ensino da leitura literária, ambas professoras são do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Manteremos ainda a parceria com o professor Vinícius Martins Varella, do Departamento de Metodologia – do CE; a professora Sharline Florentino Santos de Engenharia de Química e de Engenharia de Materiais, Maria Roseane de Pontes Fernandes, ambas do Centro de Tecnologia, com ações voltadas ao campo das ciências, mais especificamente com educação ambiental, uma vez que muitos alunos atuam como catadores; e com o do Núcleo de Educação Transformadora da Paraíba (NET-PB), para a realização de trabalhos como a

Conferência Nacional para Alternativas para uma Nova Educação - CONANE. Nossas ações priorizam a construção de conhecimentos que levem ao pensar-julgar-agir, visando, especialmente, aprimoramento de toda a comunidade local. Salienta-se que os estudantes a serem atendidos são, em sua maioria, oriundos da Comunidade do Timbó, caracterizando-se, assim, um público sujeito a diferentes vulnerabilidades e exclusões sociais. Alguns deles necessitam trabalhar para contribuir com o sustento da família. Trata-se de trabalhos insalubres e em horários noturnos, interferindo na participação efetiva das atividades escolares. Além disso, os conflitos familiares e na comunidade, muitas vezes violentos, também contribuem para essa situação de vulnerabilidade. Suas famílias, com pouco grau de letramento, sentem dificuldade de compreender o papel da escola na formação cidadã. A intenção de se trabalhar com esse público justifica-se pela necessidade de oportunizar maior integração entre eles, construindo um tripé direcionado para a atuação permanente deles, mesmo com o término do projeto. Com esses objetivos, contemplaremos outro em relação aos alunos da graduação que participam do projeto, no sentido de lhes oferecer formação semanal para atuação nas oficinas e acompanhamentos remotos, contribuindo com sua formação complementar e atuação no futuro campo de trabalho, a escola. Além disso, aos graduandos e professores de Língua Portuguesa da escola é oferecida a formação junto ações à linha 2 “Ensino de Língua e Literatura e Leitura” do Grupo de Pesquisa “Estágio, Ensino e Formação Docente” – GEEF/UFPB. Grupo do qual participam a Coordenadora deste projeto, bem como a professora Adjunta do DLPL(CCHLA) e as professoras colaboradoras do DLCV(CCHLA). O projeto conta também com a parceria de professores de dois outros Centros da Universidade, o Centro de Educação (CE) - Departamento de Metodologia da Educação e o Centro de Tecnologia (CT) - Departamento de Engenharia de Química e de Engenharia de Materiais. Para 2021, também firmamos parceria com o Mestrado Profissional em Linguística e Ensino (PGLE UFPB), cujos alunos, com base nos projetos de pesquisa que desenvolvem no programa, contribuirão em algumas das oficinas remotas de leitura, mais especificamente junto às rodas de leitura e do “Clube do Livro”. As ações conjuntas – na integração das áreas de ciências e de língua portuguesa e literatura – visam o aperfeiçoamento das práticas letradas exigidas para o público-alvo do projeto, seja da Escola ou da Universidade, para agir com mais propriedade na sociedade.

Justificativa:

O projeto "Oficinas de saberes: construindo práticas sociais letradas na escola e na

comunidade" está em seu 5º ano de edição, atendendo a uma comunidade escolar pública de – João Pessoa, com ações voltadas para alunos com dificuldades em leitura e escrita, bem como para a formação do corpo docente da mesma escola. As demandas para essas ações foram levantadas em reunião com os professores, coordenador pedagógico e diretora da Escola Cidadã Integral Técnica Francisca Ascensão Cunha, conhecida como FAC. Ao propor este PROBEX entendemos que se faz necessário não só o atendimento aos estudantes, mas também aos professores da escola. Levantou-se a necessidade de implantação de práticas pedagógicas que permitam reflexões para a contínua construção de saberes relacionados às práticas sociais de leitura e de escrita, principalmente, aquelas que podem favorecer os estudantes com dificuldades – nosso público-alvo principal –, para que avancem em seus estudos de maneira proficiente. São ações com públicos diferentes, mas articulados para o sucesso de cada uma das ações previstas. Devido à pandemia, há necessidade de dar continuidade às atividades remotas e acompanhamento síncrono e assíncrono de estudantes da escola. Salienta-se que a escola atende, em sua maioria, estudantes oriundos da Comunidade do Timbó, caracterizando-se, assim, um público sujeito a diferentes vulnerabilidades. São comunidades constituídas por características marcantes, excluída de práticas sociais letradas, uma vez que a maioria dos adultos dessas comunidades não frequentou por muitos anos os bancos escolares, sendo muitos deles analfabetos e, por conseguinte, vivenciando constantes situações de exclusão. O que permite concluir que os pais e/ou responsáveis pelos estudantes podem apresentar dificuldades de compreender o papel fundamental da escola na vida de sua família e da comunidade como um todo, aumentando as necessidades da escola em suprir essa carência. Sabe-se que o conhecimento e as aprendizagens se dão nas interações entre os sujeitos e nas interações entre os sujeitos a sociedade, por meio de práticas sociais, cabem à Escola e à Universidade contribuir para essa missão. O projeto justifica-se não só pela premente necessidade da formação contínua dos profissionais que estão na sala de aula, mas, sobretudo, para se atender a demanda levantada por eles mesmos, no que se refere ao trabalho diferenciado com alunos em dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita e daqueles sem acesso síncrono às atividades oferecidas pela escola. As atividades das rodas de leituras favorecerão o compartilhamento de diferentes leituras e o fomento da autonomia leitora a partir dos círculos de leitura literária. O projeto justifica-se, ainda, por contribuir com a formação inicial dos estudantes graduandos (Bolsistas/Voluntários) que comporão a equipe executora das ações, futuros profissionais da educação, inserindo-os em seus futuros

ambientes de trabalho, a escola, de modo a permitir uma capacitação que aprimore seus estudos na academia por meio de uma vinculação efetiva com a prática pedagógica. Além dos encontros formativos específicos do projeto, bolsista(s) e voluntário(a)s participarão das reuniões quinzenais do grupo de pesquisa “Estágio, Ensino e Formação Docente” (GEEF), para complementação de estudos pertinentes para o desenvolvimento do projeto, o que também será oferecido aos professores de Língua Portuguesa da escola. Necessidade premente para todo bom profissional, uma vez que permite o contato imediato com os desafios da sala de aula e da escola, de modo geral. O que evidencia a articulação deste projeto com o Projeto Político Pedagógico do curso de Letras da UFPB (PPC-Letras, 2006), especialmente no que se refere ao perfil profissional do egresso do curso de Letras, ao “repensar a prática docente, utilizando, de forma crítica, seus instrumentos de trabalho [...], evitando a reprodução mecanicista de conteúdos e alterando significativamente a forma de enfoque das matérias ministradas” (p. 9), permitindo ao futuro profissional a “capacidade de articular-se no eixo pesquisa, ensino e extensão (p. 10). Além disso, o presente projeto de extensão vai ao encontro do que se recomenda no PPC-Letras (2006, pp.10-11): A sociedade brasileira atual exige do graduado em Letras uma atuação social e profissional comprometida com a construção da consciência de cidadania. A multiplicidade de papéis que o graduando em Letras exerce ou pode vir a exercer solicita, além do compromisso ético, fundamentado em princípios humanísticos, um compromisso com a construção e reconstrução do conhecimento, capaz de fomentar a própria reflexão acerca dessa sociedade. Este projeto articula-se, ainda, com o PPC do curso de Letras ao “promover a extensão como forma de articular o ensino e a pesquisa com a realidade social da qual ele [o graduando] faz parte” (p. 9), uma vez que a vivência da prática pedagógica na escola e os estudos realizados nos encontros formativos do projeto – incluindo a participação no grupo de pesquisa da qual a coordenadora lidera uma linha de pesquisa – permitem que essa qualificação aconteça efetivamente. Essa qualificação não se restringe ao graduando, mas igualmente aos alunos pós-graduandos do Mestrado Profissional e professores da Universidade, participantes do projeto, que põem em prática o que é discutido e concebido no âmbito acadêmico. A parceria com os Centros de Educação (CE) e o de Tecnologias (CT), por meio dos professores colaboradores, intensificam a construção da interdisciplinaridade, tanto no aspecto micro quanto macro de sua concepção, uma vez que essa construção se dá diretamente nas atividades desenvolvidas com os estudantes em dificuldades e é objeto de estudo e reflexão junto aos professores da escola das diferentes

áreas do conhecimento. Foram levantadas ações necessárias que permitirão tanto aos graduandos em Letras e pós-graduandos em Linguística e Ensino, quanto aos professores da escola que participarão do projeto, reflexões para a contínua construção de saberes relacionados ao ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita, principalmente, e aos saberes que podem favorecer os estudantes que se apresentarem com dificuldades que não permitem avanços em seus estudos de maneira proficiente. A implementação deste projeto visa o trabalho pedagógico interdisciplinar, propiciando efetivar uma educação transformadora e libertadora, que propicie a autonomia tão necessária aos educandos, a fim de potencializar suas ações não só na escola como também na comunidade. Desse modo, trata-se de um projeto com ideais humanísticos, para desenvolver uma educação que conduza ao empoderamento dos sujeitos nele envolvidos, compreendendo tanto diferentes públicos e suas reais demandas como por seu caráter social, cultural, interdisciplinar, científico, educativo e transformador.

Fundamentação Teórica:

Vivemos em uma sociedade letrada, em que se privilegia a língua padrão em detrimento de outras variedades. As atividades exigidas para os cidadãos estão sempre ligadas ao domínio de práticas de leitura e de escrita. Sujeitos que não vivenciam essas práticas ou vivenciam de modo reduzido, sofrem diferentes tipos de discriminação. Desse modo, possibilitar estudantes em dificuldades e a seus pais e/ou responsáveis compreender o que significam essas práticas contribui para que sejam efetivamente sujeitos ativos na sociedade. De acordo com Vygotsky (1989; 1998), não aprendemos sozinhos, precisamos de mediação, que se dá na interação, isto é, no espaço de inter-relações, entre os sujeitos e entre os sujeitos e a sociedade. O espaço escolar pode contribuir para o crescimento de aprendizagens seja dos estudantes seja dos pais e/ou responsáveis envolvidos nesse processo, ou mesmo dos professores aprimorando esses sujeitos em suas práticas sociais de letramento. O letramento, visto como práticas sociais de leitura e de escrita (KLEIMAN, 1995), não é apenas responsabilidade do professor de português, pelo contrário, as demandas da sociedade exigem que essas práticas sejam desenvolvidas nas diferentes áreas do conhecimento, fazendo com que os professores de diferentes disciplinas coparticipem desse compromisso. As práticas sociais de letramento envolvem não só as de leitura e de escrita, mas também as de escuta de oralidade. Desse modo, construir práticas letradas pode garantir aos sujeitos melhor atuação na sociedade, porque é consequência do letramento a qualidade da participação em práticas sociais, culturais ou mesmo políticas. Trata-se, nessa

direção, de um processo coletivo e dialógico. Nesse contexto, a escola carece de projetos que atentem para o caráter interdisciplinar das aprendizagens, promovendo em suas atividades práticas significativas de leitura e de escrita em contextos reais de aprendizagem, considerando que os usos sociais da leitura e da escrita acontecem em diferentes esferas de atividade humana, o que caracteriza a importância de se trabalhar essas práticas nas diferentes áreas do conhecimento, fazendo-se, premente, que o projeto inclua no processo de formação os professores das diferentes áreas do conhecimento, uma vez que todos eles também trabalham com a leitura e a escrita. Além disso, é bom salientar que as aprendizagens também se dão em diferentes linguagens, como a dança, a música, o cinema, a pintura, etc., o que corrobora a importância de se contemplar o letramento em seu sentido amplo e em situações que façam sentido aos sujeitos envolvidos nesse processo. Da mesma forma que a aprendizagem se dá com diferentes linguagens, devemos entender que os estudantes também aprendem de modo e tempo diferentes. Muitas vezes a dinâmica da sala de aula não permite um atendimento mais prioritário, cabendo este a uma ação paralela, que permita o avanço dos estudantes que apresentam dificuldades de acompanhar suas turmas. Nesse contexto, se faz necessário e urgente uma escola que atenda a todas essas demandas, principalmente, para que a escola e as aprendizagens façam sentido para seus estudantes. É o que buscamos na implementação da escola de educação integrada e integradora, visando transformações: o ponto de partida da prática pedagógica é o ser humano em toda sua complexidade histórico-cultural, sua história de vida, seus saberes, suas necessidades, seus conflitos, seus desejos. Uma educação que promova a emancipação, a desalienação, e tenha como prática a liberdade, a igualdade e a autonomia que possibilite ao ser humano a humanização (COELHO, 2015, p.22). Abandonar a educação bancária é primordial para se alcançar aprendizagens significativas e construir uma escola que transforma, uma educação que liberta e emancipa por meio da autonomia e dos diálogos tão necessários para seus estudantes. Daí a necessidade de buscarmos esses elementos no suporte da pedagogia freireana (FREIRE, 1996, 2005) e buscarmos igualmente o que significam ou poderiam significar a leitura e a escrita para os estudantes da Escola Cidadã Integral Técnica Francisca Ascensão Cunha. Freire (1996), quando vincula o sucesso da prática dialógica com a exposição à teoria, entendemos que as ações do projeto serão vitais para mudanças de comportamentos e atitudes, mas sempre considerando que, com os diferentes sujeitos envolvidos no projeto, a troca de saberes será constante, inclusive pelo próprio caráter interdisciplinar tanto entre língua e literatura, quanto no campo das ciências.

Metodologia:

Metodologia e ações A metodologia adotada pelo projeto é de caráter qualitativo, com foco na formação dos estudantes da graduação e da pós-graduação, mas também no próprio público da escola – alunos e professores – visando a formação em práticas letradas, seja na escola ou na comunidade, com o objetivo de contribuir com ações efetivamente transformadoras. A metodologia proposta envolve a pesquisa-ação, uma vez que atuamos no processo formativo dos alunos da Universidade, com estudos teórico-metodológicos, que auxiliem na elaboração das oficinas remotas, acompanhamentos e roda de conversa/minicurso, bem como avaliação/reflexão dessas ações e da própria vivência na escola também como espaço formativo. A metodologia permite, assim, a formação teórico-prática do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita e a vivência no campo profissional, configurando um processo reflexivo, a partir das ações estabelecidas e dos estudos dirigidos. Encontros semanais virtuais de formação para a equipe executora do projeto. Período: maio/2021 a abril/2022 O projeto contará com encontros formativos virtuais (via plataforma Google Meet) para a equipe executora do projeto, com periodicidade semanal. Serão realizadas atividades de levantamento bibliográfico, estudos, leitura de textos específicos, pesquisas, elaboração de materiais didáticos que serão aplicados nas atividades junto aos alunos, elaboração de artigos para publicações, preparação para participação em eventos. É importante ressaltar o caráter dialógico da metodologia, no sentido de que todas as ações do projeto dialogarão de diferentes maneiras, a fim de se atingir maior coparticipação possível dos sujeitos envolvidos no projeto, visando resultados mais humanos, criativos, críticos e, evidente, para se alcançar as mudanças necessárias. Encontros quinzenais virtuais com o Grupo de Pesquisa “Estágio, Ensino e Formação Docente” (GEEF-UFPB. Período: maio/2021 a abril/2022 Além dos encontros formativos específicos do projeto, bolsista(s) e voluntário(a)s participarão das reuniões quinzenais (virtuais) do grupo de pesquisa “Estágio, Ensino e Formação Docente” (GEEF-UFPB), para complementação de estudos pertinentes para o desenvolvimento do projeto. O GEEF discute e desenvolve pesquisas relacionadas ao Ensino de língua e de literatura, bem com sobre estágio e formação inicial de continuada de professores. Diagnóstico inicial e levantamento de necessidades da escola de dos estudantes Período: maio/2021 a junho/2021 e fevereiro/2022 a abril/2022 Em conjunto com os professores, serão feitos diagnósticos para avaliar a real necessidade de cada estudante, no que se refere ao trabalho com a leitura e a escrita. Cabe ressaltar a importância da realização dos

diagnósticos, na medida em que nortearão os procedimentos e conteúdo a serem trabalhados junto aos alunos, além de possibilitar aos sujeitos participantes do projeto, reflexões sobre o cotidiano da escola e da sala de aula e da necessidade formativa dos graduandos da Licenciatura. Busca Ativa: acompanhamento dos estudantes que apresentam dificuldades; elaboração de atividades pertinentes às necessidades apresentadas pela escola. Período: junho/2020 a dezembro/2020 e fevereiro/2021 a abril/2021 A Busca Ativa compreende o acompanhamento permanente dos estudantes (cerca de 25 alunos) que não frequentam as aulas remotas e que apresentam dificuldade nas atividades da escola que são oferecidas de modo impresso e os alunos retiram na escola. Esse acompanhamento contará com atividades assíncronas semanais, como elaboração de vídeos e materiais específicos, conforme as necessidades dos estudantes; contatos via telefonemas, WhatsApp, Instagram, Facebook, para saber como estão, quais as reais necessidades, tirar dúvidas e avaliar os encaminhamentos necessários para o bom desempenho e aprendizagem do aluno.

Participação na Disciplina Eletiva – Clube do Livro Período: junho/2020 a novembro/2020 e fevereiro/2021 a abril/2021 Parceria na elaboração de atividades para 15 alunos que acompanham as aulas remotas e participam do Clube do Livro. São alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita, nas diferentes áreas do conhecimento. Esse acompanhamento será semanal, no horário estabelecido pela escola, sempre de modo virtual, a princípio às terças-feiras à tarde. Esse acompanhamento contará com atividades síncronas a partir dos materiais elaborados nos encontros formativos da equipe executora e de acordo com os diagnósticos das necessidades dos estudantes. Rodas de Leitura Literária Período: julho/2021 a abril/2022 bimestralmente, a princípio, realizaremos Rodas de Leitura Literária, como parte das atividades de incentivo à leitura de leitura literária com os alunos, a fim de propiciar o fortalecimento da vivência com a literatura e ampliação de repertório. A roda de leitura será oferecida a todos os alunos da escola, de modo virtual. Serão gravadas e disponibilizadas aos estudantes que não frequentam as aulas remotas.

Rodas de diálogos com parceiros da escola Período: maio/2021 a abril/2022 as rodas de diálogos serão oferecidas aos professores bimestralmente. O objetivo principal das rodas de diálogos é avaliar o desenvolvimento do projeto e levantar necessidades e encaminhamentos, problematizando questões pertinentes ao avanço dos estudantes. Para tanto, será adotada uma metodologia dialógica, para que, a partir de reflexões e estudos pontuais, os professores possam refletir criticamente sobre suas práticas pedagógicas, coletiva e individualmente e, a partir dessa reflexão, organizar e elaborar seu trabalho

pedagógico com os estudantes. Essa metodologia também permitirá o levantamento do conhecimento prévio dos professores, uma vez que são sujeitos ativos e, com certeza, possuem muitas experiências de sucesso em suas práticas pedagógicas. A incorporação dessa metodologia, pelos professores, será fundamental e estratégica para a continuidade do processo, mesmo quando o projeto for finalizado. Mídia e Registros - Elaboração de portfólio e publicação no Instagram Período: maio/2021 a abril/2022 A título de registro e divulgação das ações do projeto, serão elaborados conteúdos para publicação no Instagram do projeto. No decorrer do desenvolvimento do projeto será confeccionado um portfólio (em dois exemplares), para que fique registrado, em caráter permanente, o desenvolvimento de cada uma das ações realizadas e os resultados alcançados, seja por meio fotográfico seja escrito. Um portfólio ficará na escola, para consultas posteriores ao encerramento do projeto e o outro, com a equipe de execução, especificamente com a coordenadora do projeto. É importante destacar a necessidade do registro das ações, uma vez que a escola é dinâmica e os sujeitos não permanecem nesse local para sempre. O portfólio comporá a memória da escola e servirá de subsídio para outras ações futuras. Avaliação Período: julho/2021 a abril/2022 as avaliações serão executadas por meio dos seguintes instrumentos: (1) reuniões dialogadas entre a equipe executora do projeto, (2) rodas de diálogos com os colaboradores da escola (professores, coordenador pedagógico e gestora), (3) preenchimento de questionários pelos estudantes e professores da escola. Serão temas das avaliações: a equipe executora, as ações e os resultados, considerando as expectativas dos sujeitos envolvidos e o grau de satisfação alcançado. Com esses instrumentos, fica contemplada avaliação da equipe pela equipe, da equipe em relação ao público-alvo e do público-alvo em relação à equipe executora do projeto.

Referências:

COELHO, L. R. S. Essa vida chamada escola: o olhar para dentro e para fora nos caminhos de uma outra educação possível. Tese de Doutorado. UFPB/CE: João Pessoa, 2015. CRUZ P.; MONTEIRO, L. (Org.). Anuário Brasileiro da Educação Básica. São Paulo: Editora Moderna, 2015. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. _____. Pedagogia do Oprimido. 43 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. KLEIMAN, A. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 6.ed. Campinas, Mercado de Letras, 1995. _____. A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada. Campinas: Mercado

de Letras, 2001. p.13-35. VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1998. _____. Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1989. SZYMANSKI, H.. A contribuição de Paulo Freire para o desenvolvimento de práticas psicoeducativas no encontro escola, comunidade, família. Revista e-Curriculum (PUCSP), v. 7, p. 01-17, 2011.

Objetivo Geral e objetivos específicos

Objetivo Geral: Atender a demanda levantada em reuniões pelos parceiros da escola Escola Cidadã Integral Técnica Francisca Ascensão Cunha, em Bancários, por meio de ações que contribuam com o avanço dos estudantes da escola, visando sanar suas dificuldades de leitura e de escrita; bem como auxiliar no processo de mediação entre a escola e a comunidade; contribuir com a formação complementar de estudantes da Universidade que participam do projeto. Objetivos Específicos: • Trabalhar com grupos de estudantes, organizados de acordo com as dificuldades de aprendizagem de leitura e de escrita diagnosticadas pelos professores, para serem atendidos por meio da busca ativa e do clube do livro com atividades pedagógicas de leitura e de escrita, garantindo oportunidade de superação das dificuldades diagnosticadas; • Oferecer, nos encontros com os parceiros da escola, subsídios teóricos e práticos fundamentais para a reflexão e a criação de estratégias diversificadas, para atender as necessidades dos sujeitos envolvidos no projeto, especialmente, estudantes em dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita, fomentando um ensino de qualidade; • Realizar rodas de leitura literária, bimestralmente, oportunizando aos estudantes a vivência e a performance a partir de textos da esfera literária. • Realizar encontros formativos semanais, na modalidade remota, para os participantes do projeto (coordenadora e coordenadora adjunta do projeto, bolsista, voluntários e professores colaboradores) para refletir, estudar, elaborar e avaliar atividades pedagógicas para contemplar as diferentes ações planejadas; • Elaborar portfólio das diferentes ações e etapas do projeto, garantindo o registro permanente dos avanços alcançados, bem como para contribuir com a construção da memória da escola em suas ações formativas; • Avaliar, juntamente com o bolsista, voluntários, professores colaboradores, professores da escola e coordenador pedagógico os avanços e/ou dificuldades encontrados durante o desenvolvimento do projeto, por meio da análise dos resultados alcançados em diferentes etapas, utilizando-se do método ver-julgar-agir, para encaminhamentos teórico-metodológicos necessários para alcançar os objetivos propostos; • Contribuir com o empoderamento dos sujeitos envolvidos no projeto, seja no âmbito

<p>escolar e familiar, diminuindo o índice de vulnerabilidade a que estão sujeitos na comunidade onde vivem, por meio da construção de conhecimentos pertinentes e vitais para se tornarem sujeitos reflexivos e ativos em suas práticas sociais de leitura e de escrita. • Divulgar os resultados do projeto com participação em eventos, como o ENEX; e publicações em periódicos da área, no Brasil e no exterior.</p>
<p>Resultados Esperados</p>
<p>Esperamos com este projeto cumprir com os objetivos propostos no projeto; contribuir com a formação complementar dos alunos licenciandos para que possam ter atuação de qualidade com base na experiência alcançada com projeto; alcançar o avanço esperado para os estudantes com dificuldades de aprendizagem de leitura e de escrita, para que possam continuar estudando e aprendendo na sala de aula com sucesso e, da mesma forma, atuar em práticas sociais de leitura e de escrita; estreitar a relação entre a escola/comunidade e a Universidade; publicação dos resultados alcançados e das experiências vivenciadas, em periódicos – nacionais e internacionais –, participação no ENEX e em outros eventos da área.</p>
<p>Unidades envolvidas</p>
<p>CCHLA.</p>
<p>CE – DME</p>
<p>CCHLA – DLCV</p>
<p>CCHLA – DLPL</p>
<p>CT-DEQ</p>
<p>ATIVIDADES: Colaboração com a coordenação e orientação das atividades do projeto por meio de reuniões semanais virtuais.</p>
<p>Coordenação e orientação das atividades do projeto por meio de reuniões semanais virtuais.</p>
<p>Elaboração atividades para rodas de diálogos com os parceiros da escola.</p>
<p>Colaboração no planejamento das ações do projeto.</p>
<p>Participação nas formações semanais virtuais e colaboração com a organização dos encontros periódicos de estudos da equipe executora; Elaboração e ministração de atividades para os estudantes com dificuldades de leitura e de escrita; Divulgação de conteúdo das ações do projeto nas mídias sociais; participação nos encontros avaliativos.</p>
<p>Supervisionar a elaboração do portfólio do projeto.</p>

Fonte: elaboração própria

Quadro 33 - Avaliação dos méritos

Mérito	Pontuação	Peso	Nota atribuída
M 1	0,0 a 10,0	1,0	10,0
M 2	0,0 a 10,0	1,0	10,0
M 3	0,0 a 10,0	1,0	10,0
M 4	0,0 a 10,0	1,0	9,0
M 5	0,0 a 10,0	1,0	10,0
M 6	0,0 a 10,0	1,0	10,0
M 7	0,0 a 10,0	0,5	8,0
M 8	0,0 a 10,0	2,0	10,0
M 9	0,0 a 10,0	1,0	8,0
M 10	0,0 a 10,0	0,5	8,0
Média obtida		9,4	

Fonte: Diretrizes da UFPB

A partir do exposto, apresentar-se-á a seguir um modelo de Parecer para a avaliação da proposta. Dessa maneira, têm-se o seguinte: A partir da análise da proposta apresento parecer favorável à aprovação da ação. No intuito de explicitar a avaliação realizada trago argumentação acerca de cada mérito contidos nos critérios do questionário: Para os Méritos 1 e 2 há um evidente envolvimento de comunidade externa à UFPB que proporciona uma forte interação dialógica com o público externo, nesse ponto, vale ressaltar que a proposta está baseada na proposta curricular do curso. Em relação ao Mérito 3 existe uma interdisciplinaridade de nível satisfatório, há o envolvimento vários centros e departamentos. Quanto ao Mérito 4 fica evidente a possibilidade de mudanças na instituição por meio do contato do corpo docente e discente com a comunidade, a contribuição dos saberes do público atendido permite o enriquecimento da prática docente na academia. Mérito 5 apresenta relevante articulação ensino/pesquisa/extensão, as três dimensões estão adequadamente expressas na proposta. Para o Mérito 6 consideramos adequado alinhamento entre metodologia e atividades para alcançar os resultados esperados. No que se refere à análise do Mérito 7 percebemos baixo atendimento ao proposto para a realização do processo de internacionalização e adequado atendimento a ODS no que se refere à superação de desigualdades e promoção de uma educação de qualidade. Para o Mérito 8 forte demonstração de parcerias com a comunidade por meio de documento anexado à proposta e uma rede de colaboradores composta por discentes, docentes e colaboradores externos que dão uma demonstração de viabilidade à execução da proposta. Quanto ao Mérito 9 a proposta atende ao que se espera em relação à avaliação e monitoramento da ação. Na análise do Mérito 10 encontramos uma mediana apresentação de produtos oriundos dos resultados da ação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação possibilitou a construção de material teórica a respeito da extensão universitária, o processo de elaboração e avaliação de projetos de extensão. Permitiu também a análise do perfil do discente egresso do curso de Letras e a interação desse aluno com a prática extensionista.

A análise detalhada dos critérios de avaliação dos projetos de extensão e as notas atribuídas pelos avaliadores possibilitou constatar que em sua maioria os projetos têm atendido os requisitos estabelecidos no edital. Por outro lado, foram percebidos pontos fracos como ausência de um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar e em relação aos mecanismos e formas de monitoramento e avaliação, diretrizes presentes na política nacional de extensão.

As ações de extensão no curso de Letras são fundamentais para a formação dos futuros profissionais, visto que permitem a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, além de possibilitar uma aproximação com a realidade social e cultural. E, de acordo com os pareceres apresentados no Edital 3/2021 da PROEX, os projetos de extensão do curso de Letras foram bem avaliados pelos pareceristas.

Os avaliadores por meio das notas atribuídas destacaram pontos fortes dos projetos, a projeção apresentada nos resultados esperados pela realização da ação; outro ponto de destaque com notas mais altas diz respeito à coerência entre os objetivos, a metodologia e atividades do projeto.

É importante destacar que, em sua maioria, os projetos de extensão do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas (DLVC) e do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) submetidos ao edital PROBEX apresentaram alto nível em relação às indicações de avaliação do edital. Isso demonstra o comprometimento dos professores do curso de Letras com a realização de projetos de extensão de qualidade e relevância para a comunidade.

Vale ressaltar a importância de os proponentes estejam atentos às notas recebidas e às análises apresentadas pelos pareceristas para que dessa forma busquem aprimorar seus projetos com base nas críticas recebidas. Além disso, é fundamental que os pareceristas forneçam análises mais detalhadas e fundamentadas a fim de garantir uma avaliação mais precisa e justa dos projetos de extensão, tendo em vista alguns contrastes na atribuição de notas, em outros termos, para exemplificar, dentre outros, percebeu-se uma diferença de 8 pontos de um avaliador para o outro, em um dos projetos analisados.

As ações de extensão são fundamentais para a formação dos profissionais em diversas áreas, pois proporcionam uma aproximação com a realidade social e permitem a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula na resolução de problemas concretos. Principalmente quando são bem articulados com as atividades de ensino e pesquisa, pois essas têm papéis extremamente relevantes na construção dos saberes teóricos necessários aos discentes, constituem-se importantes dimensões da formação acadêmica.

É preciso ressaltar que as ações de extensão não são exclusivas do curso de Letras, mas são relevantes em todas as áreas do conhecimento. Elas possibilitam o desenvolvimento de habilidades como a capacidade de comunicação, o trabalho em equipe, a liderança, o pensamento crítico, entre outras, que são fundamentais para o mercado de trabalho e para a formação de cidadãos mais engajados com a sociedade.

As implicações da valorização das ações de extensão são diversas. Além de proporcionar uma formação mais completa aos estudantes, essas ações contribuem para a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida, o que pode gerar um impacto positivo na região em que a universidade está inserida. Além disso, a articulação entre a universidade e a sociedade pode ser fortalecida, o que favorece o diálogo entre esses dois setores.

Para além disso, esse trabalho pôde concluir que com base nas diretrizes estabelecidas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para os projetos de extensão e na análise dos pontos de aprimoramento da avaliação dos avaliadores, que o modelo de avaliação dos projetos de extensão do curso de Letras da UFPB necessita de ajustes e refinamentos.

Primeiramente, é fundamental que os avaliadores forneçam análises mais detalhadas e fundamentadas, levando em consideração o impacto dos projetos nas comunidades externas e internas, bem como o potencial transformador da interação dialógica entre a universidade e a sociedade. Para garantir uma avaliação mais precisa e justa, os avaliadores devem considerar de forma mais abrangente e aprofundada as contribuições dos projetos no contexto acadêmico e nas transformações sociais.

Além disso, é necessário que os critérios de avaliação sejam claros e alinhados com as diretrizes estabelecidas pela UFPB. Os avaliadores devem verificar se os projetos apresentam a possibilidade de vivência prática embasada nos conhecimentos do curso, de forma interprofissional e interdisciplinar. É essencial que a avaliação considere a coerência entre os objetivos, as atividades propostas e os resultados esperados, além de analisar a contribuição dos projetos na construção de novos saberes tanto na universidade quanto nas comunidades.

Ainda, a avaliação dos projetos deve reconhecer as potencialidades de produção de transformações e mudanças, tanto na instituição de ensino superior quanto nos diversos setores e comunidades da sociedade. Os avaliadores devem avaliar se os projetos atendem às demandas sociais, enriquecem as práticas acadêmicas e promovem a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

É importante destacar a necessidade de uma articulação adequada entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de abordagens interdisciplinares e práticas pedagógicas que envolvam temas relevantes para a formação inicial dos estudantes. A interação dialógica entre a universidade e as comunidades proporciona uma troca enriquecedora de experiências, saberes e conhecimentos, possibilitando um contato mais amplo e aprofundado com os contextos da vida social.

Por fim, é imprescindível que haja uma estrutura de apoio e suporte para a realização dos projetos, envolvendo uma rede articulada de parcerias que viabilize sua execução. Além disso, é necessário que os mecanismos de acompanhamento e avaliação das etapas do projeto sejam descritos de forma clara, permitindo uma avaliação contínua ao longo do desenvolvimento das atividades.

Com base nessa análise, fica evidente a importância de aprimorar o modelo de avaliação dos projetos de extensão do curso de Letras da UFPB, alinhando-o de forma mais consistente às diretrizes estabelecidas. É essencial promover uma reflexão crítica sobre os critérios de avaliação, buscando a clareza e a uniformidade na sua aplicação.

Além disso, é fundamental que haja um diálogo constante entre a universidade, os avaliadores e os proponentes dos projetos. Essa troca de informações e experiências pode contribuir para o aprimoramento do modelo de avaliação, permitindo que ele se adapte de forma mais eficiente às necessidades e peculiaridades da comunidade acadêmica e das comunidades envolvidas nos projetos.

Para tanto, é recomendável a realização de avaliações periódicas do modelo de avaliação, visando identificar pontos de melhoria e ajustes necessários. Essas avaliações podem ser conduzidas por meio de pesquisas, grupos de discussão ou comissões especializadas, envolvendo tanto os avaliadores quanto os proponentes dos projetos.

Em síntese, a reflexão crítica sobre o modelo de avaliação dos projetos de extensão do curso de Letras da UFPB, levando em consideração as diretrizes estabelecidas pela universidade, aponta para a necessidade de aprimoramentos. É preciso garantir análises mais detalhadas e fundamentadas, critérios de avaliação claros e alinhados, além de uma maior interação entre a universidade e as comunidades. Com ajustes adequados e um diálogo

constante, é possível promover uma avaliação mais precisa, justa e alinhada aos objetivos da extensão universitária.

Sugere-se como um tema, na mesma linha do presente estudo, para pesquisas futuras a análise do impacto das ações de extensão na formação dos estudantes de letras e na comunidade envolvida. Seria possível investigar, por exemplo, os benefícios trazidos pela aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e a percepção dos estudantes sobre a relevância dessas atividades para sua formação. Além disso, poderia ser analisado impacto das ações de extensão na melhoria das condições de vida da população envolvida e na articulação entre universidade e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J. C. P.; MEDEIROS, A. C. A. **Português como língua não materna: interfaces entre ensino, pesquisa e formação docente**. São Paulo: Parábola, 2018.
- ALVES, I. A. L. A Formação do Professor de Português: Reflexões sobre o Curso de Letras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 39-54, 2005.
- AMORIM, A. S. et al. Avaliação da extensão universitária: Uma proposta metodológica. **Revista de Extensão Universitária**, v. 9, n. 1, p. 67-81, 2018.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Avaliação de programas e projetos de extensão universitária: possibilidades e desafios. **Revista de Extensão da Universidade Federal de Viçosa**, v. 11, n. 2, p. 12-26, 2013.
- ARAÚJO, C. P.; MENDES, V. A. O papel da fundamentação teórica na elaboração de projetos de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 9, n. 1, p. 80-89, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2011.
- BEACCO, J.-C. et al. Guide for the Development and Implementation of Curricula for Plurilingual and Intercultural Education. **Council of Europe Publishing**, 2019.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2008. [1. ed.: 1958].
- BRASIL. **Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CABRAL, A. M. F. **Relatório de atividades do Sof/Etadj Cível**. Laboratório de Serviço Social. Belém: UNAMA, 2002.
- CARVALHO, A. L.; BATISTA, F. Título de Projeto de Extensão: Como Escrever um Título Claro e Objetivo. In: III Congresso Internacional de Pedagogia Universitária e Didática no Ensino Superior, 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2017.

COSTA, Aline Aparecida Cezar, BAIOTTO, Cléia Rosani e GARCES, Solange Beatriz. **Aprendizagem: O Olhar Da Extensão.** In: SÍVERES, Luiz (Org.) A extensão universitária como princípio de aprendizagem. Brasília: Liber, 2013.

COUTO, H. A. Curso de Letras: formação de professores para o ensino de Língua Portuguesa. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, v. 22, n. 2, p. 50-66, 2012.

CRUZ, Ana Cláudia Polato e. Avaliação em extensão universitária: conceitos e desafios. **Revista Extensão em Ação**, v. 3, n. 4, p. 36-47, 2018.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FÁVERO, M. L. **Universidade e poder.** 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.

FIGUEIREDO, I. N.; LOPES, R. G. Avaliação de projetos de extensão universitária: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 3, p. 11-26, 2019.

FRANÇA, Lílian Cristina Monteiro, **Caos - espaço - educação**, São Paulo: Ed. Annablume, selo universidade nº 21, 1994

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 65 p.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** [S. l.: s. n], 2017.

GONÇALVES, J. A. F. O ensino de literatura nos cursos de Letras: um estudo exploratório. **Revista Philologus**, n. 26, p. 51-60, 2006.

GRABE, W. **Reading in a Second Language: Moving from Theory to Practice.** Cambridge University Press, 2009.

HORNBY, A. S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English.** Oxford University Press, 2000.

KLEIMAN, A. B. Precisamos ensinar o português do Brasil? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 301-318, 2015.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem.** 2 ed. São Paulo. Cortez. 1987

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** Editora Contexto, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Denise Del Prá Netto. Avaliação em extensão universitária: conceitos, práticas e possibilidades. In: CUNHA, Elizeu Clementino de Souza; PEREIRA, Marcelo de Andrade;

MENEZES, Maria Luiza Rigo (orgs.). **Extensão universitária: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 105-130.

MARCUSCHI, L.A. A formação intelectual do estudante de Letras. In: MOLLICA, M.C. **Linguagem para a formação em letras, educação e fonoaudiologia**. São Paulo: Contexto, 2009.p.9-18.

MARQUES, Ana Paula de Oliveira. Avaliação da extensão universitária: instrumentos e indicadores. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 1, p. 51-64, 2020.

MASSING, Simone Andreoni. Avaliação da extensão universitária: discutindo conceitos e metodologias. **Revista da ABPN**, v. 9, n. 22, p. 27-42, 2017.

MENDES, M. F. Curso de Letras: um espaço para a formação do professor-pesquisador. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 1, p. 118-129, 2016.

MIGUEL, Lilian Maria Pasquini. Avaliação da extensão universitária: uma reflexão sobre o papel social da universidade. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 25, p. 75-86, 2010.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. A extensão universitária no Brasil: características e desafios para sua implementação e avaliação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 70, p. 585-602, 2011.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Universidade e formação de professores: formação continuada ou extensão universitária? **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 85, p. 97-127, 2003.

NEVES, R. S.; ALMEIDA, T. R. O ensino de produção de texto em projetos de extensão universitária: Uma proposta metodológica. **Revista Letras & Letras**, v. 35, n. 2, p. 20-32, 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

OLIVEIRA, L. A. B.; NOGUEIRA, M. C. Críticas ao ensino de língua portuguesa nas universidades: um olhar sobre as práticas docentes. **Revista de Letras**, v. 69, n. 2, p. 61-74, 2019.

OLIVEIRA, Thaís Gama de; NOGUEIRA, Fernanda Cristina Ferraz. Burocratização na extensão universitária: análise do projeto Rondon. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 436-454, 2017.

PEREIRA, Ana Lúcia. Extensão universitária e sociedade: um estudo sobre a prática em projetos desenvolvidos pela UFMG. *Revista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

REIS, Renato Hilário dos. Histórico. Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. **Linhas Críticas**. v. 2, n. 2, 1996.

SANTOS, A. S. A formação do professor de português nos cursos de Letras: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, p. 293-312, 2014.

SANTOS, F. C.; SILVA, A. S. O ensino de língua portuguesa nas universidades: críticas e reflexões. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 71-90, 2017.

SANTOS, L. C.; ROCHA, R. P. Leitura e ensino de literatura: Ações e reflexões em projetos de extensão universitária. In: III Encontro Nacional do GT de Literatura e Práticas Culturais da ANPOLL, 2020, Natal. **Anais...** Natal: ANPOLL, 2020.

SANTOS, Lúcia de Fátima dos; ARAÚJO, Maria do Rosário de Fátima. Gestão de projetos de extensão universitária: o desafio de integrar a academia com a comunidade. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 11, n. 2, p. 217-238, 2018.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. P. C. Formação de professores de línguas: perspectivas e desafios. **Cadernos do CNLF**, v. 14, n. 5, p. 67-74, 2010.

SINGER, Paul. **A universidade no olho do furacão**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 305-316, 2001.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOUSA E SILVA, Maria Amélia Sabatini de. Avaliação de projetos de extensão universitária: questões teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2016.

TANCREDI, Rodrigo; LEMOS, Marcelo. Extensão universitária: desafios da gestão financeira em projetos sociais. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 93-104, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos; ARAÚJO, Maria Helena Santos; PINTO, Maria Teonila de Faria Alvim. **Metodologia e prática de ensino da Língua Portuguesa**. Uberlândia; Edufu, 1995.

TREVISAN, M. R.; MARTINS, R. B.; ZANETTI, A. C. G. A avaliação da extensão universitária: um estudo em instituições de ensino superior no Brasil. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 365-389, 2017.

XAVIER, A. G. A importância da leitura no ensino fundamental. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 8, n. 1, p. 65-74, 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - REGISTRO DA CONTAGEM DE PALAVRAS - DLPL

DLPL	Língua Portuguesa	Ensino	Escrita	Leitura	Língua
PJ 1	Título (0) Resumo (6) Justificativa (0) Fundamentação teórica (2) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)	Título (1) Resumo (5) Justificativa (3) Fundamentação teórica (3) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (2)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (1) Resumo (12) Justificativa (1) Fundamentação teórica (11) Objetivos gerais (2) Resultados esperados (5)
PJ 2	Título (0) Resumo (0) Justificativa (2) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (3) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (1) Fundamentação teórica (7) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (3) Justificativa (3) Fundamentação teórica (9) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (2) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)
PJ 3	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (1) Resumo (0) Justificativa (3) Fundamentação teórica (5) Objetivos gerais (2) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (2) Justificativa (1) Fundamentação teórica (3) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (2) Justificativa (2) Fundamentação teórica (27) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (0)
PJ 4	Título (0) Resumo (3) Justificativa (1) Fundamentação teórica (1)	Título (1) Resumo (1) Justificativa (1) Fundamentação teórica (12)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (6)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (3)	Título (1) Resumo (4) Justificativa (1) Fundamentação teórica (29)

	Objetivos gerais (3) Resultados esperados (1)	Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)
PJ 5	Título (0) Resumo (2) Justificativa (1) Fundamentação teórica (4) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (4) Justificativa (10) Fundamentação teórica (13) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (2)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (1) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (2) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (4) Justificativa (7) Fundamentação teórica (14) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)
PJ 6	Título (0) Resumo (2) Justificativa (1) Fundamentação teórica (4) Objetivos gerais (2) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (4) Justificativa (5) Fundamentação teórica (13) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (2)	Título (0) Resumo (2) Justificativa (4) Fundamentação teórica (7) Objetivos gerais (5) Resultados esperados (2)	Título (0) Resumo (10) Justificativa (7) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (5) Resultados esperados (2)	Título (0) Resumo (1) Justificativa (1) Fundamentação teórica (2) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)
PJ 7	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (4) Justificativa (1) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (1) Justificativa (1) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (1) Justificativa (1) Fundamentação teórica (2) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)

APÊNDICE 2 - REGISTRO DA CONTAGEM DE PALAVRAS - DLCV

DLCV	Língua Portuguesa	Ensino	Escrita	Leitura	Língua
PJ 8	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (3) Justificativa (3) Fundamentação teórica (6) Objetivos gerais (2) Resultados esperados (3)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (3) Justificativa (13) Fundamentação teórica (29) Objetivos gerais (5) Resultados esperados (5)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (1) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)
PJ 9	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (3) Justificativa (5) Fundamentação teórica (2) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)
PJ 10	Título (0) Resumo (1) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (0)	Título (1) Resumo (3) Justificativa (1) Fundamentação teórica (3) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (1)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (3) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (1) Resumo (3) Justificativa (1) Fundamentação teórica (16) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)
PJ 11	Título (0) Resumo (2) Justificativa (5) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (1) Resultados esperados	Título (0) Resumo (4) Justificativa (4) Fundamentação teórica (12) Objetivos gerais (1) Resultados	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (2) Objetivos gerais (0) Resultados	Título (1) Resumo (5) Justificativa (3) Fundamentação teórica (8) Objetivos gerais (6) Resultados	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (0) Resultados

	(0)	esperados (0)	esperados (0)	esperados (3)	esperados (0)
PJ 12	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (1) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (1) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (1) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (1) Resultados esperados (0)	Título (0) Resumo (0) Justificativa (0) Fundamentação teórica (0) Objetivos gerais (0) Resultados esperados (0)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2023).

A partir da realização do processo de interpretação das categorizações coletadas é possível a identificação de padrões seguidos na formulação dos projetos e as relações entre as partes. O quadro de registro das categorias de palavras presentes na composição dos textos dos projetos demonstra a finalidade das ações por meio da presença de repetições de determinados termos em partes específicas na estrutura dos projetos. Podemos observar na análise das categorias de palavras presentes no PJ I que tem como título “Mandala cultural no PLEI: o ensino de Português como língua não materna em perspectiva”, a recorrência de termos específicos na estrutura do resumo do projeto como “Língua Portuguesa” (6), “ensino” (6) e “língua” (12), a presença desses termos se justifica pela finalidade da proposta, tendo em vista que o objetivo da ação é Promover a internacionalização no escopo cultural de base linguística à formação docente dos licenciandos em Letras que participam do Programa Linguístico Cultural para Estudantes Internacionais (PLEI). Esses aspectos presentes na composição do projeto atendem o que estabelece o edital nos itens relacionados à avaliação de mérito ao promover a articulação da ação de extensão com o ensino e a pesquisa, possibilita a formação acadêmica e cidadã do discente e pela produção e difusão de novos conhecimentos, dessa forma, a proposta descreve os impactos da extensão na formação dos discentes em seus aspectos teóricos, metodológicos e/ou profissionais. Por outro lado, está de acordo com a política de internacionalização ao promover conexões internacionais por meio da relação com atores internacionais, fato concretizado pela presença de um público internacional atendido pela ação, esses aspectos atendem as determinações presentes nos critérios de avaliação que são observados no momento de análise das propostas.

APÊNDICE 3 – TOTAL DO REGISTRO DA CONTAGEM – DLPL/DCVL

Contagem em todos os projetos	Língua Portuguesa	Ensino	Escrita	Leitura	Língua
Título	0	3	0	0	2
Resumo	13	14	4	13	23
Justificativa	5	25	7	12	14
Fundamentação teórica	11	46	24	13	83
Objetivos gerais	7	6	6	6	4
Resultados esperados	4	6	3	4	6